



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADE ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A UNIVERSIDADE

YASMIN ALVES FERRAZ

MEMÓRIAS DE MULHERES DIRIGENTAS E RELAÇÕES DE
GÊNERO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA ENTRE AS
DÉCADAS DE 1970 E 2010

SALVADOR/BA
2019

YASMIN ALVES FERRAZ

**MEMÓRIAS DE MULHERES DIRIGENTAS E RELAÇÕES DE
GÊNERO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA ENTRE AS
DÉCADAS DE 1970 E 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Desenvolvimento Nacional e Universidade

Orientadoras: Profa. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio e Dra. Ana María Rico

**SALVADOR/BA
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ferraz, Yasmin

MEMÓRIAS DE MULHERES DIRIGENTAS E RELAÇÕES DE GÊNERO
NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA ENTRE AS DÉCADAS DE
1970 E 2010 / Yasmin Ferraz. -- salvador, 2019.
116 f.

Orientadora: SÔNIA MARIA ROCHA SAMPAIO.

Coorientadora: ANA MARÍA RICO.

Dissertação (Mestrado - MESTRADO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE) --
Universidade Federal da Bahia, INSTITUTO DE
HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON
SANTOS, 2019.

1. GÊNERO. 2. MULHERES. 3. MOVIMENTO ESTUDANTIL.
4. MEMÓRIA. 5. FEMINISMO NEGRO INTERSECCIONAL. I.
ROCHA SAMPAIO, SÔNIA MARIA. II. RICO, ANA MARÍA. III.
Título.

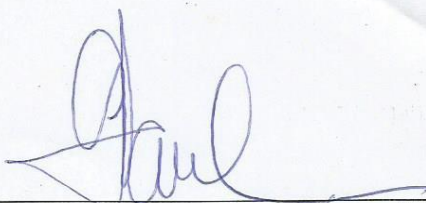
YASMIN ALVES FERRAZ

**MEMÓRIAS DE MULHERES DIRIGENTAS E RELAÇÕES DE
GÊNERO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA ENTRE AS
DÉCADAS DE 1970 E 2010**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 07 de novembro de 2019.

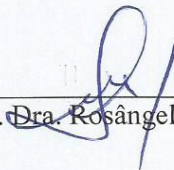
Banca examinadora



Prof. Dra. Dra. Georgina Gonçalves Dos Santos (UFRB)



Prof. Dra. Maria Eunice Limoeiro Borja (UFBA)



Prof. Dra. Rosângela Costa Araújo (UFBA)

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que
construíram, constroem e construirão as lutas
democráticas do Brasil.

"Esse é o pôr-do-sol mais lindo da Bahia..."

Bilhete de Lídice da Mata para Isadora
Salomão sobre o DCE UFBA

FERRAZ, Yasmin Alves. **Memórias de mulheres dirigentes e relações de gênero no movimento estudantil da UFBA entre as décadas de 1970 e 2010.** [116f] 2019. Dissertação [Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade] – Instituto de Humanidades Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019

RESUMO

Localizada em uma encruzilhada de campos de saber, esta dissertação pretendeu colaborar para a produção de conhecimento dos estudos sobre mulheres e feministas, dos estudos sobre a universidade e dos estudos de movimentos sociais, utilizando como lente o feminismo negro interseccional. A pesquisa teve por objetivo visibilizar histórias de oito mulheres dirigentes do movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia, desde as décadas de 1970 até 2010, e analisar, por meio das memórias presentes nas suas narrativas, como se davam as relações de gênero nesse contexto, utilizando como aporte teórico-metodológico a História Oral. Os resultados apontam que o espaço político em questão foi fecundo para a criação de novos paradigmas e descobertas pessoais e coletivas, mas igualmente revelou-se como (re)produtor das violências e desigualdades de gênero que atravessam a sociedade. Assim, o processo para tornar-se dirigente envolveu um movimento de assimilação da cultura política dominante, através do aprendizado das suas regras e códigos, e o seu rompimento para construir uma nova cultura política, regida por outros valores que possibilitem práticas distintas, capazes de criar espaços potentes e plurais. A análise dos relatos produzidos gerou uma memória coletiva sobre o que significa ser mulher dirigente do movimento estudantil da UFBA, evidenciando uma relação imbricada entre passado e presente.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Movimento Estudantil. Memória. Feminismo Negro Interseccional.

FERRAZ, Yasmin Alves. **Leader women's memories and gender relations in UFBA's student movement between 70's and 10's.** [116f] 2019. Dissertação [Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade] – Instituto de Humanidades Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019

ABSTRACT

Located at a crossroads of fields of knowledge, this dissertation aimed to contribute to the production of the fields of women's and feminists' studies, university's studies and social movements' studies, using intersectional black feminism as a lens. The research aimed to make visible stories of eight leaderships of the student movement of the Federal University of Bahia, from the 1970s to 2010s, and to analyze, through the memories present in their narratives, how the gender relations occurred in this context, using as theoretical-methodological contribution the Oral History. The results indicate that the political space in question was fruitful for the creation of new personal and collective paradigms and discoveries, but also revealed to be (re)producer of the violence and gender inequalities that cross society. Thus, the process of becoming a leader involved a movement of assimilation of the dominant political culture through the learning of its rules and codes, and its disruption to build a new political culture, governed by other values that enable distinct practices capable of create powerful and plural spaces. The analysis of the reports produced generated a collective memory about what it means to be a woman that leads the UFBA's student movement, highlighting an intertwined relationship between past and present.

Keywords: Gender. Women. Student Movement. Memory. Intersectional feminism.

LISTA DE SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
BI	Bacharelado Interdisciplinar
CA	Centro Acadêmico
CABIS	Centro Acadêmico do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
CACISO	Centro Acadêmico de Ciências Sociais
CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CEM	Coletivo Estudantil de Mulheres
CES	Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
CONUNE	Congresso da União Nacional dos Estudantes
CPL	Curso de Progressão Linear
CPM	Colégio Da Polícia Militar
CUT	Central Única Dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DAECO	Diretório Acadêmico de Economia
DEA	Diretório de Estudantes de Arquitetura
DCE	Diretório Central de Estudantes
DCE UFBA	Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal da Bahia

DI-GB	Dissidência do Partido Comunista Brasileiro da Guanabara
DS	Democracia Socialista
EME	Encontro de Mulheres Estudantes
EVI	Estágio Interdisciplinar de Vivência
EDP	Esquerda Democrática e Popular
FFUFBA	Frente Feminista da UFBA
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLEM	Fundação Luís Eduardo Magalhães
ICBA	Instituto Cultural Brasil-Alemanha
IHAC	Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneras e pessoas não binárias
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
ME	Movimento Estudantil
ME/UFBA	Movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia
MEC	Ministério da Educação
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N.c.	Não Concluída
N.d.	Não Declarada
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

OVE	Observatório da Vida Estudantil
PAC	Pavilhão de Aulas do Canela
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PPGEISU	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PROAF	Pró-reitoria de Ações Afirmativas da Universidade do Estado da Bahia
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINDIQUIMICA	Sindicato dos trabalhadores da indústria química, petroquímica, plástica, farmacêutica do Estado da Bahia.
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEB	União dos Estudantes da Bahia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

<i>Ô ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR</i>	13
1. ENCRUZILHADAS DE PESQUISA	18
1.1. Olhando através das águas – estudos de gênero e feministas, o feminismo decolonial e o feminismo negro interseccional	21
1.2. Estudos sobre a universidade	26
1.3. Estudos sobre os movimentos sociais	29
2. <i>VOU APRENDER A LER PRA ENSINAR MINHAS CAMARADAS: PERCURSOS METODOLÓGICOS</i>	35
2.1. As dirigentas	39
2.2. Roteiro de entrevista	45
2.3. Transcrições: de ouvinte a contadora de histórias	46
3 <i>PISA LIGEIRO: MULHERES DIRIGENTAS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA</i>	50
3.1. Conjunturas sócio-políticas.....	51
3.1.1. Ditadura Militar e resistência política	51
3.1.2. Abertura democrática e governos neoliberais	54
3.1.3. Governos democrático-populares e golpe institucional.....	56
3.2. Vivência estudantil e interseccionalidades	60
3.3. Práticas Políticas	65
3.4. Práticas femininas e feministas	79

3.5.	Relações de gênero e violência	84
3.6.	<i>Companheira me ajuda que eu não posso andar só</i>	89
4.	MEMÓRIAS DO PRESENTE	92
4.1.	Célia	93
4.2.	Lídice	93
4.3.	Amélia.....	94
4.4.	Isadora.....	95
4.5.	Daniele	95
4.6.	Leila	96
4.7.	Liliane	97
4.8.	Lorena	98
5.	“VI VOCÊS TODAS FICANDO MELHORES E ACHO QUE EU TIVE UMA PARTICIPAÇÃO GRANDE NISSO”	102
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
	APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	112
	APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	113

Ô ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR¹

Acredito que o poder de mobilização social feminista está na sua capacidade de fazer do simples ato de juntar as mãos e entoar cantos de união uma forma de tornar a potência de cada uma no poder de transformar o mundo. Esse trabalho tem som de ciranda, palavras de ordem, cancioneiros e tudo que vem das mulheres que sabem que é nos encontros de profunda alegria e luta de nosso povo onde podemos falar de nossas vidas e pensar em novos mundos. Peço licença àquelas que vieram antes de mim e às que virão depois para dar passagem a essas histórias, que juntas formam uma ciranda de mulheres.

Vivemos no Brasil atual um contexto político de profundo tensionamento entre as forças democráticas e as de viés neofascistas. O golpe de caráter misógino contra a presidenta Dilma Rousseff, a prisão política do presidente Lula e uma sequência de retirada de direitos sociais deram início a um estado de alerta para os movimentos sociais e ativistas²³ políticas, que seguem em estado de mobilização constante para a reconstrução de um caminho democrático para o país. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república afirma para as forças políticas que sempre lutaram pelas bandeiras históricas do direito à memória e à verdade, das liberdades coletivas e de transformações sociais profundas que é momento de traçar estratégias e construir mecanismos e dispositivos capazes de barrar o retorno do país a um regime autoritário e violento. As assim chamadas minorias políticas estão sob especial ameaça, uma vez que a campanha eleitoral e os meses iniciais de gestão trouxeram à tona o caráter opressor do atual governo. As mulheres, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneras e não binárias (LGBT), nordestinas, negras, povos e comunidades tradicionais, setores populares e todas aquelas que não fazem parte da elite branca cisheterossexual estão na mira das armas que o grupo político atualmente no governo e seus

¹ Parte de um cancioneiro da Marcha Mundial das Mulheres que diz: “Ô abre alas que as mulheres vão passar/ Com essa marcha muita coisa vai mudar/ Nosso lugar não é no fogo ou no fôgo/ A nossa chama é o fogo da revolução!”.

² Neste trabalho dou preferência ao uso dos termos “ativista/ativismo política” em detrimento de “militante/militância política” como uma forma de dissociar a imagem social da atuação em movimentos sociais de padrões militarizados e posturas autoritárias. No entanto, nos trechos em que estes termos foram utilizados pelas entrevistadas, assim como citações as dos trabalhos que referencio, estes foram respeitados.

³ Comprometido com a pesquisa feminista, meu posicionamento político é por uma escrita demarcada por morfemas do gênero feminino ou não generificadas, o que se estende a toda a pesquisa, cuja metodologia de trabalho consiste em ouvir histórias e experiências de/por mulheres, com a finalidade de valorizar suas vivências e memórias individuais e coletivas. Seguindo esse caminho, escrevo em primeira pessoa do singular como forma de valorização das reflexões feitas por mim neste trabalho.

seguidores lutam para legalizar. É tempo de aglutinar forças e, nesse sentido, apresento, através deste trabalho, a memória como instrumento potente para nossa resistência. Através da oralidade e todas as formas de registro e manutenção das nossas histórias, damos a elas o poder para transformar cada uma de nós e nosso espaço/fazer político e, desse modo, construir juntas uma memória coletiva e feminista.

Entrei na Universidade Federal da Bahia em 2009, na primeira turma do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BI). Antes da matrícula descobri que precisava me organizar para defender o curso - dentro e fora da universidade - da ameaça de boicote por parte de setores contrários à sua implantação. Na primeira semana de aula fui convidada - juntamente com outras colegas - a participar da semana de calouras da Escola de Enfermagem realizada pelo Diretório Acadêmico (DA). Foi quando vi, pela primeira vez, o mar⁴ do movimento estudantil (ME) e molhei os pés na água quente das discussões sobre universidade pública, soberania nacional e defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim conheci estudantes que percorriam o país fazendo política estudantil e mobilizando pessoas. Mergulhei nesse mar e fundei, com outros estudantes, o Centro Acadêmico do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - CABIS. Fui à luta pelos BI, por mais recursos para permanência estudantil, pesquisa e extensão, bolsas... Passei a frequentar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) como uma espécie de segunda casa e adentrei nesse universo com fé no que estava construindo junto com cada uma e cada um que se alinhava comigo na luta política. Em 2010 participei da eleição do DCE; nossa chapa, "Primavera nos Dentes", foi eleita e me tornei diretora e em 2012 - entre a formatura do BI e o ingresso na graduação em Saúde Coletiva - fui eleita coordenadora geral do DCE e me consolidei como dirigente estudantil.

Nesse universo, sempre me chamou a atenção a participação das mulheres. Meu Centro Acadêmico foi sempre composto por muitas ativistas, que se dividiam em todas as tarefas, mas ao alargar o olhar para o movimento estudantil da UFBA (ME/UFBA) pude perceber que essa característica não se apresentava em todos os espaços. O DCE, assim que eu conheci, quase não tinha mulheres na sua direção e foi só a partir da gestão eleita em 2010 que apareceram as mulheres dirigentes na minha vida. Para mim, elas eram mulheres fortes e estar ao lado delas na luta era ter o peito sempre cheio de esperança. Mas nunca foi fácil. Vivemos

⁴ Peço licença para adotar uma escrita ao mesmo tempo preocupada com as necessidades acadêmicas e capaz de transmitir as riquezas de sensações e vivências que para mim só são possíveis através de metáforas e outros recursos poéticos.

juntas e individualmente as belezas e feiuras de ser mulher no ME e construimos diariamente o que era ser uma mulher dirigente.

Sempre me encantei pelas histórias das mulheres das outras gestões e as que marcaram o movimento estudantil: Lídice da Mata, Alice Portugal, Leila Carla, Ângela Guimarães e tantas outras. Minhas companheiras e eu nos inspirávamos a cada menção daquelas que tinham vivido naquele mundo que lutávamos tanto para pertencer. Eu me descobria pensando como teriam sido seus tempos na universidade, como se tornaram dirigentes, que felicidades e dificuldades viveram.

Quando entrei no mestrado, em 2107, tinha o desejo de estudar como a organização das mulheres estudantes na Frente Feminista⁵ (FFUFBA) tinha ajudado um conjunto de universitárias a denunciar casos de violência por parte de professores. Porém, diante do receio de que esse tema não fosse relevante para o programa, submeti um projeto de pesquisa sobre as vivências das mulheres que fizeram as denúncias e não sobre aquele movimento. No curso, encontrei o terreno amplo dos estudos sobre a universidade e construí novos olhares para minha pesquisa. Entrei no Observatório da Vida Estudantil, alarguei ainda mais os horizontes e pude mirar com mais firmeza para onde queria dirigir o foco da pesquisa. Conversei com as antigas companheiras, fui a reuniões do movimento estudantil e do movimento feminista e observei atentamente aquelas mulheres para compreender qual era o âmago da inquietação que me movia até ali. Respirei fundo, reorientei a rota e caminhei em direção ao desejo de ouvir e compartilhar memórias das mulheres dirigentes do movimento estudantil da UFBA. Encontrei ressonância no movimento, que tem como umas das pautas centrais o direito à memória como ferramenta fundamental para construção de identidade, e espero contribuir, através desse estudo, para que o ME/UFBA possa ter em mãos as histórias de algumas mulheres que ocuparam este espaço, trazendo, em seus relatos, sua memória coletiva.

Esta pesquisa tem por objetivo visibilizar as histórias das mulheres dirigentes que vivenciaram o movimento estudantil nas décadas de 1970 até 2010, e analisar, por meio das memórias presentes nos seus relatos, como se dão as relações de gênero no ME/UFBA. Especificamente, objetiva observar de que forma suas vivências estudantis foram atravessadas pelas suas interseccionalidades; quais eram as práticas políticas do movimento estudantil e as

⁵ Frente de mulheres estudantes e coletivos feministas da UFBA criada em 2014 com o intuito de unificar as lutas feministas dentro da universidade.

questões de gênero que se apresentavam a partir delas; e como essa experiência impactou suas vidas.

Os relatos dessas mulheres aportam outro ponto de vista sobre a história oficial do movimento estudantil da UFBA que, infelizmente, não privilegiou suas narrativas. Nossos caminhos se entrelaçam ao passo que me torno contadora de suas histórias e traço, nesse trabalho, os encontros entre mulheres de épocas distintas, mas que carregam similitudes entre si. Essa pesquisa pretende contribuir, desta forma, para os estudos do movimento estudantil brasileiro, na perspectiva da memória, dos estudos de gênero e feministas.

Para percorrer as memórias utilizo a história oral como metodologia principal, especificamente a história oral temática, tendo como tema central a questão de gênero no movimento estudantil. Orientando os depoimentos para um momento ou tema proposto pela investigação, essa abordagem permite obter narrativas detalhadas, ao tempo que possibilita estabelecer comparações, “apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva” (FREITAS, 2006, p. 21). Através desse enfoque, localizo neste tipo de pesquisa histórica a capacidade para reconstruir experiências vividas, posicionamentos históricos e percepções culturais (CARDOSO, 2012).

Esta investigação se insere no campo dos estudos feministas e tem como horizonte referencial o feminismo negro interseccional, compreendendo que o olhar sobre a vida e a história das mulheres precisa levar em consideração a inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2018). Em confluência com o pensamento interseccional de Patrícia Hill Collins (2015[1989]), aprendo com a experiência das intelectuais feministas negras que, voltando-se para a produção de pesquisas sobre mulheres negras, potencializam suas próprias biografias pessoais e suas culturas como fontes significativas de conhecimento na elaboração de análises que exploram as relações entre opressão, consciência e ativismo. Assim, entrecruzo minha trajetória no movimento estudantil com a das mulheres participantes a partir de uma perspectiva, mais que interessada, imbricada nas narrativas, visando criar uma memória coletiva e propor uma análise sobre esse fenômeno.

No primeiro capítulo, **“ENCRUZILHADAS DE PESQUISA”**, apresento as miragens teóricas que orientaram o estudo, tendo o feminismo decolonial, e mais especificamente o feminismo negro interseccional, como referencial analítico central, em diálogo com os

campos de estudos feministas, sobre a universidade e sobre movimentos sociais, localizando o presente trabalho no encontro entre esses diversos espaços de produção de conhecimento.

No segundo capítulo, denominado **“VOU APRENDER A LER PRA ENSINAR MINHAS CAMARADAS”**, aponto as estratégias metodológicas que utilizei para construir o estudo. Início com a proposição da história oral como ferramenta metodológica capaz de visibilizar as potências que carregam as memórias e narrativas das mulheres que protagonizam este trabalho. Em seguida, apresento as mulheres dirigentes que foram entrevistadas, o contexto das entrevistas e o roteiro de entrevistas utilizado, e, a seguir, realizo alguns apontamentos sobre o processo de transcrição e análise de dados.

No terceiro Capítulo, **“PISA LIGEIRO”**, mergulho nas narrativas e memórias das mulheres dirigentes da UFBA para compreender como se dão as relações de gênero no movimento estudantil, trazendo à tona suas diversas intersecções e visibilizando de que forma se constroem as práticas políticas desse espaço e como as mulheres as transformam através de sua atuação.

No quarto capítulo, **“MEMÓRIAS DO PRESENTE”**, procuro interligar o que foi vivido no ME e o que compõe a identidade e a vida de cada mulher participante no presente, através da reflexão das próprias entrevistadas.

Por fim, no capítulo **“VI VOCÊS TODAS FICANDO MELHORES E ACHO QUE EU TIVE UMA PARTICIPAÇÃO GRANDE NISSO”**, realizo uma breve síntese do que acredito serem as potências da presença das mulheres no espaço político como agentes transformadoras de práticas e de cultura política.

1. ENCRUZILHADAS DE PESQUISA

Durante a realização deste trabalho, deparei-me, inúmeras vezes, com os múltiplos caminhos que poderiam ser seguidos para realizar uma pesquisa qualitativa que tivesse como foco as mulheres do movimento estudantil da UFBA. Acredito que fazer parte de um programa de pós-graduação interdisciplinar ajudou-me a olhar essa questão de forma positiva e perceber que a integração de campos de estudo, assim como suas metodologias, formavam uma encruzilhada de onde eu poderia visualizar as direções possíveis para progredir com o estudo.

Ao propor uma pesquisa sobre estudos de gênero e universidade, realizei um levantamento bibliográfico inicial, deparando-me com as escassas produções feitas sobre essas temáticas combinadas. Dentre elas, me chamou atenção uma série de estudos sobre as mulheres do movimento estudantil. Essas investigações históricas e antropológicas abriram espaço para esse projeto de pesquisa e são referências teóricas utilizadas nesse trabalho.

O primeiro trabalho, intitulado “Juventude, movimento estudantil e gênero: problematizando o modelo masculino de militância” feito por Roberta Menezes Sousa e Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra (2006) trata da relação entre juventude, gênero e ativismo estudantil no ME da Universidade Estadual do Ceará e aporta reflexões sobre as práticas, valores e comportamentos inerentes ao movimento estudantil e ao modelo de ativismo adotado. Esse estudo chama atenção sobre uma profunda desigualdade de gênero no interior do ME devido a um padrão de socialização e um modelo de ativismo eminentemente masculinos, que criam limites à participação política ou mesmo a exclusão feminina da direção do movimento, bem como dos demais espaços de decisão no interior do ativismo estudantil.

No artigo “Lugar de mulher é na luta: considerações sobre a participação feminina no movimento estudantil” (2009), Maria Fernanda Teixeira dos Santos faz uma análise sobre o campo de estudos e os pressupostos da relação entre mulher e política, ativismo estudantil, os estudos de gênero e formas de participação políticas que extrapolam a política formal. Suas reflexões são importantes para sinalizar a baixa produção de conhecimento acerca da relação entre mulher e política e aprofundar o olhar sobre os modelos de ativismo, corroborando com as reflexões do trabalho anterior (SOUSA; BEZERRA, 2006) no que diz respeito a um padrão masculino e heteronormativo e avançando numa perspectiva de um modelo feminino, ligado a crenças de que as mulheres são mais éticas, honestas e capazes de inserir na agenda política pautas do espaço privado. Esse material integra a dissertação apresentada pela autora,

chamada “Mulheres no movimento estudantil: Representações, discursos e identidades” (2011), em que investiga a participação feminina no ME, percebendo como se articulam relações de gênero e poder no ativismo feminino, tendo como objeto o DCE da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) durante o seu processo eleitoral no ano de 2009. Um elemento destacado pela autora é o caráter central das orientações partidárias enquanto estruturantes na lógica de funcionamento do ME, afetando diretamente a participação e o discurso político atribuído às mulheres, influenciando sua prática política. Esse processo cria uma combinação entre a reprodução de um discurso mais genérico, corroborando de alguma forma com uma lógica masculina de ativismo, e uma postura feminista e crítica às desigualdades de gênero no movimento e dentro de seus coletivos e organizações, compondo assim a identidade e consciência política dessas mulheres.

“As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960”, de Priscila Fernanda da Costa Garcia (2010) investiga os lugares ocupados pelas mulheres na estrutura organizativa do movimento estudantil através da análise de algumas fichas das mulheres presas pelo aparelho repressivo da Ditadura Militar durante o Congresso da UNE (CONUNE) de 1968, chamadas pela autora “as meninas de Ibiúna”. Em sua investigação, ela remonta o contexto histórico do período, caracterizando o conjunto do ME da época e as particularidades do CONUNE de Ibiúna, buscando localizar as mulheres entre os discursos não generificados – que reiteram uma figura masculina de ativista político. Nessa busca ela se depara com 140 fichas de detenção de mulheres e faz uma relação de suas localidades de origem, idade, faixa etária e os cursos que frequentavam. Através do cruzamento dos dados encontrados com outros estudos, a autora aponta a importância do movimento estudantil para o desenvolvimento da consciência política dessas mulheres, concluindo que, nos processos de exílio, elas sinalizaram que puderam olhar para suas experiências e compreenderam as diferenças de gênero dentro do movimento, despertando para questões feministas.

Em “A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente”, Bruna Osório (2014) pretende resgatar a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil de Santa Maria (RS). Análises documentais de reportagens publicadas no jornal regional “A Razão” do Rio Grande do Sul foram realizadas pela autora para compreender como se manifestam as relações de gênero. Os resultados apontaram a invisibilidade das mulheres na mídia, uma vez que apareceram de forma muito minoritária nas reportagens. Além disso, sua caracterização era remetida aos papéis de gênero tradicionais, relegando-as a

lugares secundários e chegando a ter seus discursos sobre questões femininas interrompidos ou sobrepostos aos dos homens, mesmo sendo elas protagonistas de conquistas estudantis e atuantes dentro do movimento.

Já em um contexto diferente do brasileiro, no artigo “Experiências e significados da igualdade de gênero em dirigentes universitárias: rupturas, adaptações e continuidades”, Carmen Gloria Godoy Ramos (2016) analisa entrevistas com mulheres dirigentes de centros acadêmicos ou federações de estudantes de universidades públicas e privadas do Chile, buscando compreender de que forma elas apreenderam as noções de igualdade de gênero, levando em consideração sua experiência no movimento estudantil. A autora enfatiza que, apesar de terem entrado tardiamente na universidade, as mulheres ocuparam todos os espaços, inclusive os de representação política, mas enfrentam desafios cotidianos ao se depararem com um espaço político aparentemente neutro, mas que é ainda permeado por práticas masculinas, que acabam por determinar sua presença nesses espaços. Ela aponta também para as adaptações aos papéis outrora “destinados” às mulheres – da esfera privada – que ainda se impõem sobre as mulheres dirigentes, destacando a dificuldade para equilibrar as demandas familiares – em especial a maternidade –, os estudos e o ativismo, fazendo com que a sua presença/disponibilidade seja diferenciada da dos homens. Desta forma, a autora conclui que, apesar da ascendente presença das mulheres nos espaços políticos universitários e a ampliação das noções de igualdade de gênero no conjunto da sociedade chilena, ainda existe disparidade entre o discurso e a prática política do movimento estudantil.

Finalmente, o trabalho de Mayris de Paula Silva, “Memórias de mulheres do movimento estudantil: participação, gênero e educação” (2016), foi uma referência central para essa dissertação, uma vez que utiliza a história oral como mecanismo de análise das memórias de mulheres que atuaram no movimento estudantil na década de 1990. A pesquisa se dedicou a compreender a participação feminina ao longo da história e do movimento estudantil como ocorrência que se dá em um espaço hierarquizado, masculinizado e, sobretudo, no qual o processo de reinvenção da mulher é composto da luta feminina para subverter os espaços de opressão. Esse estudo também foi importante para perceber as interações entre as memórias do passado e as (re)invenções do ser mulher no tempo presente, que se fazem no cotidiano dessas mulheres no espaço público.

A partir das provocações e apontamentos feitos por esse conjunto de trabalhos, organizo a seguir um mapa dos caminhos que percorri para traçar a rota dessa dissertação e os campos

que ela intercepta – estudos de gênero e feministas, estudos sobre a universidade e estudos dos movimentos sociais. O percurso foi conduzido, primordialmente, pela lente do feminismo decolonial, mais especificamente, o feminismo negro interseccional, que se mostrou uma lente poderosa pela qual mirei a história das mulheres que entrevistei e a mim mesma como pesquisadora/contadora de histórias/produtora de conhecimento, imersa na minha própria encruzilhada de avenidas identitárias. Segue, portanto, uma tentativa de apresentar, a quem lê esse trabalho, as lentes que adoto, para que possa compreender a perspectiva que escolhi.

1.1. Olhando através das águas – estudos de gênero e feministas, o feminismo decolonial e o feminismo negro interseccional

Um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social (sic): por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. (TILLY, 1994, p.31)

Cheguei ao movimento feminista e às suas miradas teóricas através do movimento estudantil. No primeiro ano de universidade fui convidada a um ciclo de debates feministas – palavra até então misteriosa para mim – que aconteceria em diversos dias e locais da UFBA, organizado pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁶. Uma colega de turma e companheira de centro acadêmico e eu fomos a um debate sobre saúde, por achar que seria um terreno mais confortável. Aconteceu na Escola de Enfermagem e o tema era o aborto e a vida das mulheres. Lembro-me de sair com um turbilhão de sentimentos após encontrar com aquele grupo de mulheres e participar daquele debate.

Encontrei com mulheres dirigentes no cotidiano da UFBA a partir do meu segundo ano, quando as eleições do DCE começaram a se desenhar e resultaram na organização da chapa *Primavera nos Dentes*, da qual fiz parte e que teve como candidata à coordenação geral Tâmara Terso. Ressurgiram, nesse momento, dentro dos coletivos que passaram a fazer parte do meu universo, as mulheres que eu havia encontrado naquele ciclo de debates e que propunham construir uma organização das mulheres da chapa – posteriormente da gestão – em torno da pauta feminista e produzir uma agenda comum, além de ajudar a coordenadora

⁶ Movimento internacional de mulheres que articula movimentos e organizações feministas e de mulheres e a realiza ações internacionais e locais para visibilizar questões feministas. No Brasil, o movimento se organiza em núcleos locais/regionais e em torno das coordenações estaduais e nacional.

geral em sua gestão. A ativista política Liliane Oliveira foi a minha primeira referência de mulher dirigente da UFBA. No intuito de orientar essa coalisão de mulheres, ela sugeriu reativar o núcleo estudantil da Marcha Mundial das Mulheres da UFBA como espaço legítimo para as diretoras do DCE pensarem politicamente sua atuação na universidade. Eu, apaixonada pelas águas correntes do feminismo que passavam por mim como rio, levantando temas e perspectivas antes submersas, a partir desse momento, entrei com força total nesse mundo.

Nesse ano de 2019, faz 10 anos da minha entrada na universidade e, conseqüentemente, uma década que passei a fazer parte dos movimentos estudantil e feminista. Durante o tempo de graduação, nunca me ocorreu buscar uma mirada mais acadêmica sobre os temas que se apresentavam para mim nesses espaços. As cartilhas e produções internas – além das muitas referências que circulavam nas formações dos próprios movimentos – satisfaziam minha sede de conhecimento e foi só após minha graduação – e posterior saída do movimento estudantil – que estes passaram a figurar para mim como um possível campo de estudos acadêmicos.

O feminismo chegou primeiro e por razões quase óbvias. A própria formação feminista é preenchida de referenciais teóricos, com infinidade de correntes e dissidências, e exige de qualquer ativista minimamente preocupada com a dinâmica dos pensamentos que estão sendo produzidos, uma rotina de leitura e atualização constante. Meu olhar sobre o feminismo partiu, desde o começo da minha formação, de uma noção de pluralidade das mulheres e suas condições. Fazendo parte da MMM tive contato com realidades diversas e pautas que não faziam parte do meu mundo – organizações de mulheres negras e de povos e comunidades tradicionais, mulheres rurais, sindicalistas, africanas, asiáticas, europeias, de outras regiões latino-americanas, etc. – e a necessidade de traçar uma agenda comum exigiu um olhar capaz de compreender a natureza interligada das opressões que atravessavam suas identidades – prática que mais tarde, em contato com o feminismo negro, pude compreender como um olhar interseccional.

O desejo de pesquisar mulheres estudantes surgiu de um olhar externo à universidade: só quando eu estive fora dela pude enxergá-la como um campo de estudo com larga demanda analítica sob lentes feministas, afinal, fora dos espaços que se direcionam especificamente

para a questão feminina⁷ havia e há muito pouco material produzido e pensado para/com as mulheres na/da universidade. Apesar de ter a inquietação de observar a universidade através desse prisma, instiguei-me a pensar em temas para uma pesquisa com foco nas mulheres estudantes – e mais especificamente as mulheres dirigentes do ME/UFBA.

Iniciei a jornada de busca de referenciais teóricos que comporiam este trabalho pelos estudos de gênero e logo adentrei o amplo e diverso universo dos feminismos. Aqui apresento um breve histórico dos estudos de gênero e feministas, aprofundando nos feminismos que apresento como lente de observação para este trabalho: o decolonial, e mais especificamente o negro interseccional.

O conceito de gênero, cunhado em 1989 por Joan Scott, demarca a transição do movimento feminista da primeira onda – de crescimento dos movimentos sociais de mulheres e de sua organização e atuação política no mundo, mais intensamente na Europa – para a segunda – relativa ao rompimento com as bases intelectuais androcêntricas da ciência moderna e prioritariamente ocupada em suprir a urgência de formulação de uma ciência feminista que servisse de corpo teórico para a análise das mais diversas experiências de/entre mulheres e suas contingências.

Em sua conceituação inicial, o termo é formulado como o elemento constitutivo de relações sociais assimétricas baseadas em supostas diferenças entre os sexos biológicos e, conseqüentemente, como forma primária de dar significado às relações de poder estabelecidas entre eles, referenciando, necessariamente, a oposição homem/mulher (SCOTT, 1990).

Desde então, o conceito de gênero apresenta-se em constante processo de atualização sendo, inclusive, possível encontrar a vigência de mais de uma de suas acepções em distintos estudos feministas produzidos em uma mesma época. Dentre as propostas mais recentes, esta categoria viabiliza o reconhecimento das múltiplas identidades, questionando e transcendendo o binarismo sexista moderno e, em especial, problematiza a noção de “mulher” como

⁷ Fiz um levantamento no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ sobre a os grupos de pesquisa da UFBA, usando como palavras chave *gênero, feminismo e feminista*, que resultou em 33 grupos em que as palavras-chave apareceram no título, dos quais apenas 10 tinham pesquisas centralizadas nessas temáticas (nas demais *gênero* aparece apenas como uma categoria de análise); e numa busca entre as linhas de pesquisa dos grupos cadastrados, encontrei mais 15 grupos que trabalham a temática – no universo de 482 grupos registrados na plataforma. É importante destacar a existência e resistência do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM), que é um dos espaços que protagoniza a produção acadêmica e as discussões políticas sobre os temas relacionados com gênero e feminismo na universidade.

significação universal e com um sentido definido, tencionando, em seu lugar, a necessidade de focar na diversidade de mulheres e as diferenças existentes entre elas (NICHOLSON, 2000).

É a partir dessa compreensão alargada do conceito de gênero que surge o pensamento feminista negro interseccional e, posteriormente e em consonância, os estudos feministas decoloniais. De modo geral, o feminismo decolonial é produzido por uma ampla diversidade de mulheres invisibilizadas nas formulações intelectuais do pensamento feminista hegemônico – branco cis hétero ocidental – e apresenta uma perspectiva desafiadora da lógica das colonialidades de gênero. A formulação feminista decolonial busca que as diferenças de gênero nunca sejam vistas em termos dicotômicos, mas sempre sob a análise das diversas lógicas de poder que as tensionam e hierarquizam (LUGONES, 2014).

Maria Lugones sinaliza para a análise da colonialidade de gênero, termo derivado da análise de Aníbal Quijano “do sistema de poder capitalista do mundo em termos da ‘colonialidade do poder’ e da modernidade – dois eixos inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder” (2014, p. 938) e que objetiva reduzir, desumanizar e suprimir poder das “sujeitas colonizadas”. Agregando esse conceito à noção de interseccionalidade, é possível compreender esta categoria como uma resposta identitária a tal colonialidade e também como metodologia necessária e potente para possibilitar uma libertação epistêmica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (AKOTIRENE, 2018; ARAÚJO, 2019).

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ↔ resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. (LUGONES, 2014, p. 940)

Yuderkys Espinosa Miñoso (2014), em entrevista, afirma que o feminismo decolonial abrange epistemologias que vêm não só do saber acadêmico e intelectual, mas também do saber popular, criticando aquilo que o feminismo clássico propôs para a emancipação das mulheres ou de sexualidades e gêneros não-binários, a partir da revisão do conceito de mulher como sujeito universal e de uma ideia linear e evolucionista da história. Por ser um campo em

construção e que prevê uma multiplicidade de olhares, existem hoje diversas abordagens possíveis dentro deste:

A aposta do feminismo decolonial é justamente superar a fragmentação e não apenas a política que desenvolvemos, porque o que questionamos é uma interpretação da opressão que é fragmentada. A primeira coisa que estamos fazendo é introduzir o feminismo, mas também a própria luta antirracista, os movimentos negros, indígenas e mostrar a eles, digamos, os limites de uma visão que aceita essa fragmentação das lutas e aceita essa fragmentação da opressão, isto é, o olhar sobre a opressão. (tradução da autora) (p. 25)

A pensadora ainda salienta que a potência do feminismo decolonial advém das sujeitas que organizam esse pensamento, uma vez que a maioria das mulheres que se dizem feministas são privilegiadas que, fazendo parte da elite intelectual e política, não estão dispostas a questionar seu lugar de privilégio em termos de classe e raça. Esse processo de crítica e de apontamentos de transformações no interior do feminismo se torna necessário para que não só o lugar do subalterno seja destruído, mas também o do opressor (ibidem). Para isso é necessário ressaltar a crítica à maneira como foram tratados os diversos atravessamentos identitários que compõem as sujeitas. Miñoso aponta para a homogeneidade das categorias (raça, classe, gênero, sexualidade etc.), que acabam por invisibilizar a complexidade das existências de cada mulher e corroborar com o pensamento capitalista e moderno, apresentando o olhar interseccional como alternativa (MIÑOSO, 2014; LUGONES, 2014).

O conceito feminista negro de interseccionalidade foi proposto pela intelectual afro-estadunidense Kimberlè Crenshaw e “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2018, p.14). Carla Akotirene enfatiza que, nessa perspectiva, as intelectuais estadunidenses fazem parte das epistemologias do Sul por encontrarem-se em uma fronteira sul-nortista: estão no espaço político de supremacia-imperialista do conhecimento, mas sofrem do racismo e sexismo epistêmicos do saber do norte global (Ibidem).

Aprofundando-me nessa abordagem crítica feminista, ocupada com a natureza interligada das opressões e atenta ao entrecruzamento das múltiplas estruturas de dominação, me voltei para as memórias das mulheres dirigentes do ME/UFBA e elaborei reflexões sobre as suas narrativas. Para isso foi necessário olhar para a minha própria existência e perceber quais intercruzamentos me atravessam e quais os limites que estes produzem sobre o meu olhar para a história de vida dessas mulheres. Angela Davis destacou uma marca do feminismo negro: a

insistência na autocrítica para que seja possível observar e reavaliar constantemente a que e a quem estamos servindo através de nossos discursos e reflexões (DAVIS, 2017b). Concordando com essa advertência, procuro exercer essa necessária reflexão constante, compreendendo que ela está a serviço das mulheres que viveram, vivem e viverão as experiências do movimento estudantil e para isso preciso estar atenta às reflexões que atravessaram as histórias que aqui irei contar.

1.2. Estudos sobre a universidade

Conheci o campo de estudos sobre a universidade na minha transição entre a graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e o ingresso no curso de Saúde Coletiva, quando participei de uma pesquisa sobre inovações curriculares nos cursos da área de Saúde resultantes do processo de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal da Bahia. Tratava-se de um estudo autoetnográfico sobre o processo de transição do BI para o Curso de Progressão Linear (CPL) de um grupo de estudantes da primeira turma do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. A partir dessa experiência pude desenvolver um olhar específico sobre a universidade, entendida como um novo campo de pesquisa.

O processo de expansão da universidade brasileira da última década cumpriu um papel importante na tendência de democratização do acesso ao ensino superior e na inclusão de atores sociais deixados à margem desse locus de produção de conhecimento e disputa política da sociedade. Deflagrada a entrada de estudantes dos segmentos populares, pessoas negras e povos e comunidades tradicionais nesse espaço, os tensionamentos nas relações institucionais e as dificuldades no processo de afiliação⁸ se apresentam como nós críticos que necessitam de um olhar atento (CARNEIRO; SAMPAIO, 2011). Além do impacto da entrada e convivência no ambiente universitário, percebe-se uma crise na produção de conhecimento, uma vez que esses grupos minoritários passam do tradicional *status* de objetos de pesquisa ao de sujeitos, municiados dos mesmos instrumentos para disputar a elaboração de narrativas sobre suas histórias e a produção de conhecimento sobre suas realidades (SANTOS, 2010).

⁸ A teoria da afiliação de Coulon, desenvolvida a partir de conceitos da etnometodologia, é um entendimento sobre a vivência universitária em suas múltiplas dimensões, enquanto parte de um processo complexo de reconhecimento e desenvolvimento de competências necessárias para tornar-se um estudante universitário, processo denominado afiliação (COULON, 2008).

Assim, os estudos recentes sobre a universidade abrem espaço para que o setor estudantil relate suas vivências e as transforme em saber acadêmico (SAMPAIO, 2011; SANTOS, 2010). Delimitando a universidade como objeto de estudo ou, nos termos de Naomar Almeida Filho (2012, p. 62) ao afirmar que “o *campus* é um campo”, é importante perceber quais são suas sujeitas e o espaço em que as ações destas se realizam. Desta forma podemos também compreender as relações de poder que engendram seu funcionamento, como as coletividades se organizam e como suas histórias influenciam transformações dentro e fora de seu espaço.

Nesse contexto geral de mudanças no âmbito do ensino superior, em 2007 surge na UFBA o Observatório da Vida Estudantil (OVE), como linha de investigação do grupo de pesquisa Aproximações: a perspectiva *ethno* em Psicologia do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA, que anos depois se torna um grupo de pesquisa independente, ampliando seu trabalho para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O OVE tem, no primeiro momento, sua produção voltada para o momento de expansão e inclusão vivida na universidade a partir da implementação de políticas de ações afirmativas e posteriormente estende o olhar sobre as estudantes de origem popular (SAMPAIO, 2011). Também nesse momento político da universidade, em 2011, é criado no Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU), possibilitando a expansão das pesquisas para novos temas em nível de mestrado.

Focalizando o olhar para as mulheres na universidade, penso que distinguir os marcos da nossa entrada nesse espaço é necessário para problematizar a nossa presença neste âmbito e observar as assimetrias do ponto de vista da produção do conhecimento que tem sido possível ser feita por/para/sobre nós. Buscando registros da presença das mulheres na universidade, encontrei essa passagem, datada de 1377:

Como a mulher é a primeira razão do pecado, a arma do diabo, a causa da expulsão do homem do paraíso e a destruição da velha lei, e como devemos evitar todo o comércio com ela, defendemos e proibimos expressamente que qualquer um apresente uma mulher, seja ela qual for, mesmo que seja a mais honesta nesta universidade. (tradução feita pela autora)

Decreto da Universidade de Bolonha de 1377 (*apud* PALERMO, 2006, p.44)

É possível perceber que o acesso das mulheres ao ensino superior ocorreu como produto de um processo de intenso tensionamento social. Este se deu – de forma não uniforme – no início do século XIX, mas foi só no final do século que reverberou na América Latina – incluindo o

Brasil. Apesar desses registros, as mulheres só começam a fazer parte do ensino universitário de forma mais numerosa depois da expansão que ocorreu a partir de 1970 (BEZERRA, 2010), o que reflete atualmente diversas formas pelas quais a desigualdade de gênero se manifesta, transparecendo desde a generificação do saber – ocupação desigual de áreas do saber – até a ocupação assimétrica de espaços, com destaque para cargos e posições de prestígio dentro da instituição. Essa realidade fica evidente ao analisar a produção acadêmica sobre gênero e universidade no Brasil nas últimas três décadas⁹. Dos 35 trabalhos encontrados, 12 são centrados em comparar vivências de mulheres e homens na universidade (usando gênero apenas como categoria de análise), 12 se debruçam sobre a formação universitária em gênero em cursos e áreas diversas, 6 tratam sobre vivências de mulheres, 4 analisam o campo dos estudos de gênero na universidade e 4 abordam a dimensão interseccional da vivência universitária (tratando principalmente da universidade pós cotas).

Debruçando-se sobre o papel que as mulheres exercem na universidade e a responsabilidade dessa instituição para com as transformações necessárias no seu interior e na sociedade no sentido de uma maior igualdade de gênero, Iole Vanin (2010) afirma que:

A produção, a socialização e a aplicação de conhecimentos não são neutras, como não o são as instituições que propiciam a concretização dessa tríade. Assim, pensar uma reforma do ensino superior, instituição que, a princípio, é a casa das ciências, deve ser também uma reflexão sobre a sua constituição e como os conhecimentos que produz, socializa e aplica reproduzem e justificam estereótipos variados que limitam os espaços e funções de atuação dos sujeitos e, como consequência, apesar do discurso democrático voltado para a cidadania, continuam a reforçar e perpetuar a desigualdade social e cultural entre os indivíduos. (p.77)

A autora faz um resgate histórico – e político – da criação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM) na Universidade Federal da Bahia – que data de 1983 – e reforça a perspectiva de que a universidade é uma instituição que ainda mantém e legitima práticas discriminatórias de sexo, raça/etnia, geração, religião, orientação sexual, classe, etc. Desta forma, a presença das mulheres na universidade não se dá de forma inclusiva ou segura. A existência de um instituto voltado para os estudos de gênero e feministas, e a ampliação destes para diversos grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e outros espaços da universidade são fundamentais. É nessa compreensão que o

⁹ Fiz uma revisão bibliográfica em que foram selecionados 35 textos entre os quais artigos, livros, teses e dissertações divulgadas nas Bases de Dados Scielo e LILACS e nas revistas especializadas *Cadernos Pagu* e *Feminismos*, usando os seguintes descritores: *gênero*; *universidade*; *ensino superior*. Foram encontrados primeiramente 67 textos, mas destes apenas 35 abordavam diretamente a temática de gênero.

presente trabalho pretende trazer novos aportes teóricos não só para o campo de saber dos estudos de gênero, mas também dos estudos sobre a universidade e dos estudos sobre os movimentos sociais, em especial o movimento estudantil.

1.3. Estudos sobre os movimentos sociais

Os movimentos sociais têm sido compreendidos dentro dos marcos teóricos das ciências sociais como “uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades e solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes” (ABERS; BULOW, 2011). Eles mobilizam pessoas não só em forma de agrupamento, mas também representam formas de movimentação e experimentação cultural, atualizada no cotidiano de quem a constrói. Isso não quer dizer que o passado não tenha um papel importante para sua manutenção, pelo contrário, marca memórias coletivas que são ativadas para atuar nas lutas de cada momento (GOHN, 2011).

A formação dos movimentos sociais se dá a partir da ideia de existência e da necessidade de garantia de direitos e do reconhecimento de uma coletividade que orbita em torno dessa pauta que gera necessidades, demandas e reivindicações coletivas. As mulheres estiveram presentes nos movimentos populares desde o séc. XVIII, no entanto seu reconhecimento como sujeito político só entrou em pauta com força no séc. XX. No Brasil, a inserção das mulheres em movimentos sociais e a emergência de movimentos de mulheres se tornam pujantes a partir da segunda metade da década de 1970, representando uma mudança nas formas de estabelecer relações sociais, e de pensar a política e os espaços de participação (SOUZA-LOBO, 2011 [1987]). De acordo com Elisabeth Souza-Lobo, o bairro foi o espaço onde as mulheres puderam alinhar a sua presença na vida social – estratégica do ponto de vista do lugar que ocupavam no espaço privado, capaz de perceber necessidades sociais locais – ao comprometimento com projetos, necessidades e vontades comuns no espaço social, possibilitando sua entrada no espaço público. Ao articularem suas vivências entre esses espaços plurais, as mulheres passam a questionar a hierarquia de gênero em todos eles, buscando transformar não só as dinâmicas de poder dentro das estruturas familiares, mas dos espaços da política tradicional, e entre eles os movimentos sociais.

As mulheres estiveram presentes nas lutas populares da revolução industrial e da revolução francesa, nos movimentos abolicionistas. A questão da ‘igualdade entre os sexos’ atravessou as correntes anarquistas e socialistas, e a revolução russa. A revolução sexual e a libertação das mulheres ressurgiu nas utopias dos anos 1960. Os movimentos, como as revoluções, podem ser institucionalizados e perder sua

radicalidade, mas o tema da hierarquia entre os gêneros emerge cada vez que as sociedades se colocam em questão e discutem democracia e direitos. (SOUZA-LOBO, 2011[1987], p.181)

A escassa produção de conhecimento sobre a relação entre a política e mulher resulta em uma ideia de que os movimentos sociais são construídos por sujeito político universal – homem, branco e ocidental (BONETTI, 2003; SANTOS, 2009). Dentro dos estudos sobre movimentos sociais, somente aqueles centrados em questões “femininas” eram chamados movimento de mulheres, mesmo que muitos deles as tivessem como dirigentes e grande parte de sua base (SOUZA-LOBO, 2011[1991]), criando assim um ponto cego nas análises e gerando uma invisibilização dessas atrizes políticas e do conjunto das mulheres nesse campo de estudo.

Pensar na presença e atuação das mulheres nos movimentos sociais é exercício importante para perceber como as transformações internas destes movimentos e do conjunto da sociedade tiveram relação com essas questões. Em consonância com o posicionamento dos feminismos decoloniais, sobretudo o negro interseccional, para dar conta dessas reflexões é importante compreender que a figura feminina invariavelmente

Implica na concepção de uma figura plural e polissêmica, porquanto várias são as construções, representações e atribuições àquilo que em nossa sociedade é tomado como feminino. Implica em pensar em várias formas de militância, em várias formas de se fazer política, diferentes formas de apreensão do espaço político. Implica, acima de tudo, na desconstrução da figura da mulher universal. (SANTOS, 2011, p.10)

Além disso, é necessário levar em conta que a disputa de poder atribui significados de gênero ao conjunto social e, conseqüentemente, ao campo político – desde seus valores às suas instituições e como são organizadas. (SCOTT, 1990) Dessa forma, os espaços políticos, permeados por uma hegemonia cultural em que atributos definidos como femininos são ligados à fragilidade e emotividade, enquanto os tidos como masculinos são associados à força e racionalidade, são organizados por uma lógica masculina e cisheteronormativa – incluindo nessa análise as dimensões de raça e classe que são implícitas a essa categoria e que transformam de forma significativa como esses atributos serão valorados. (COLLINS, 2015[1989]; BONETTI, 2003). Aline Bonetti (2003) ressalta que essas atribuições não significam que os homens são os únicos a acessar e ter lugar no campo político, mas revelam a utilização de valores de gênero para reforçar os valores culturais dominantes. Portanto os modelos de atuação nos espaços políticos ainda são definidos de forma binária, condicionando a participação de todos os indivíduos e abrangendo desde a linguagem e como ela é operada nos discursos até o espaço físico e as possíveis interações com ele. Desta forma, a atuação das

mulheres tende a incorporar valores e atributos tidos como masculinos ou à sua negação, criando novas formas de interagir com o espaço político. (BONETTI, 2003; SOUSA; BEZERRA, 2006; ARANGUIZ, 2015)

O movimento estudantil se insere no contexto dos movimentos sociais como um espaço de relevância, uma vez que

Ao longo da história, os estudantes têm tido, em diferentes sociedades e em diferentes épocas, papel político relevante. Não é possível pensar nenhum tipo de insurreição, de resistência, de confronto político sem eles. Às vezes mais pacíficos, às vezes nem tanto, outras vezes de uma combatividade ostensiva. Às vezes empunhando faixas, cartazes e gritando palavras de ordem. Outras vezes, atirando pedras e coquetéis *molotov*, erguendo barricadas, arrancando paralelepípedos das ruas e enfrentando as forças policiais. Organizados de diversas maneiras: em entidades estudantis, associações de caráter ideológico, organizações políticas clandestinas. De todo jeito, é impossível pensar cenários políticos de ruptura e transição sem a presença e atuação estudantis. (ARAÚJO, 2007, p.15)

Segundo Arthur Poerner (1995[1977]), o movimento estudantil no Brasil, em sua diversidade de formas de atuação/representação, incidiu sobre as transformações históricas do país mostrando sua força política desde o Império. Em seu livro, porém, as mulheres aparecem de forma restrita, apesar de seus escritos compreenderem a história do movimento estudantil até os anos 70. Assim, cabe perguntar: Onde as mulheres estavam? Por que não sabemos sobre suas atuações?

Nesse sentido, Maria Clara Araújo, no livro “Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias” (2007), ressalta que a desde os seus primeiros anos, a União Nacional dos Estudantes teve participação feminina. Nas décadas de 20 e 30, as mulheres já estavam imbuídas da luta pelo direito ao voto, mas também à inserção no ensino superior e profissionalização. No Congresso da UNE de 1948, foi registrada a participação de 60 mulheres de várias partes do país, especialmente do Nordeste.

Por sua vez, Maria Fernanda Santos (2011) ressalta que as organizações do movimento estudantil se tornam espaços privilegiados de observação, uma vez que, tendo a universidade enquanto espaço de atuação, esta promove um acesso formal – supostamente¹⁰ – equitativo

¹⁰ Uma série de produções acadêmicas e científicas trata sobre a distribuição não equitativa dos gêneros em algumas áreas de estudo, fenômeno conhecido como generificação do saber (LOURO, 1997; CASAGRANDE, SOUZA, 2017; BARRETO, 2015). Se levarmos em consideração não só o gênero, mas fatores como raça, classe e dissidências sexuais (pessoas trans), essa distribuição, e principalmente a permanência estudantil, acontece de forma ainda mais desequilibrada, evidenciando um ambiente universitário resistente e refratário a presenças não hegemônicas.

para mulheres e homens. Isso faz com que as diferenças de gênero fiquem mais nitidamente delineadas, e os direitos políticos que as mulheres exercem – ou não – estejam mais à vista da pesquisadora (SANTOS, 2011; STROMQUIST, 1996).

No entanto, reafirmo que é preciso levar em consideração que as mulheres se constituíram tardiamente como indivíduos com direitos sociais, e que sua entrada na universidade, assim como na vida política, se deu em momentos e de formas distintas aos dos homens. Os valores e espaços políticos foram não apenas “naturais” a estes, mas também foram pensados e organizados por eles, o que afeta diretamente a ideia de uma possível igualdade – mesmo que hoje as matrículas de mulheres na universidade tenham se equiparado e por vezes superado as matrículas masculinas (RAMOS, 2016). A UNE, por exemplo, foi criada em 1937 e teve participação feminina durante toda a sua história, no entanto, foi só em 1963 que uma mulher ocupou pela primeira vez um cargo na diretoria da entidade e em 1982 sua presidência¹¹ (ARAÚJO, 2007).

A presença feminina neste espaço é resultado de transformações sociais que refletem diretamente e progressivamente na forma com que mulheres e homens organizam suas atuações e conformam novos valores e práticas políticas para esse movimento. As mulheres passam a figurar como indivíduos independentes e passíveis de ocupar espaços políticos apesar do modelo de ativismo ser configurado com base em características que ainda sejam atribuídas à figura masculina, como destacadas no estudo de Roberta Menezes Souza e Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra (2006): “a dedicação integral a uma causa, cujo sustentáculo é uma ética sacrificial; a hierarquização dos temas de discussão; a linguagem; as práticas; e os rituais que valorizam a fala em público” (p.204), elementos cuja discussão abordarei mais tarde.

Partindo de outro ângulo, o estudo de Bruna Osório (2014) sobre as relações de (in)visibilidade das mulheres do movimento estudantil na mídia escrita mostra que, até quando a questão debatida são os direitos das mulheres, as respostas mais destacadas – às vezes as únicas publicadas – são masculinas ou que a narrativa das mulheres é um recurso para reafirmar um discurso masculino previamente apresentado (p.43). Mais adiante tratarei

¹¹ A UNE teve ao todo 54 presidentas, dentro elas, 7 mulheres, sendo: Clara Araújo (1982-1983); Gisela Mendonça (1986-1987); Patrícia de Angelis (1991-1992); Lúcia Stumpf (2007-2009); Virgínia “Vic” Barros (2013-2015); Carina Vitral (2015-2017) e Marianna Dias (2017-2019).

como a história é elaborada através das narrativas contadas, portanto a não visibilização da participação das mulheres no movimento estudantil acaba por gerar um apagamento desta da história oficial, reforçando, em consequência, o ideário social de que esse espaço não é condizente com o gênero feminino, ou melhor, com gêneros não-masculinos.

As vivências dentro do movimento estudantil são construídas historicamente, influenciadas de forma direta pela conjuntura mais ampla e pelas pautas políticas relevantes em determinado momento em sociedades específicas. O combate ao machismo, o racismo e a LGBTfobia tornaram-se pautas importantes nas discussões da juventude na última década, produzindo um impacto significativo na prática política do conjunto de ativistas, constrangendo atitudes violentas e abrindo espaço para que novas atrizes estejam mais ao centro da política, através de recursos como a paridade racial e de gênero e a criação de espaços específicos dentro do movimento para discussão de temas relacionados. A maior articulação entre pautas setoriais e o movimento como um todo propicia uma modificação das relações entre as mulheres e a política, uma vez que não só o combate ao machismo é incorporado como bandeira de luta, mas serve de instrumento para reorganizar as relações no interior do movimento e abrir mais espaço para suas atuações.

Quase todos os estudos analisados sobre as mulheres nos movimentos sociais tendem a questionar a capacidade destas – assim como de outros grupos sociais minoritários no espaço político – de efetivamente introduzir novos modos de fazer gestão sobre uma base patriarcal¹². Assim, cabe perguntar se a atuação feminina em diversos papéis representativos realmente permite alterar as relações de poder dentro dos movimentos sociais e, especificamente, no movimento estudantil.

Na tentativa de prosseguir e acrescentar uma contribuição, me pergunto sobre o impacto dessas pesquisas e os questionamentos nelas apontados neste campo de estudos. Será que a presença cada vez maior de pesquisadoras atentas à interação entre gênero e poder – levando em consideração as outras intersecções necessárias – tem força suficiente para alterar o olhar sobre os fenômenos do campo dos movimentos sociais? Neste trabalho, somo esforços aos dessas pesquisadoras para visibilizar algumas questões pertinentes para a superação das

¹² RIDENTI, 1990; GODINHO, 1991; PINTO, 1992; GARCIA, 1997; BONETTI, 2003, 2007; SOUZA, BEZERRA, 2006; SANTOS, 2009, 2011; GARCIA, 2010; PINTO, 2010; OSÓRIO, 2014; ARANGUIZ, 2015; RAMOS, 2016; SILVA, 2016.

opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e outras intersecções na construção do ativismo político. Desta forma, pretendo me debruçar criticamente sobre o campo dos movimentos sociais, especialmente do movimento estudantil, por se tratar de um espaço que hegemonicamente trata dos temas numa perspectiva declaradamente “neutra” – consequentemente, masculina.

2. ***VOU APRENDER A LER PRA ENSINAR MINHAS CAMARADAS***¹³: PERCURSOS METODOLÓGICOS

A história oral não serve apenas para nos apresentar fascinantes relatos subjetivos – embora este seja um de seus maiores e duradouros atrativos. Ela é capaz de chamar atenção para a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas. E se fracassasse nisso, não teria significado político algum. Não almeja estatuto ficcional; a história oral está enraizada no mundo de forma única (PATAI, 2010, p. 142).

Na visão de Sônia Maria de Freitas (2006), a linguagem auditiva exerce um papel fundamental na reconstrução do passado, uma vez que o discurso revela nuances das convenções sociais, e a voz em si ressignifica e supera o que está sendo dito – revelando histórias e suas potências. A história oral se torna, portanto, uma metodologia essencial para a recuperação e elaboração de narrativas de sujeitas e questões que não têm outra fonte de estudo, bem como para “para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir outras perspectivas de análise, estabelecer relações e articulações entre fatos, sujeitos e dimensões de um estudo.” (LOURO, 1990, p. 22-23).

Considerando o interesse por grupos e sujeitas atravessadas por assimetrias de poder que as colocam, a priori, em posições sociais de desvantagem, a história oral também tem papel fundamental na visibilização e valorização de narrativas marginais. Como aponta Freitas (2006),

É pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela História que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento. (p.47)

Para Daphne Patai (2010), todas as histórias de vida têm significado. Algumas histórias só permanecem ocultas pela nossa falta de preocupação com os temas que elas carregam em si. A história oral tem como vocação dar voz às narrativas que não eram valorizadas historicamente e publicamente – como as mulheres, as pessoas negras e LGBT. Ao privilegiar a análise das minorias ela revela memórias que tendem a se opor à “memória oficial” quando aplicada à memória coletiva (POLLAK, 1992). Assim sendo, Mayris de Paula Silva afirma que

As memórias femininas, biografias narradas por mulheres em seu movimento e que transformam suas histórias pessoais, são relatos que tratam do esquecimento e

¹³ Música cantada no movimento estudantil feminista em adaptação à canção de Roberto Mendes “Massemba”.

mostram a importância da memória individual e coletiva para compor fatos não considerados como oficiais e que, ao serem considerados, contrastam com a história. (SILVA, 2016, p.21)

Essa metodologia é uma ferramenta potente para a compreensão do passado recente, uma vez que propicia a interação com as sujeitas que construíram efetivamente os caminhos do episódio em questão, amplificando vozes que seriam, sob outra perspectiva, silenciadas. Os vários depoimentos obtidos contribuem para visibilizar um *continuum* de histórias que se confirmam e contradizem e, através dessa dinâmica, colaboram para produzir uma memória coletiva (FREITAS, 2006).

Marieta Ferreira e Janaína Amado (2005) reconhecem que a história oral se constitui vinculada às histórias de movimentos sociais populares e de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, recuperadas através da escuta das atrizes sociais que as compõem. Ela não procura alcançar a “verdade” dos acontecimentos, mas conhecer as particularidades – aquilo que não vai ser encontrado em documentos, mas que foi vivido pelas sujeitas – e compreender de que forma suas atuações moldaram a história (CARDOSO, 2012).

Desta forma, a história oral auxilia na recuperação da relação sujeita–história–política vivenciada pelas minorias, mas pelo fato de estar ancorada em experiências subjetivas, era pouco utilizada academicamente ou estava limitada à esfera de estudos do âmbito privado (SILVA, 2016). Os estudos da memória, a partir da tensão criada entre o privado e o público, são apontados como base na construção das subjetividades das pessoas “a partir de suas experiências vividas em determinado tempo e espaço, e assim se faz o resgate do significativo guardado em suas lembranças” (op. cit., p.21) possibilitando, assim, uma reconfiguração do lugar da história da vida privada como potencial fonte da historiografia política, dentre outros subcampos dos estudos históricos (GARCIA, 1997).

Por não se tratar de uma busca de verdades absolutas ou um embate direto com a história oficial, mas sim daquilo que dá sentido em relação à história contada, essa metodologia exige uma atenção da pesquisadora na medida em que o relato se trata de um reencontro com o que foi vivido através do dito, mas também de silêncios, expressões e gestos através dos quais a história é desenhada.

Para Milena Consentino (2013), a memória se trata de uma evidência histórica. Segundo a autora, ela envolve a resignificação do passado, relacionando-o com o presente através da ação de recordar. Por sua vez, Suely Kofes (2001) introduz um duplo jogo entre recordação e

esquecimento e o narrável e o inenarrável, e é nesse processo de trazer à narrativa escrita o resultado desses contrastes que é possível construir as nuances da história que precisa ser contada como memória não só pessoal, mas coletiva. No caso das memórias inaudíveis – de indivíduos ou grupos minoritários –, uma vez que há uma permanente interação entre o vivido e o transmitido, o desafio é garantir sua transmissão até o momento em que possam ser reveladas e passar a compor a história oficial (POLLAK, 1989). Isso afeta diretamente o sentimento de identidade e a produção de subjetividades – individuais e coletivas –, uma vez que a memória é nutridora do sentimento de continuidade de uma pessoa ou grupo e suas relações culturais (BENEVIDES, 2017; CARDOSO, 2012).

Segundo Pierre Nora (1993), memória é o vivido e história é o elaborado; portanto, o trabalho da pesquisadora se constitui em resgatar memórias e seus significados e reconstruir o passado juntamente com as sujeitas envolvidas na investigação, uma vez que estas são detentoras do material bruto sobre o qual a pesquisadora se debruça para elaborar o estudo (PATAI, 2010). A metodologia de pesquisa objetiva, desta maneira, transformar a história falada em escrita, num processo de contação, tornando a pesquisadora também uma contadora de histórias (PATAI, 2010; SILVA, 2016). Corroborando com essas reflexões, Sônia Maria de Freitas (2006) cita Paul Auster:

Vivemos numa narrativa. Há uma espécie de linha que seguimos e que nos liga ao ontem, ao hoje e ao amanhã. É claro que montamos e cortamos muitas coisas, sobretudo aquilo que não se encaixa no que pensamos ou queremos ser. Escrevemos a nossa própria história. É o que nos leva para o futuro. (p.51)

Dentro das abordagens da história oral utilizarei a história oral temática, uma vez que a entrevista-depoimento não abrange toda a vida das informantes, mas um momento ou tema recorrente – no caso, o foco temático se refere às questões de gênero e o recorte temporal se limita ao período de atuação como dirigentes do movimento estudantil da UFBA. A utilização dessa metodologia permite que sejam ouvidas mais narrativas e a confluência delas permite apontar divergências e convergências visando a construção de uma memória coletiva (FREITAS, 2006).

Para este estudo, selecionei minhas interlocutoras e conduzi as entrevistas com o objetivo de ajudar a emergir memórias sobre o tema de investigação, direcionando os relatos e possibilitando a composição de uma história sobre o período da vida de algumas mulheres que foram dirigentes do movimento estudantil da UFBA, desde a década de 1970 até a atualidade – década de 2010. Foram realizadas oito entrevistas, que foram gravadas e posteriormente

transcritas por mim. O processo de diálogo com meu olhar de pesquisadora visou produzir memórias coletivas do que foi e é ser mulher dirigente universitária. Os relatos trazem à tona compreensões sobre as relações de gênero no movimento estudantil – interseccionadas por questões de classe, raça e sexualidade, principalmente – pautadas na memória e na oralidade femininas.

Joan Scott (1998) afirma que, reconhecendo em si um ser político, a pesquisadora localizada no campo da história afasta-se de uma inalcançável e indesejável neutralidade, decidindo que categorias são possíveis de serem historicizadas e que lugar ela ocupará na produção do conhecimento. Desta forma, minha pesquisa tem caráter feminista e meu olhar está a serviço da visibilização das histórias e memórias das mulheres que construíram o movimento estudantil da UFBA. É evidente que ela não dá conta de forma completa da pluralidade das experiências vividas por tantas mulheres que, ao longo do tempo, participaram do movimento estudantil. Vale ressaltar que a maioria dos estudos sobre ME não usaram fontes orais, o que sugere a existência de uma lacuna interpretativa sobre questões importantes, que ensaio aqui levantar. Este estudo visa colaborar com outros, na tentativa de abrir espaço para que histórias subalternas sejam levadas em conta ao compor o campo de estudo sobre os movimentos sociais – especificamente o movimento estudantil. Da mesma forma, esta pesquisa pretende colaborar com os estudos de gênero e feministas, assim com os estudos sobre a universidade.

Este trabalho objetiva visibilizar as histórias das mulheres dirigentes que vivenciaram o movimento estudantil nas décadas de 1970 até 2010, compondo-as em uma memória coletiva, e analisar como se dão as relações de gênero no ME/UFBA. Como objetivos específicos, ele pretende observar algumas questões: 1. De que forma as vivências estudantis dessas mulheres foram atravessadas pelas suas interseccionalidades; 2. Quais eram as práticas políticas do movimento estudantil e as questões de gênero que se apresentavam a partir delas; 3. Como essa experiência impactou as vidas dessas mulheres.

Para esse estudo foram entrevistadas oito mulheres. Com o intuito de direcionar os relatos das participantes, um roteiro de entrevista (apêndice B) contendo algumas perguntas serviu como elemento provocador. Operando apenas como um guia e atendendo às especificidades de cada situação de interação, esse instrumento foi utilizado de forma diferenciada em cada entrevista. Empenhei-me em garantir que as mulheres pudessem se expressar livremente conforme seus interesses, portanto em diversos momentos os relatos não foram engatilhados pelas perguntas

ou estas geraram reflexões distintas do que eu esperava e ajudaram na reformulação das perguntas a cada encontro, aperfeiçoando, por sua vez, o instrumento.

No tópico a seguir, apresentarei informações gerais sobre as participantes da pesquisa e relatarei como foi feita a escolha de cada uma, como foi realizado o contato e o encontro. Posteriormente, abordarei a estratégia de produção do roteiro de entrevistas e descreverei o processo de transcrição e a análise de dados.

2.1. As dirigentes

Para a realização desse trabalho, iniciei a sondagem de possíveis participantes a partir da minha geração¹⁴ do movimento estudantil pela facilidade de viabilizar os encontros. A partir daí, as demais mulheres convidadas foram indicadas pelas entrevistadas através de suas referências de mulheres dirigentes que foram importantes na sua formação – seja por ter convivido ou por ter servido como referência político ou historicamente – corroborando com o que Michael Pollak (1989) trata por memória enquadada¹⁵. Não houve nenhum critério preestabelecido para caracterizar quem é considerada dirigente; logo, a indicação prescindia de participação em entidades gerais internas ou externas à universidade. Para que o estudo alcançasse o período mais distante possível no passado do movimento estudantil, estimei as participantes a refletir sobre quais mulheres – ou, indiretamente, histórias conhecidas sobre elas – haviam mobilizado positivamente sua vivência estudantil. A partir das respostas, foi possível alcançar mais de uma dezena de ativistas de décadas anteriores, chegando aos anos 1970. Durante o processo de mobilização não encontrei nenhuma dirigente dos anos 90 e, com o intuito de abordar, de alguma forma, esse intervalo histórico, recorri a minha própria rede de ativismo político para contatar possíveis entrevistadas e consegui a participação de uma delas.

¹⁴ No movimento estudantil chamamos de geração o conjunto de pessoas que foram ativistas durante o mesmo tempo de atuação.

¹⁵ O termo foi cunhado por Henry Rousso em 1985 a partir da noção de que a memória individual, em relação à construção de memórias coletivas, tem a função de manter a coesão interna de um grupo, reforçando assim sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais; dessa forma ela cria referências e padrões que podem ser estudados (POLLAK, 1989).

Apesar das diretrizes tradicionais utilizadas no campo da investigação com seres humanos, esta pesquisa dispensa o caráter anônimo da participação, com o propósito manifesto de visibilizar as mulheres que fazem ou fizeram parte do movimento estudantil da UFBA, possibilitando o acesso de ativistas do ME e outras pessoas interessadas à história da qual pertencem. Por outro lado, este trabalho não pretende encerrar o processo de recuperação da memória coletiva das mulheres do ME/UFBA para a elaboração de uma versão única. As participantes foram aquelas que foi possível sensibilizar e mobilizar para a elaboração do estudo, com ciência de que existem muitas outras dirigentes que protagonizaram a história no movimento, seja nas entidades de base ou gerais¹⁶.

Apresento abaixo uma síntese de algumas características das mulheres que entrevistei no período de setembro a dezembro de 2018.

Quadro 1 – Informações gerais sobre as entrevistadas.

Nome	Identidade étnico racial/orientação sexual ¹⁷	Idade	Formação	Período ME/UFBA	Entidade estudantil
Célia	Negra	n.d.	Arquitetura	1972-1980	DEA ¹⁸ ; DCE
Lídice	Parda	63	Economia	1976-1982	DAECO ¹⁹ ; DCE
Amélia	Negra; Lésbica	55	Ciências Sociais	1986-1994	CACISO ²⁰
Isadora	Negra	39	Arquitetura	1997-2007	DEA; DCE
Daniele	Negra	39	Ciências Sociais	1999-2005	CACISO; DCE; UNE
Leila	Negra	34	Economia	2006-2014	DAECO; DCE; UNE

¹⁶ No momento da entrevista em que pergunto sobre as entidades que a ativista participou enquanto atuava no ME/UFBA, algumas participantes falaram sobre entidades gerais externas à universidade - como UEB, UNE e executivas de curso – informações que acredito serem relevantes para o estudo, uma vez que integram da sua vivência enquanto dirigentes estudantis, portanto serão listadas juntamente com as demais.

¹⁷ No roteiro de pesquisa original a questão de orientação sexual não foi levantada, de forma que apenas a autodeclaração de identidade étnico/racial era perguntada às participantes. No entanto, na entrevista a Amélia Maraúx, a própria se autodeclarou negra e lésbica, abrindo espaço para essa categoria nas demais entrevistas. Nenhuma outra entrevistada autodeclarou orientação sexual.

¹⁸ Diretório dos Estudantes de Arquitetura da UFBA.

¹⁹ Diretório Acadêmico de Economia.

²⁰ Centro Acadêmico de Ciências Sociais.

Liliane	Negra	n.d.	Serviço Social (n.c.)	2009-2013	CASS ²¹ ; DCE; UEB ²² ; UNE
Lorena	Negra	23	Direito (n.c.)	2013-2017	DCE

Fonte: elaborado pela autora

A primeira entrevistada foi Liliane Oliveira, que, apesar de ter entrado na universidade no mesmo ano que eu, por ter participado do movimento estudantil na Universidade Católica desde 2007, chegou na UFBA – na minha perspectiva – com *status* de dirigente. Ela elaborou uma lista de mulheres que eu poderia entrevistar e, entre elas, consegui dialogar com Leila Carla Ferreira, Lídice da Mata, Isadora Salomão e Lorena Pacheco. Em seguida entrevistei Isadora Salomão, que sugeriu que eu contatasse Daniele Costa. Amélia Maraúx foi indicação de uma companheira de ativismo. Por fim, quando fui ao encontro de Lídice da Mata fui apresentada, por uma de suas assessoras, a Célia Bandeira.

Outras mulheres foram mobilizadas, mas por dificuldades de conciliação de agendas não foi possível entrevistar. Destas destaco uma, cujo relato gostaria que tivesse sido incluído neste estudo: Clara Araújo. Antes de iniciar as revisões bibliográficas e buscas por referências históricas para a realização deste trabalho, a dirigente mais antiga em que eu consegui pensar junto às minhas companheiras foi Lídice da Mata – a primeira mulher eleita diretamente presidenta do DCE da UFBA, no ano de 1980. Para minha surpresa, ao revisar os registros da UNE sobre suas presidentas e, mais especificamente, ao encontrar o livro de Maria Paula Araújo (2007) sobre as memórias estudantis da UNE, me deparei com o nome de Clara Araújo, a primeira mulher eleita presidenta da maior entidade estudantil do Brasil e que, para minha surpresa, era baiana e havia estudado na UFBA. Ela declara ter participado de algumas gestões do DCE da UFBA, entre elas aquela em que Lídice fora presidenta. Apesar de não ter sido possível realizar a entrevista, foi muito interessante ouvir sobre sua atuação através dos relatos de Lídice e Célia Bandeira. Desta forma, também será possível reconhecer as histórias de outras atrizes políticas que atuaram nesse espaço através dos relatos contidos neste trabalho.

As entrevistas se referem à vida adulta das participantes, considerando a idade que entraram no movimento estudantil (entre 18 e 23 anos, para aquelas que declararam sua idade). É

²¹ Centro Acadêmico de Serviço Social.

²² União dos Estudantes da Bahia.

interessante ressaltar que existe uma diferença de idade considerável entre as entrevistadas, o que confere a cada depoimento uma posição diversa frente às memórias, uma vez que Lorena, por exemplo, revisita momentos vividos entre um e cinco anos antes da realização da entrevista, enquanto Lídice fala de experiências que aconteceram 43 anos atrás. Isso imprime distinções delicadas e potentes entre as narrativas, como aponta Suely Kofes (2001), ao afirmar que a memória se constrói num jogo contínuo entre lembranças e esquecimento. Entre mulheres que conviveram no mesmo período, como foi o caso de Daniele e Isadora, foi particularmente interessante ouvir relatos sobre um mesmo momento político específico e perceber as diversas histórias possíveis de serem contadas a partir do mesmo referencial.

Uma questão que ficou evidente foi a totalidade das mulheres entrevistadas serem negras. Ao analisar a lista de possíveis entrevistadas, percebi que essa preponderância se mantinha. À frente adentrarei nos relatos de algumas dessas mulheres que trazem à tona reflexões sobre sua existência como mulheres negras dirigentes e as intersecções que lhes atravessaram, mas cabe aqui salientar que esse fato me suscitou uma série de inquietações sobre as dimensões de potência do movimento estudantil enquanto espaço para o exercício de poder das mulheres negras e sobre sua dimensão antirracista. Faço também a ressalva de que, como mulher branca consciente da minha condição racial no mundo e no espaço de construção de conhecimento aqui colocado, foi especialmente desafiador gerar uma escuta/escrita comprometida com a vida dessas mulheres e suas inter-relações com o complexo estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e capaz de identificar os momentos em que essas questões apareciam nos relatos de forma mais preponderante. Compreendo que não é possível assimilar na totalidade as experiências vividas por essas mulheres, mas sim me comprometer com uma escuta e olhar sensível consciente de que a entrevista é uma relação dialógica, resultado da interação entre duas subjetividades, duas visões culturais, duas percepções e condições sociais distintas (PATAI, 2010) e este estudo resulta dessa experiência, mediada por minha busca ética como pesquisadora.

Levando em consideração os indicativos teórico-metodológicos da história oral, as entrevistas foram construídas de modo que as mulheres pudessem se sentir o mais confortável possível, propondo o local onde elas seriam realizadas e dispondo de tempo livre suficiente para falar de suas memórias. Para cada mulher o contato, o encontro e o início da gravação aconteceram de uma forma específica. Os primeiros contatos foram feitos por telefone ou e-mail; na ocasião, eu descrevia a natureza e os objetivos do trabalho, colhia as primeiras informações –

em que tempo estudou na UFBA e participou do movimento estudantil – e agendava as entrevistas, de acordo com a disponibilidade de cada interlocutora.

É importante salientar que as entrevistas aconteceram durante o período eleitoral de 2018, momento em que todas as pessoas entrevistadas e eu mesma estávamos profundamente mobilizadas. A primeira entrevista aconteceu antes do primeiro turno e as outras após o segundo, portanto o clima político estava particularmente denso e presente nas narrativas. O momento político tem impacto direto na realização desse trabalho, uma vez que é inegável a reverberação dos acontecimentos políticos do país nas nossas vidas e, consequentemente, na nossa memória. Porém, como disse Gabriela Araújo (2019): “em tempos difíceis, as experiências exitosas de resistência e enfrentamento se fazem ainda mais necessárias enquanto referências e inspiração para nos ajudar a promover os caminhos de transformação, para que não sejamos abatidas pela desesperança” (p.16). Portanto, o processo de pesquisa e, especialmente, a fase de realização das entrevistas, foi também uma forma de encontrar esperança nas memórias vividas e transformá-las em fonte de força para aquelas que integraram, as que integram e as que integrarão o movimento estudantil.

A conversa com Liliane foi feita em sua casa e, talvez por termos compartilhado uma parte do tempo de ativismo juntas no movimento estudantil e hoje sermos companheiras na luta feminista, foi a que mais demorou entre o tempo de chegada, a apresentação do estudo e o início da gravação. A entrevista aconteceu de forma restrita ao roteiro de perguntas, ao mesmo tempo em que as respostas extrapolaram-no, e durou pouco mais de meia hora. Por se tratar da primeira entrevista, acredito que os caminhos para estimular uma narrativa mais fluida ainda não estavam bem delineados, mas foram sendo traçados ao longo dos encontros posteriores.

Isadora também me recebeu em casa, e fez questão de iniciar o depoimento demarcando que estávamos há oito meses do assassinato de Marielle Franco²³ e que havia sido eleito Jair Bolsonaro como presidente da República. A própria entrevistada foi candidata a deputada estadual nesse pleito eleitoral pelo Partido Socialismo e Liberdade²⁴ (PSOL). A

²³ Marielle Franco foi uma mulher feminista negra, lésbica, socióloga, defensora dos direitos humanos, criada na Favela da Maré (RJ) e vereadora eleita pelo PSOL em 2016 e executada, juntamente com seu motorista, no dia 14 de março de 2018, na cidade do Rio de Janeiro. O crime até hoje está sendo investigado e há uma forte mobilização social em torno do esclarecimento e condenação dos autores e mandantes desse crime político.

²⁴ Partido político fundado em 2004.

entrevista teve a duração de 1 hora e meia e fluiu muito além do roteiro, numa narrativa cheia de memórias de momentos políticos relevantes para ela. Ela guardou uma série de documentos, fotos, crachás e outras memórias físicas do seu tempo de ativismo político no ME e foi muito interessante perceber como esses objetos suscitaram histórias e questões importantes.

Encontrei com Lorena na biblioteca da Faculdade de Direito da UFBA – onde estudava enquanto me esperava. Fomos conversando sobre sua vida acadêmica ao passo que buscávamos uma sala vazia para fazer a entrevista, que durou pouco mais de meia hora. Por sermos contemporâneas do movimento estudantil – ela é de duas gestões posteriores à minha –, as falas muitas vezes remeteram a um saber/memória comum, sendo importante que eu tivesse atenção para, no processo de transcrição e análise, lembrar dos fios soltos que eu poderia amarrar.

A entrevista com Leila foi realizada na sua sala na Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) – onde ela trabalha –, ocorrendo algumas interrupções por conta da circulação de pessoas. Durou 40min. Leila foi uma referência para meu ativismo no ME da UFBA e a entrevista foi muito emocionante de ambas as partes e assim como a de Lorena, suscitou muitas memórias comuns, abrindo lacunas na transcrição que puderam ser preenchidas.

As entrevistas com Amélia e Daniele aconteceram no mesmo dia, em turnos distintos. Fui primeiro à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas da Universidade do Estado da Bahia (PROAF/UNEB) ao encontro de Amélia que me recebeu em um momento entre duas reuniões, mas num clima agradável de recordação – ela foi a minha primeira entrevistada de uma década anterior a 2000. Vale salientar que foi essa entrevista que demarcou para mim a necessidade de, no momento inicial de coleta das informações mais gerais, dar espaço para a identificação não só racial, mas também de orientação sexual e outras. A conversa registrada durou menos de meia hora. Fui então para a sede do Partido Comunista do Brasil²⁵ (PCdoB) Bahia, onde encontrei com Daniele em sua sala – ela é hoje dirigente estadual do partido. A entrevista durou quase uma hora.

²⁵ Partido político fundado em 1962.

As entrevistas com Lídice e Célia também aconteceram no mesmo dia, em turnos distintos, e ambas ocorreram no gabinete local da então senadora, hoje deputada federal. Encontrei com Célia pela manhã numa sala de reuniões. Nesse momento outra assessora do gabinete apresentou interesse pela pesquisa e pediu para acompanhar a entrevista e, com o consentimento da entrevistada, ela permaneceu no lugar. Por se tratar de um espaço reservado, mas ao mesmo tempo, de circulação do pessoal interno ao gabinete, em alguns momentos a conversa teve a participação de Carmela – assessora da senadora e contemporânea de Célia no movimento estudantil. Vários momentos anteriores e posteriores à entrevista foram marcados por relatos interessantes, mas não foram gravados – apesar de eu ter retomado por duas vezes a gravação após a conversa inicial, rendendo 50 minutos de conversa. À tarde fui à sala de Lídice. A entrevista foi interrompida poucas vezes para que a senadora pudesse atender questões políticas urgentes. A nossa conversa ocorreu no dia da morte de Mãe Stella de Oxóssi²⁶ e havia um clima de mobilização muito forte em torno do velório e sepultamento da Iyalorixá. A entrevista também teve a presença da assessora anteriormente mencionada e durou quase 50 minutos. A presença de outra pessoa durante a entrevista foi uma experiência particular. Não acredito que tenha afetado de forma significativa os relatos, mas a relação entre entrevistadora e entrevistada foi de alguma forma modificada pela interação com uma terceira pessoa, uma vez que suas intervenções diretas (perguntas) e indiretas (por meio de gestos e expressões) também fizeram parte do cenário dessas duas entrevistas.

2.2. Roteiro de entrevista

De acordo com Sônia Maria Freitas (2006), o roteiro de entrevistas deve ser elaborado a partir de um estudo aprofundado do tema e precisa ser amplo e abrangente para que possa ser utilizado em todas as entrevistas, tentando, assim, garantir uma mínima unidade do produto final. A utilização do roteiro, no entanto, não deve acontecer de forma rígida, para que as narrativas possam fluir da forma mais natural possível. Cada entrevista tem uma dinâmica própria, sendo possível, e até desejável, que outros temas de interesse da entrevistada emergjam, podendo ou não ser incorporados ao roteiro, que pode sofrer adaptações durante o processo.

²⁶ Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, Mãe Stella era mulher negra lésbica escritora, e recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela UNEB, além de ter ocupado a cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia - que pertencera a Castro Alves. Faleceu aos 93 anos.

É importante frisar que as entrevistas tiveram caráter temático, portanto as perguntas foram elaboradas para trazer à tona as narrativas relativas às partes da vida das mulheres ligadas à sua atuação no movimento estudantil da UFBA, mais especificamente para as questões de gênero relativas a essa experiência. Com o intuito de orientar a entrevista no sentido de que as mulheres pudessem resgatar suas memórias e refletissem sobre sua condição de dirigentes do movimento estudantil, criei um roteiro através do que elas pudessem adentrar no espaço-tempo em que viveram. Para isso, após as perguntas gerais – nome, idade, período que estudou na universidade, curso – iniciei perguntando como foi a sua entrada no movimento estudantil. Resgatar essa memória foi uma estratégia para levar as mulheres aos seus primeiros contatos com a vida universitária e com a vida política estudantil, o que rendeu relatos bastante significativos. Em seguida pedi que elas descrevessem a conjuntura política dentro e fora da universidade e que mencionassem as lutas e movimentos sociais mais relevantes da época. Achei importante suscitar essa questão para poder compreender melhor o contexto em que essas mulheres viveram e, assim, ter uma escuta mais atenta para as perguntas que seguiam, que se relacionavam com o dia-a-dia do movimento estudantil – como funcionavam as entidades estudantis? Que relações estabeleciam entre si e com as demais categorias? – e com a rotina dessas mulheres. A partir desses relatos, inseri perguntas sobre as relações de gênero dentro do movimento estudantil – Existiam muitas mulheres? Como se relacionavam? Existiam diferenças de gênero? Como era ser mulher dirigente?

A maioria dos relatos teve momentos em que as lembranças transbordavam para além das perguntas, mas levavam a lugares e momentos importantes para compreender de que forma as entrevistadas percebiam a sua participação no ME e a si próprias enquanto dirigentes. Esse movimento levava as depoentes a um estado de profunda reflexão sobre seu passado e, para construir um fechamento da entrevista, assim como compreender a dimensão das lembranças – e o jogo entre vivido/não vivido, lembrado/esquecido, narrado/não narrado – achei importante perguntar sobre o impacto da experiência como dirigentes do movimento estudantil na sua vida presente – como influenciou na sua formação política/profissional e na sua visão de mundo? Essas memórias do presente foram muito significativas e por isso as reflexões feitas a partir delas passaram a um capítulo específico.

2.3. Transcrições: de ouvinte a contadora de histórias

Fiz, eu mesma, a transcrição das entrevistas, apoiada na premissa de que para um conjunto de estratégias qualitativas, e em particular a história oral, é fundamental que o processo de

transcrição seja feito, em todas as suas etapas, pela própria pesquisadora (FREITAS, 2006; SILVA, 2016). Esse trabalho detalhado e minucioso, e por vezes exaustivo, foi fundamental para compreender a importância da escuta como gatilho de memórias do vivido no encontro com cada entrevistada e seu poder propulsor de reflexões sobre as narrativas.

Ciente de que, para a história oral, a memória é uma forma de evidência histórica (COSENTINO, 2013, p. 29), ao transcrever, procurei produzir uma escuta atenta dos registros em áudio de cada entrevista. Durante esta fase do trabalho, pude afinar a percepção sobre elementos complementares de leitura do dito para além das narrativas em palavras, mas também reviver sua rítmica, silêncios e entonações, assim como evocar memórias de expressões faciais e gestos imbricados²⁷. Desse modo, cabe afirmar que, em certa medida, o processo de transcrição foi o meu procedimento metodológico inicial de análise.

Busquei, nessa etapa da pesquisa, que os relatos das entrevistadas se mantivessem o mais próximos quanto possível de como chegaram até mim através dos atos de fala. Ainda assim, ajustes pontuais entre a linguagem falada e escrita foram necessários e os fiz em acordo com a abordagem metodológica proposta por Sonia Maria de Freitas: comprometida em minimizar interferências de sentido, mas atenta em desatar o que viesse a comprometer, mais tarde, o fluir da leitura (FREITAS, 2006). Interferi particularmente nos casos de repetição excessiva de palavras e aparição recorrente de vícios da fala. Mantive aqueles que acredito fazerem parte do linguajar comum que podem ser caracterizadas como erros ortográficos, mas que considere relevantes para o fluxo da leitura. Também seguindo orientações dessa autora, encaminhei o relato às mulheres entrevistadas para que elas pudessem fazer eventuais correções e complementações de frases incompletas, assim como sinalizar trechos ou nomes que deveriam ser suprimidos ou modificados para garantir o anonimato de outras pessoas/coletivos.

Foi, especialmente, através do ato de transcrever que comecei a me estabelecer como pesquisadora /contadora de histórias dessas mulheres dirigentes do ME/UFBA. Compreendo o processo de contação de histórias a partir da experiência com a mestra griô Suely Carvalho, que afirma que “quando você ouve uma história ela se torna sua, logo você tem que ter atenção e sensibilidade para compreender as importâncias na narrativa para que, ao

²⁷ Trechos em que os gestos, silêncios e expressões foram relevantes para o relato fiz descrições sinalizadas entre “[]”. Igualmente, palavras e nomes que tinham sentido incompleto foram complementadas por mim dessa forma.

reproduzir, ela não perca sua potência”. Partindo dessa premissa, considero um tanto minhas as histórias dessas mulheres e acredito que o processo mais denso desse trabalho foi compreender como entrelaçar essas narrativas tão potentes sem que perdessem seu poder.

Em um segundo momento, a escolha dos trechos de entrevistas que embasariam reflexões e comporiam o texto final se deu via “decomposição do texto” (QUEIROZ, 1991) em partes temáticas, passíveis de compreensão quando lidas e discutidas apartadas da unidade composta pela entrevista de onde foram extraídos. Essa escolha de análise de dados potencializou a produção de encontros, convergências e/ou fricções entre falas de diferentes entrevistadas sobre um mesmo tema. Escolhi reproduzir as falas das entrevistadas de maneira sintética quando fosse possível, mas mantive longos trechos quando acreditei necessário para a compreensão plena da experiência narrada, dialogando e refletindo junto a essas memórias para gerar, como produto final, uma composição de histórias. Conforme sinalizado por Mayris Silva, “a pesquisadora se apropria do método de pesquisa para compreender, analisar e fazer utilização dessa história por meio de um processo que transforma as palavras faladas em escritas, um árduo trabalho ao ser a mesma a responsável pela transferência ao papel” (2016, p.23). Esse processo me permitiu uma compreensão aprofundada das potências de cada narrativa, além da reflexão sobre as aproximações possíveis e os contrastes existentes entre relatos de entrevistas diferentes.

Não foi um caminho fácil. Primeiro, por se tratar de um trabalho sobre a narrativa de outra(s) pessoa(s), foi desafiador selecionar os trechos que iriam compor o trabalho e estabelecer categorias analíticas. Segundo, porque a minha proximidade com uma parte dessas mulheres e profunda identificação com os relatos de todas e o tema do trabalho tornou o processo ainda mais complexo e foi só com o tempo e a repetida escuta que eu pude pensar em como poderia organizar essas memórias de forma a relevar sua importância, sem perder as trilhas que organizei como objetivos para este trabalho. Por fim, compreender meu papel engajado de narradora e contadora das histórias que escutei foi um processo lento que foi se tornando confortável ao longo do tempo, com apoio das referências acadêmicas, das mulheres entrevistadas e de outras que acompanharam o processo, bem como através das minhas reflexões sobre o meu envolvimento com o tema, considerando a minha própria experiência como mulher dirigente do ME/UFBA.

Para orientar a análise, inicialmente defini as categorias a partir do roteiro de entrevista, mas, após sucessivas escutas e leituras do material, reorganizei-as em: vivência estudantil e

interseccionalidades (contemplando os relatos em que as questões de classe, raça, gênero, sexualidade e outras intersecções ficaram mais evidenciadas e suas influências nas experiências na universidade e no ME); práticas políticas (as reflexões sobre como se construía as formas de atuação do ME e as práticas femininas/feministas); gênero e violência (categoria emergente, surgida pela relação entre os temas que foi feita por algumas entrevistadas); e, por fim, impacto da experiência (que optei por tratar em um capítulo à parte, por se tratar de uma memória/reflexão sobre o presente).

As categorias dialogam diretamente entre si e reconhecer que um trecho de entrevista poderia auxiliar na compreensão de diversas questões permitiu perceber possíveis entrelaçamentos. Ter o feminismo negro interseccional como lente de observação foi marcante nesse sentido porque o destaque das avenidas identitárias que atravessam essas mulheres permitiu que inúmeras questões imbricadas às categorias viessem à tona, formando assim uma teia complexa de possibilidades analíticas.

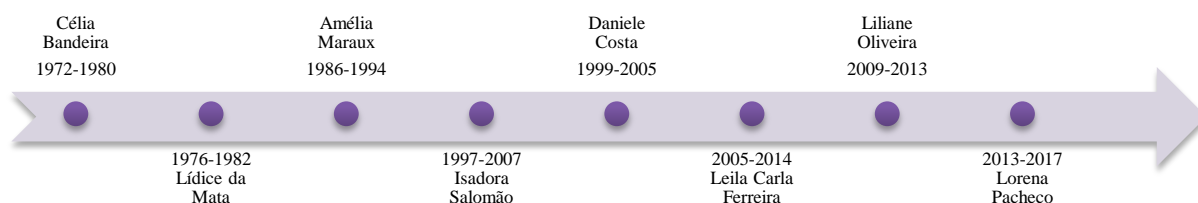
Foi através dessa multiplicidade de abordagens, técnicas e recursos, fundada sobre um exercício constante de visitação das narrativas gravadas, e posteriormente escritas, que comecei a compor essa memória coletiva de mulheres dirigentes do movimento estudantil da UFBA.

3 *PISA LIGEIRO*²⁸: MULHERES DIRIGENTAS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA

A presença e o reconhecimento das mulheres nos espaços de poder não se deram de forma pacífica ou uniforme. Apesar de fazer parte dos principais movimentos sociais do país em luta por melhorias sociais – ocupações de terrenos urbanos, movimentos de saúde e de melhoria de transportes, nas comunidades de base e em lutas específicas, como aquela pela anistia nos anos 70 –, somente os movimentos centrados sobre as questões “femininas” ou aqueles auto-organizados eram considerados movimento de mulheres (SOUZA-LOBO, 2001[1991]). Na política, a socialização e os modelos de ativismo ainda são essencialmente masculinos – compreendidos como sujeito universal – e a ocupação dos movimentos sociais por parte das mulheres gerou e segue gerando uma profunda reorganização dos seus padrões (GODINHO, 1991; BONETTI, 2003; SOUSA; BEZERRA, 2006; OSÓRIO, 2014; ARANGUIZ, 2015; SILVA, 2016).

Considero que uma das riquezas dessa pesquisa é a sua abrangência temporal. No entanto, aproximar relatos de mulheres que viveram em diferentes épocas da nossa história é desafiador, principalmente pela possibilidade de resultar em simplificações no processo de análise. Nesse contexto, o feminismo interseccional foi uma eficiente ferramenta que ajudou a olhar para essas histórias com sensibilidade e profundidade, uma vez que aponta para o intercruzamento de avenidas identitárias como forma de fazer emergir questões trazidas pelas entrevistadas e compreender sua dimensão temporal. Para organizar melhor a leitura, optei por dispor os depoimentos por ordem cronológica de vivência na universidade, segundo a linha do tempo abaixo.

Linha do tempo – mulheres dirigentes e períodos que participaram do movimento estudantil da UFBA



Fonte: produzida pela autora

²⁸ Parte de um canção popular difundido entre os movimentos sociais e com diversas versões, que na Marcha Mundial das Mulheres canta: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro/quem não pode com as mulheres, não assanha o formigueiro!”.

Início esse caminho trazendo parte dos relatos das mulheres sobre a conjuntura política da época em que fizeram parte do movimento estudantil, compreendendo que conhecer os momentos políticos que as entrevistadas vivenciaram, através de suas memórias, ajuda na identificação de padrões da prática política e lugares de fala que, na análise de outras dimensões, aparecerão imersas em suas noções sobre gênero e práticas políticas.

Posteriormente, apresento os relatos das entrevistadas sob quatro dimensões analíticas: vivência estudantil e interseccionalidades; práticas políticas do movimento estudantil; práticas femininas e feministas; e, por fim, relações de gênero e violência. Optei por essas construções por compreender, a partir da análise do material produzido, que primeiramente a forma como a vivência na universidade impactou nessas mulheres afeta e se relaciona diretamente com sua presença no ME e, a partir dessa presença, é possível perceber diversas formas de atuação. Finalmente, apresento a reflexão que as mulheres fizeram a partir dos seus relatos, memórias e vivências para significar como a experiência de ser mulher dirigente do ME sensibilizou suas trajetórias de vida.

3.1. Conjunturas sócio-políticas

3.1.1. Ditadura Militar e resistência política

Em 1964 um golpe de estado instaura a ditadura militar no Brasil. A partir desse momento, há uma forte mobilização dos setores populares e de esquerda para combater e resistir ao regime, que duraria 21 anos. Um dos espaços de contestação à ordem para um conjunto de mulheres foi o movimento estudantil (RIDENTI, 1990). Em conjunto com o ME, as mulheres integraram movimentos pela redemocratização e em especial o movimento pela Anistia, através de seus papéis “tradicionais” de mãe, esposa, filha ou amiga de presos e desaparecidos políticos (SOUZA-LOBO, 2011[1989]), mas também diversos outros. Neste sentido, Célia e Lídice, entrevistadas que atuaram na época, lembram:

Mas a gente foi fazendo cada coisa: movimento pela anistia, depois o movimento que chamava Trabalho Conjunto. Esse Trabalho Conjunto, ele era feito pelos já profissionais liberais, então assim os que já recentemente saíram da universidade de um movimento que era crescente na universidade, se articulando muito com a Igreja, o CES²⁹, o CESE³⁰, a Igreja progressista, baseada na universidade também, nos

²⁹ Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho.

³⁰ Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

movimentos, no movimento estudantil em todas as suas tendências e movimento popular, que o movimento estudantil trabalhava... Eu fazia teatro, então eu fazia teatro nos bairros, formava pequenos grupos de teatro junto às igrejas, trabalhos de clubes de mães da periferia... (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Então nesse período nós tivemos um momento de intensa participação no movimento de mulheres porque quando eu fui presidente do DCE era um início de uma mobilização partidária em torno da organização das mulheres. 79 - 79? [duvidando] - acho que foi 77, 79 - tem que ver aí a data que foi a anistia - aí depois da anistia nós... Antes a gente tava pouco concentrada no movimento feminino por anistia e aí o próprio movimento feminista tinha participação grande na anistia. (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

Para Célia, a experiência do ativismo no movimento estudantil andou lado a lado com o movimento cultural. Esse processo que tinha centralidade no engajamento político através da arte foi também fundamental na resistência ao regime militar (SOUZA, 2016) e vivido dentro e fora da universidade.

Eu fazia teatro, também a gente fazia muitas intervenções em sala de aula, pequenos esquetes diante de qualquer movimento, qualquer acidente, qualquer problema a gente entrava nas salas, sempre tinha um grupo de teatro permanentemente organizado em algumas escolas - a nossa sempre teve, administração também. Aí o movimento foi crescendo assim, fazendo essas atividades, um pouco de caráter cultural praticamente estrito senso, outras não tanto assim, mas cinema tinha o ICBA³¹... Passava filmes de temáticas, passava assim, umas temáticas. Então passava assim, semanas de cinema isso, cinema aquilo... Também a gente muito com cinema nacional, com produção Rio-São Paulo, a gente sempre tava trazendo, sempre que podia trazer pra cá alguma coisa. Aí teve circo, um grupo de Regina Casé, aquela turma toda lá no teatro, o Teatro Vila Velha também que era uma cena, um centro de referência importante pra gente na época que João Augusto era o diretor, então tinha tantos trabalhos que eles faziam lá que eles faziam lá, como também apoiavam muito os trabalhos que a gente fazia na universidade. Tinha os Poetas da Praça³², tudo isso foi tendo. Poetas da Praça, a gente também fazia teatro de rua, fazia manifestações, juntava todo mundo que tinha coisas... [...] Várias vezes, inclusive algumas vezes - eu tenho até foto - de manifestação na Reitoria - na Reitoria não - na Reitoria foi essa que a gente foi pelo Vale (do Canela), que gente a fez por ali que foi pra ter outra saída, mas a gente fazia reunião na Faculdade de... na Politécnica e de lá a gente saía pra andar até o Campo Grande, mas a gente fazia um teatro, a gente fazia um esquete. Uma vez eu me lembro que eu, nós fizemos... Nós éramos as feitiçeras e tal, costuramos um monte de porcaria na boca do sapo contra o reitor. Era um feitiço contra o reitor, as três feitiçeras ali fazendo aquele monte de coisa assim, bruxaria. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Dentro da universidade, o movimento estudantil fazia um intenso movimento de resistência à ditadura, utilizando murais para dar visibilidade às notícias que “vazavam” e chegavam até os jornais, revistas e materiais de circulação interna dos movimentos.

³¹ Instituto Cultural Brasil-Alemanha, gerenciado pelo Goethe Institut.

³² Movimento literário, social e político baiano iniciado em 1979 que tornou a Praça da Piedade em um ponto de cultura.

Sempre que podia, que sabia, que tinha acesso, passava notícias assim, do terror que tava instalado no país de alguma forma. Não era fácil, não podia também... Não tinha muito como você divulgar tantas coisas que aconteciam, mas as coisas mais graves a gente conseguiu chegar... Aí as escolas tinham... lá em Arquitetura tinha um mural muito bom que era naquele pátio do fundo da escola, que vai pra Física lá, então a gente tinha um mural ali de três faces assim, gigantes, maior que uma porta. Aí quem ia pras unidades de baixo passavam por ali e sempre viam. Era um mural artístico, Márcio Meirelles era estudante ainda no primeiro, segundo ano. Aí fazíamos assim, muito coloridos, muito cheios de imagens e tudo e aí as notícias chegavam, mas às vezes era notíciuzinha desse tamaninho que tava no Estadão³³, um pedacinho desse, a notícia, e a gente fazia aquela... [...] Ampliava! Um negocinho desse tamanho que saía no recorte do Estadão aqui a gente colocava mil coisas em volta pra chegar a atenção à notícia, sei lá, "Renato Rabelo foi preso em Paris"... Foi um dos casos que eu lembro da gente ter, botava a notícia assim de um preso político, uma pessoa que tava fugida do Brasil, tava perseguida, tava exilada, ninguém sabia nem onde estava aparecia em algum lugar, ou então pequenas notícias... Tudo que a gente podia a gente colocava nesse mural. O nosso mural era muito bom porque ele era trabalhado assim, de maneira a ser bem assim lido, era concorrido, mas também nas outras escolas todas tinham... Quando foi pra São Lázaro³⁴ a parte toda de ciências, de ciências humanas e ficou muito bom também porque concentrou e era muito, eram murais bem feitos e como a gente tinha relação também dos diretórios entre si a gente trocava informações. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Além disso, construíam mobilizações ligadas a pautas internas, como o jubilamento e questões estruturais dos cursos.

Começou o problema do jubilamento, que a universidade queria botar pra fora aqueles alunos que estavam repetindo sucessivas vezes as mesmas matérias e o movimento contra o jubilamento foi que nos levou à primeira greve integral da UFBA, 1975. Uma greve de 30 dias, fechou a universidade, não entrava ninguém. Veio o MEC³⁵ pra cá, foi assim forte, impactou mesmo e assim era a nossa conjuntura. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Foi antes de eu entrar na universidade teve uma greve geral. Foi uma das primeiras greve gerais do país que foi a greve contra o jubilamento, que tinha um período que, você tinha acho que era 5 anos ou 6 anos... Sei que quando você fazia um curso e levava muito tempo no curso, eu não sei te dizer o período - isso foi anterior a nossa presença da universidade - aí veio uma lei que jubilava, botava pra fora o estudante que tinha ultrapassado aquele prazo. Aí houve uma mobilização muito intensa na universidade que levou à greve geral. [...] O forte era a luta, naquele período, era a luta em defesa da universidade se manifestava muito por conta de existência da ditadura, uma luta digamos não era corporativa - não chegava a ser - mas era uma luta de reforço ou de valorização do aspecto profissional de cada escola. Uma plataforma pela melhoria do ensino de Arquitetura, da Economia, da Geologia, da Geografia... Era aquilo que mais mobilizava cada escola, cada faculdade. Ao lado disso a luta por liberdade, então a luta por anistia, a luta contra a ditadura. A minha escola, particularmente, era muito politizada e era uma escola no meio da rua que tinha e usava a sua porta como painel, a gente no diretório fazia painéis imensos,

³³ Jornal Estado de São Paulo.

³⁴ *Campus* da UFBA que sedia a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

³⁵ Ministério da Educação.

muito bonitos, feitos e criados por Terezinha - que hoje é uma grande feminista, Terezinha Gonçalves - e que fazíamos aqueles cartazes com toda a denúncia da corrupção a ditadura militar, dos acordos do Brasil feitos por aquele governo, mas que iam no sentido de entrega das riquezas nacionais no período do governo autoritário e que eram retratados e denunciados nas páginas dos jornais Movimento, do jornal Opinião e todas essas coisas eram transformadas em mural e postos na porta da Escola de Economia, que era simplesmente - e é - na praça da Piedade, então não tinha ainda aquelas grades que tem hoje, aquilo tudo era aberto e a população, as pessoas passavam e viam aqueles painéis e liam, e ficavam na porta da escola lendo as notícias que não liam nos outros jornais. (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

3.1.2. Abertura democrática e governos neoliberais

O fim do regime militar e a plena abertura democrática, tendo como marcos a promulgação da constituição de 1988 e a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente nas primeiras eleições diretas, iniciou um processo de implementação de políticas neoliberais que afetaram de forma contundente a área da educação. Nesse âmbito, houve um crescente sucateamento das universidades públicas e a abertura da rede privada do ensino superior com suporte de capital internacional. Cláudio André Souza (2016) sinaliza que esse fenômeno gerou um impacto negativo na produção intelectual e fragmentou as pautas estudantis, criando um momento de desmobilização social dentro do ME e de toda a juventude, após um primeiro momento de efervescência decorrente do resgate dos direitos de organização em partidos e movimentos sociais.

Nos anos 1990, e mais marcadamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as mobilizações estudantis foram retomadas em enfrentamento à política neoliberal de privatizações e redução de direitos e conquistas sociais (POERNER, 2004). As participantes do estudo que atuaram nesse período lembram aquele contexto:

Então, a universidade naquele momento a gente brigava pela permanência, contra a privatização da universidade. Essa era uma luta principal da gente, então, toda construção vinha nessa perspectiva. Na UFBA naquela época a gente pagava várias taxas: pagava taxa de matrícula, taxa disso, taxa daquilo e a gente discutia que isso era um processo de privatização da universidade. [...] A gente, embora a gente lutasse por eleições diretas na UFBA, a gente fez uma disputa dentro da UFBA para eleger o reitor - os reitores eram indicados - e quando houve eleição depois da abertura esse - o reitor - não foi o que foi escolhido por nós. Foi uma indicação na época de Sarney [José Sarney] que foi Rogério Vargens e nós invadimos a reitoria, ocupamos a reitoria por um bom tempo para resistir à chegada de Rogério Vargens... Isso foi no início de 90, foi logo depois da eleição de Tancredo [Neves] - que morreu - e [José] Sarney entrou. Foram as primeiras eleições... que não foram eleições diretas essa eleição, foi no colégio eleitoral, né? Que a gente não tinha

conseguido. A gente tinha feito uma puta campanha pelas Diretas Já³⁶, mas não conseguiu eleger... (Amélia, dirigente estudantil 1986-1994)

A gente tava no período... Eu entrei no movimento estudantil da UFBA num período do governo FHC e o ministro da educação era Paulo Renato, então toda a política neoliberal de privatização das universidades, de começar processos de privatização porque também era difícil por conta do enfrentamento que já tinha a partir de taxa de matrícula, algo assim... Eu me lembro: a gente tinha um reitor que era um interventor. Heonir Rocha era o reitor na época que a gente entrou. Então a gente tinha de FHC, Paulo Renato como ministro da educação e Heonir Rocha como reitor da UFBA e era tipo o mundo contra todo mundo. E aí efetivamente o que tinha de atuação de juventude era o movimento estudantil - era muito forte por conta dessa conjuntura - e para além disso era o auge do MST³⁷ em relação ao começo das relações também da juventude do campo e da cidade. A gente fez alguns acampamentos de juventude, que era juntando o MST com - que hoje tem estágio de vivência, um monte de coisa - e tinha uma galera também que já tinha as experiências dos EIV³⁸, mas de uma maneira mais acadêmica e não tão de atuação do movimento estudantil pras lutas gerais. Então, de mais forte tinha isso, que eu me lembre. Era muito movimento estudantil nacionalizado e, assim, no período em que a gente tava a gente tinha uma UNE radicalizada, porque era a tal da UNE Vermelha - e que tem muito a ver com a nossa culpa nisso - que era pós Rompendo Amarras³⁹, era Reconquistar a UNE⁴⁰, a gente tinha Ademário [Costa], que era vice-presidente da UNE. Felipe Maia era o presidente, mas ele nem era convidado para as atividades e aí a gente teve a presidência da UNE sem ter, então a gente viaja o Brasil inteiro, mobilizou muita gente, só que... Aí teve o negócio do Maio Baiano, todos esses processos de construção para dentro da UFBA. O Maio Baiano foi 2001, tinha uma conjuntura muito foda porque era 2001: era congresso da SBPC⁴¹, greve da polícia e o processo de cassação de ACM por conta daquele negócio do painel - não sei se você lembra - fraudou o painel, que foi quando Heloísa Helena falou “não, eu não votei contra” e tal, tinha lista de quem votou contra e quem votou a favor e era o processo de cassação de ACM... Então todos os movimentos sociais, aí tinha CUT⁴², tal, todo mundo na rua, na Bahia especificamente, pedindo cassação de ACM. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Então eu comecei a me envolver muito por conta dos problemas da faculdade, que tinha tudo a ver com o momento político do país, porque era o período ainda do governo FHC, então nós tínhamos um ciclo de governos neoliberais que começaram, principalmente a partir de Fernando Collor e a universidade sofreu um processo muito forte de sucateamento. Então tinham várias disputas na faculdade em relação a

³⁶ Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984.

³⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

³⁸ Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) é uma atividade que existe desde 1989, em vários lugares do Brasil, que acontece nos assentamentos e acampamentos do MST com o intuito fortalecer a unidade das lutas do campo e da cidade construir outro modelo de desenvolvimento rural.

³⁹ Coletivo do movimento estudantil.

⁴⁰ Coletivo do movimento estudantil.

⁴¹ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

⁴² Central Única dos Trabalhadores.

esse projeto neoliberal - desde o próprio sucateamento físico da universidade até a luta contra a taxa de matrícula. Os estudantes na época que eu entrei na universidade, eles tinham que pagar uma taxa de matrícula e o nosso entendimento de uma universidade pública era pública e gratuita, então a gente fazia um debate contra a taxa de matrícula, também pra impedir a privatização das universidades. [...] Aí depois veio a mobilização da cassação de ACM - que agora eu não lembro - 2001! 2001 tem comando de greve nacional e tem também aqui a mobilização da cassação de ACM que sempre... São várias versões, né? [risos] Eu tenho orgulho da versão que nós temos, porque a gente começou esse debate em Ciências Sociais, na Assembleia de Ciências Sociais. [risos] (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

Destaco aqui o Maio Baiano, trazido pelas memórias das ativistas, que foi um movimento pela cassação do então senador Antônio Carlos Magalhães – ACM - por conta da fraude nos painéis de votação do Senado, composto por diversos movimentos sociais e ativistas políticos. O processo iniciou sua articulação num ato que tinha como objetivo lavar as escadarias do prédio de ACM, mas foi duramente reprimido seguidas vezes pelo aparato policial do estado da Bahia, culminando no episódio do 16 de Maio, em que as tropas da polícia enfrentaram milhares de manifestantes no viaduto do Canela em ação ilegal e invadiram a Universidade Federal da Bahia. O movimento realizou o ato da lavagem no dia 17 de Maio com forte apoio popular e em 27 de maio o político baiano renunciou ao mandato de senador. Esse foi um momento de intensa mobilização social protagonizado pelo movimento estudantil da UFBA que representou a queda do carlismo, termo que designou o processo político baiano que foi dirigido por ACM (JESUS, 2018).

3.1.3. Governos democrático-populares e golpe institucional

Após as intensas articulações políticas pela derrota eleitoral do projeto neoliberal, em 2002, Luís Inácio Lula da Silva se torna presidente do Brasil, iniciando um período de governos democráticos e populares – interrompido em 2016 pelo golpe institucional que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. Essa nova realidade social gerou uma profunda mudança no comportamento dos movimentos sociais, uma vez que parte de suas pautas foram sendo incorporadas como políticas de governo e estes foram “deixando as ruas” para construir uma participação institucional, principalmente através de espaços formais de participação social, como conselhos e conferências (SOUZA, 2016). Esse processo instaura uma agenda propositiva no movimento estudantil, em que as pautas da luta se relacionam a reivindicações por maiores investimentos, mais políticas educacionais e maior participação na elaboração da política pública.

Eu acho que eu sou um produto do conjunto das políticas sociais do governo Lula. Sou. [pausa firme] Sabe? Mesmo antes de entrar na Católica⁴³ porque eu tenho convicção que me reconheci enquanto uma mulher negra em 2005, quando era da UFBA mesmo, mas antes eu fazia Comunicação, que eu fiz antes de fazer Serviço Social na Católica - eu abandonei o curso - que eu me reconheci como uma mulher negra. Foi com as cotas. Você tem noção do que é uma política que diz que as vagas - que diz um monte de coisa que não vai nem se aplicar porque eu já estava na universidade e me atinge. Isso me colocou no meu lugar, sacou? Ser esse produto quer dizer que eu não posso arredar um milímetro o pé. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

Liliane indica a relevância de um processo especialmente impactante para o movimento estudantil universitário naquele momento: o surgimento do debate sobre as cotas, sua posterior aprovação, a entrada de estudantes cotistas na instituição e a decorrente reconfiguração da agenda do movimento.

O Projeto de Lei de Cotas (PL nº. 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL nº. 3.198/2000), art. 52, defendem a reserva de uma cota mínima de 20% de vagas para os afro-brasileiros em todas as universidades nacionais. Enquanto ações afirmativas e políticas de cotas, essas iniciativas objetivaram reduzir as consequências do racismo historicamente construído e mantido pelas práticas sociais no Brasil (CRISOSTOMO, 2010). Na universidade, o debate sobre as cotas e sua aprovação gerou uma profunda transformação, uma vez que as pessoas negras, que antes tinham uma presença pontual na universidade, passaram a ter uma entrada proporcional garantida. Esse processo é contado por Daniele Costa, que era representante estudantil nesse contexto:

Nossa chapa defendia muito as ações afirmativas e quando - eu nunca esqueço isso - quando a gente entrou na Escola de Direito, no curso de Direito teve estudante que se levantou e rasgou nosso material dizendo que a gente estava pregando o racismo reverso. Ele rasgou e foi aquela maior polêmica na sala de aula porque a gente tinha que comprar esse debate. Então a universidade é um espaço muito vivo de disputas mesmo, como sempre foi, como é, como deve ser. E a gente conseguiu vencer essa batalha no Conselho Universitário - aprovamos a política de ações afirmativas. (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

No fim da entrevista, quando perguntei se ela tinha alguma lembrança específica que gostaria de destacar, ela ilustra com emotividade o impacto desse novo contexto institucional na universidade, no movimento estudantil e na vivência pessoal como liderança:

Positivamente, sem dúvidas, foi a aprovação das ações afirmativas do Conselho Universitário da UFBA. Preparar aquele discurso não foi fácil, porque além do fator político, o fator emocional, né? Porque ali a gente tinha o entendimento que nós

⁴³ Universidade Católica do Salvador.

íamos transformar o espaço da universidade. Nós sabemos da nossa responsabilidade naquilo, que a gente ia mudar de fato. [...] Então, para mim, aquela sessão que aprova as ações afirmativas na UFBA foi o momento mais importante, não só da minha vivência no movimento estudantil, mas a minha vivência quanto uma militante, assim, para a construção de uma outra perspectiva de sociedade, entendeu? Porque hoje você passa na UFBA e dá um orgulho você ver na UFBA a diversidade que você pode encontrar na sala de aula, por exemplo, de um curso como medicina - mesmo que nós não sejamos hegemônicos, não sejamos maioria nessas salas de aula, mas é muito diferente do que eu entrei. Eu entrei... Até no curso de Ciências Sociais nós não éramos a maioria, em que pese sermos diferentes de outros cursos, mas a UFBA era muito elitista - ainda é, né, mas menos do que era na minha época. Então, ter aprovado cotas nas universidades, ter aprovado naquele concelho lotado, no salão nobre da Reitoria foi fantástico, assim - uma oportunidade de falar também. É muito bom. [sorri] (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

O processo de implementação das cotas raciais na UFBA teve um entrelaçamento com a aprovação, três anos mais tarde, do programa UFBA Universidade Nova, proposta para o REUNI, que ampliou a oferta de cursos de graduação e implementou uma reforma curricular profunda e abrangente – com destaque para a criação dos Bacharelados Interdisciplinares –, acompanhada de investimentos para a ampliação e reformas da estrutura física das universidades públicas (NERY et al, 2011). Esses processos trouxeram ao espaço acadêmico não só uma transformação radical do perfil do público universitário, mas demandas de assistência e permanência estudantil, uma vez que as cotas também eram atreladas à condição socioeconômica. Como sinalizado por duas dirigentes do período, o movimento estudantil passou não só a pautar essas questões para dar conta das necessidades urgentes dessas novas estudantes e a construir suas plataformas de luta contemplando essa nova configuração da UFBA, mas incorporou lideranças oriundas desse novo público:

Entrei na UFBA na primeira turma de cotas, em 2005, depois de um grande processo de ebulição: teve uma greve, teve processo eleitoral, um marco. E a universidade tava mudando muito nessa época [...] (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Os cursos novos, e ter sido desse momento dos cursos novos, me reafirmou muito esse lugar, inclusive no dia que eu fiz a seleção do PET Saúde⁴⁴, que saiu, ia ter, era maravilhoso e tal, tava tendo seleção o dia todo, eu larguei a seleção no meio para uma reunião que confirmou que eu ia ser secretária geral da UEB. Ali eu fiz uma escolha de continuar militando porque valia a pena. [...] Um curso novo, que tinha investimento e que não podia se esgotar e nem abrir. E isso também da assistência estudantil. Um curso de um bando de mulher, um bando de mulher preta, um monte de professora mulher preta, ser de São Lázaro, o bagulho foi muito louco ser do CA nessa época. Porque foi o ano todo só minha turma então era cacete em tudo. [...] Então o discurso geral era sobre os números sobre o REUNI, sobre afirmação das cotas, sobre a questão das vagas e aí a partir desse lugar eu fui olhar. ‘Quem entra mais cotas?’ Eram as mulheres. ‘Quem é a maioria das universidades?’ Eu tava já nesse período de 2009, 2010, já tava mais de 48%. Também olhava qual o índice de

⁴⁴ O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa do Governo Federal brasileiro de estímulo a atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de graduação.

saída dos homens era maior, então a gente com esse lugar olha pra essas outras lutas. [...] As lutas por assistência estudantil foram muito demarcadas, não necessariamente pelo movimento negro, não necessariamente pelo conjunto movimento estudantil de entender porque tinha que ter a rubrica. Não é só pra ter RU. Era pra ter bolsa auxílio, era para ter a moradia... Então a pauta da ação de combinar o debate da assistência estudantil com ação afirmativa com outras políticas foi uma agenda muito mais incorporada do que a gente passou a fazer na universidade, o que as mulheres... [...] A atuação na pauta de mulheres trouxe entendimento sobre esse conjunto das outras pautas. E aí muito forte mesmo que eu lembro que foram as lutas foi nesse campo da assistência estudantil e das ações afirmativas e onde de fato entrava a nossas vidas. [...] Eu lembro, acho que era 2010, no DCE eram 60% de mulheres negras que entraram pelas cotas. Eram as meninas que tavam deixando de ser empregadas domésticas. Essa era a pauta que necessariamente o movimento estudantil ou o conjunto apresentada, mas a gente fazia surgir onde a gente tava, seja no DCE, seja no CA, ela aparecia politicamente. Eu acho que essa configuração toda de entender por onde foi o ódio às cotas tá muito baseado nisso: quem foram sujeitos atendidos. E a gente enfrentou dando na cara, tirando 10 em tudo. É escroto, mas é isso mesmo - porque parece que tem que provar que é melhor. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

Essa modalidade da expansão das universidades gerou uma série de demandas estruturais e de políticas públicas que levaram a uma sequência de mobilizações políticas, paralisações e greves. Na UFBA fiz parte das paralisações de 2011 e liderei, como coordenadora geral, a greve de 2012, momentos de grandes conquistas para o conjunto dos estudantes como a reabertura do restaurante universitário (RU) e a conquista do BUZUFBA⁴⁵, para além da afirmação de políticas de assistência estudantil. No entanto, a nível nacional, sucedeu-se um momento de cortes de verbas na educação e o anúncio da crise política que se alastrou até o golpe de 2016. Nessa direção, Lorena relata os principais fatos, pautas e medidas enfrentadas pelo movimento estudantil à época:

E eu lembro que fora da Universidade a gente estava num período de cortes e crise. Foi em 2013, um pouco antes da campanha de Dilma pra eleição e a gente tava com Joaquim Levy no Ministério (da Educação), se não me engano, e a gente já tava tendo cortes na assistência estudantil. O que era pior era que tava tendo cortes em outras áreas sociais e foi isso que fez com que comessem essas manifestações. Eu acho que foi em São Paulo pelo aumento de transporte e isso se tornou um momento muito forte em São Paulo que acabou se espalhando no Brasil inteiro. Salvador, que não tinha aumento não tinha nada, resolveu ir às ruas também por uma série de outros motivos, acho que mais pela revitalização dos meios de transporte - né -, das rotas, que a gente ainda não tinha metrô nessa época. Foram manifestações pacíficas até a questão da Copa, que foi “Não vai ter Copa”, “Não vai ter Copa das Confederações”. E quando teve um jogo que a gente marcou nesse dia, que aí o movimento que antes era pelo transporte passou a ser o movimento contra a copa e aí foi direcionado o ataque no governo - virou o caos. Todo mundo precisou correr bastante. Foi o momento que a gente estava tentando compreender o que estava acontecendo e foi quando a esquerda universitária acadêmica percebeu que nós não estávamos mudando em nada. Tava todo mundo *lost*. [...] A gente tem uma redução no orçamento das universidades federais, o que gerou uma crise muito grande na

⁴⁵ Ônibus de circulação *intercampi* da UFBA.

UFBA - não só na UFBA, mas em outras universidades - e começaram a paralisar. Uma greve geral das universidades federais que começou com os professores, mas os estudantes também decretaram greve em 2015. A greve durou uns 3 a 4 meses - foi tempo para caramba - e foi nesse período também que os movimentos sociais foram às ruas justamente contra essas medidas do governo que eram de corte nas áreas sociais e que afetavam diretamente as pessoas que a gente dialogava. Então essas pessoas que davam a base davam o tom fundamental do porquê do governo do PT⁴⁶ estar lá e que o PT resolveu não dialogar - não o PT, mas o governo do PT optou por não dialogar - e foi esse caos. E aí a gente conformou também - percebendo a movimentação do processo do impeachment - se conformou a Frente Brasil Popular⁴⁷ que os estudantes também deram o tom, tiveram lá e construíram nesse processo, e logo que eu estava no final da gestão do DCE, quando a gestão tava no seu fim quando teve o processo do impeachment de Dilma. (Lorena, dirigente estudantil 2013-2017)

3.2. Vivência estudantil e interseccionalidades

A abordagem interseccional traz uma reflexão acerca da fluidez das identidades subalternas impostas pela matriz colonial e que influenciam diretamente a sociabilidade de cada sujeita de forma única e, ao mesmo tempo, coletiva. (AKOTIRENE, 2018) Seguindo essa proposta teórica, pretendo abrir espaço para perceber como as dimensões de gênero, de classe e raça se entrelaçam na vida das mulheres estudantes, especialmente aquelas que encontram o movimento estudantil como caminho possível para sua (r)existência na universidade.

Nesse sentido, começo destacando algumas das falas que explicitaram de forma mais contundente o racismo que afeta a condição da mulher negra político-histórico e culturalmente, por conta das heranças colonialistas e escravocratas – e pelas relações complexas entre estas (CRISOSTOMO, 2010). Apesar do recorte do estudo ser o movimento estudantil, trazer narrativas dessas mulheres sobre a vida como estudantes universitárias para além desse âmbito de atuação permite dimensionar o peso dessa problemática e como isso vai influenciar a aproximação delas do ME. Sendo assim, ao questionar sobre a entrada no movimento, Liliane e Lorena relataram como o racismo marcou suas experiências na universidade:

A turma se convenceu, a turma de calouras de Serviço Social da Católica, a virar e brigar com a professora de 70 anos porque ela tinha mandado uma menina pentear o cabelo porque ela tava indo com cabelo bagunçado para sala. Uma menina preta. Isso em 2007, entendeu? Parece muito perto, mas não é [...] Então a consciência de fato de ser negra eu acho que é o que de fato me leva à indignação. E aí foi

⁴⁶ Partido dos Trabalhadores – partido político fundado em 1980.

⁴⁷ Coligação de diversas organizações da sociedade civil do Brasil que se conformou em 2015 para unificar as lutas democráticas do período.

organizando contra essa professora - a gente conseguiu trocar a professora. [...] Uma menina de São Cristovão, que tava na aventura de entrar na universidade particular, tendo o dinheiro só da matrícula. Se fodia, vinha de carona de manhã para tá na Católica, e começar a militar significa que o movimento estudantil, aquele momento político foi muito favorável para me convencer que era necessário estar atuando e enfrentar um monte de coisa que eu enfrentei para resistir e continuar atuando. Até mesmo o que era a própria militância mesmo, né? É outra agenda e me convencer a militar acho que faz muito sentido com ter vindo pela pauta racial, a urgência dela. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

Eu fui vítima de racismo aqui na faculdade. Um pessoal da minha turma era majoritariamente branco e eles não gostavam de fazer nada com pessoas negras. Não conversavam nem com negros nem com cotistas. E aí chegou numa situação que foi diretamente comigo. A menina falou comigo no banheiro várias coisas, eu chorei por dias e um colega meu - que era branco e da Quilombo⁴⁸ - falou: “Não. Vem aqui conhecer. Você não tá sozinha. Você não é a única mulher negra na faculdade nem na UFBA. Você precisa conhecer outras pessoas, porque existe uma universidade para além de Direito e isso aí é importante você conhecer.” [...] O processo de me reconhecer mulher negra foi no movimento estudantil. Eu tinha consciência de ser negra, não porque eu me olhei espelho, “Nossa, como eu sou negra!”, mas porque quando eu entrei na universidade eu sofri racismo, percebi que era diferente e a consciência da negritude foi chegando nesse momento. (Lorena, dirigente estudantil 2013- 2017)

Através desses depoimentos é possível constatar alguns fenômenos. Primeiro, as vivências de experiências racistas no contexto universitário e o impacto destas no processo de identificação como mulheres negras, tendo o movimento estudantil enquanto um espaço possível para isso. Segundo, a possibilidade de enfrentar o racismo ao se organizar através da luta estudantil. E terceiro, a dimensão dos impactos de ser dirigente na vida da mulher negra periférica, que vamos tratar posteriormente.

Essas vivências estudantis de mulheres negras de segmentos populares – especialmente no período posterior à implementação das cotas – trouxeram à universidade e ao ME evidências do entrelaçamento de questões de raça, classe e gênero; questões que eram antes experienciadas de forma velada e difusa, uma vez que a presença de mulheres negras da camada média ou de mulheres brancas de setores populares em outros períodos não sinalizava necessariamente uma mudança no cotidiano universitário. O depoimento de Célia Bandeira corrobora com essa perspectiva ao afirmar que em sua época não existiam diferenças de gênero dentro do movimento estudantil:

Sinceramente, pessoalmente eu digo que não. Não tinha, nem tinha nenhuma restrição - na minha faculdade, por exemplo, não senti nada. No geral, no meu tempo também a gente não tinha, quase que... A gente vivia um movimento, do ponto de vista da mulher, libertário. Assim: as mulheres que estavam ali naqueles

⁴⁸ Coletivo do movimento estudantil.

lugares eram mulheres que tinham uma vida mais, assim, viajavam, mandavam na sua vida... As pessoas que estavam ali no movimento eram pessoas que tinham uma prática de vida no cotidiano, independente da política, mais aberto, mais livre do que outros tantos que estavam nas mesmas faculdades que a gente, mas que já vivem mais assim como modelo de mulher da época, mas eu, pelo menos, não participava desse modelo, tinha uma vida mais livre, fazia... Tinha carro, dirigia, viajava. Podia viajar para qualquer lugar, viajava, participava de encontros fora daqui... [...] Eu era uma pessoa mais livre, eu morava no Rio [de Janeiro], tinha vindo para cá, então eu tinha uma vida mais, assim, vamos dizer, diferente um pouco da maioria, mas outras pessoas tinham a vida daqui, normal, como era ser baiana, como era ser daquela época dos anos 70. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

A despeito de uma realidade geracional presente no relato, que diz respeito ao movimento dos anos 1970 que lutava e praticava a ampla liberdade – no sentido individual –, é necessário dar uma segunda mirada nas questões que revelam os lugares que essa mulher relatada acima ocupava no contexto da época do ponto de vista social e econômico. Chamo a atenção, nesse sentido, para a passagem em que Célia ressalta que morava sozinha depois de ter vindo de outro estado e que, por ter carro, tinha liberdade para viajar. No caso de Lídice, também atuante no período, quando questionada sobre as mulheres do movimento estudantil que se intitulavam feministas ela faz a ressalva:

Já... Já... Tinha o Brasil Mulher⁴⁹, tinha mais de uma publicação do movimento feminista e começamos trabalhar, tinha algumas escolas, claro, que trabalhavam com uma participação mais intensa - Arquitetura sempre em destaque porque sempre foi uma escola, imagino que ainda seja, que tinha muita mulher, mulher de classe média, com mais poder aquisitivo, com acesso a informação, a discussão... (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

Mais à frente Lídice, fala sobre o machismo na universidade e destaca:

Claro que existia um comportamento machista que era presente na sociedade, mas não era o lugar onde você tinha o maior peso, por quê? Porque nós estávamos entre os 1% de privilegiados que chegavam à universidade. (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

Relatos como esses evidenciam o quanto a dimensão econômica organizava as vivências dessas mulheres e as possibilidades de experimentar certos privilégios, como as práticas libertárias que parecem estar associadas, em suas narrativas, a uma noção de igualdade de gênero. Em estudo feito por Alinne Bonetti (2007) sobre o campo político feminista de Recife, a autora encontrou que as distintas experiências de mulheres das classes populares e de classe média comprometeram entendimentos comuns sobre as questões de gênero e as

⁴⁹ A Sociedade Brasil Mulher é um movimento feminista que nasce no contexto da ditadura militar e tinha como pautas centrais a conquista de um país mais democrático e garantias igualitárias de direitos.

práticas políticas possíveis entre elas. Corroborando com esse olhar, os relatos de Leila e Liliane, que representam a entrada de setores populares na universidade, evocam as limitações decorrentes de uma origem social distante dos privilégios assinalados acima:

Eu morava muito longe, morava em Pernambués. Isso atrapalhava muito na dinâmica, então eu passei a dormir na casa de pessoas e teve uma época que eu dormia no DCE porque aí economizava. Eu e Lili [Liliane Oliverira]. A gente morava no DCE por conta que a gente morava longe. Para coordenar os coletivos precisava ficar sempre à frente, a gente precisava tá mais perto da UFBA. Eu tava em casa, caiu teto de Odonto [Escola de Odontologia]... Odonto? Foi! Caíram dois tetos durante minha gestão. Caiu o de Odonto e o teto daquela Residência do Canela - na minha gestão anterior. Então eu tive que sair correndo e era longe e eu tinha que pegar ônibus. Agora não, que eu sou empoderada, eu pego Uber. Então era muito difícil. Para dar as respostas que elas queriam eu tive que me mudar para o DCE, entre outras coisas. Eu acho que nenhum bofe abriu tanto [mão]... (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

[...] quando a gente parte desse lugar de mulher preta de periferia que, para voltar para casa, tinha que ter vaquinha da galera para eu poder pegar o mototáxi e o ônibus para depois da reunião sair da Federação para ir para o Cassange, depois de São Cristovão pelo CIA, tinha que pegar mototáxi e tal... Isso me colocou para ter curiosidade sobre as outras coisas que eram apresentadas, então o discurso geral era sobre os números sobre o REUNI, sobre afirmação das cotas, sobre a questão das vagas... (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

No seu relato, Leila se referia às diferenças de gênero nas práticas políticas, evidenciando que as relações de classe e gênero – e também a raça – estão compondo um complexo quadro de diferenciação das vivências possíveis no ME e na própria universidade, não só entre homens e mulheres, mas em todas as combinações possíveis a partir dessas outras dimensões. Já Liliane aprofunda esse olhar, mirando as políticas educacionais e compreendendo que é necessário levar em consideração que as mulheres negras são atrizes centrais para uma formulação mais abrangente e conectada com as reais demandas sociais.

[...] Só lembro porque quando eu entrei e fui fazer a matrícula e aí depois eles mandaram uma carta pros pais, para poder os pais ir. Minha mãe ficou toda orgulhosa que ela foi ver a filha dela na UFBA, numa reuniãozinha. Mainha ficou toda orgulhosa. A gente é chorona, aí ela chorou, eu chorei - e agora eu tô chorando de novo porque... Hormônios... [respira fundo] E aí ela foi. Foi ela e meu pai. Eu e meu pai a gente não se dá bem. Foi um momento das nossas vidas que foi uma mudança grande, porque ninguém na minha família tinha entrado numa universidade em Salvador, uma universidade pública. Eu sou a primeira das mulheres. Antes teve Tito - e é natural que homens estudem mais que mulheres, principalmente que meu primo Tito é viado, então o deixaram estudar mais. E foi massa, exceto na terceira semana que eu já descobri que eu não tinha dinheiro para ir para a UFBA porque eu fazia Economia, então eu tinha aula na Ondina, tinha aula em Economia - que é na Piedade -, tinha aula em São Lázaro e tinha aula no PAC⁵⁰. Aí na terceira semana de aula painho fez assim: “Tá gastando demais. Acho que isso não vai dar”. Aí eu tive

⁵⁰ Pavilhão de Aulas do Canela – localizado no *campus* do Canela da UFBA.

que mudar para casa de meus tios. Aí eu já tava separada, várias coisas. Aí eu mudei, fiz esse trajeto todo andando. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

A entrada na universidade representou para Leila, assim como para diversas jovens brasileiras, uma possibilidade de ascensão social – individual e coletiva – até então inacessível às camadas populares, principalmente após o sucateamento das escolas públicas nas últimas décadas do século XX (FERRARI; SEKKEL, 2007; TEIXEIRA, 2011; VASCONCELOS; SANTOS; SAMPAIO, 2017). No entanto, a efetivação dessa mobilidade social é interrompida por questões materiais, como ilustra o relato de Leila, e a continuidade dessas estudantes na universidade vai agora depender do acesso às políticas de permanência. Não por acaso as lutas do ME entorno desse tema são profundas e mobilizaram de forma contundente as mulheres aqui entrevistadas:

Se em 2007 na Católica eu enfrentei a questão do que era o PROUNI⁵¹, o impacto do PROUNI... Eu não consegui a bolsa PROUNI por problema de documentação, assim como milhares de outras estudantes não conseguiram comprovar, pelas condições que tinham, a renda dos pais - meu problema foi esse. Na UFBA era sobre um curso novo e junto com o REUNI que teve embate, que teve crise no Movimento Estudantil, foi um boom na universidade por conta da assistência estudantil. Ser de um curso novo, majoritariamente feminino, traz outros impactos inimagináveis. Ter enfrentado a ameaça de uma greve porque a turma de psicologia achava que não tinha mais que entrar aluno, enquanto a gente, de Serviço Social, turma única, achava que não, tem que garantir mais gente entrar porque se não o curso fecha. Isso é a opinião de quem tá localizado no seu tempo. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013).

Mais à frente, refletindo sobre a experiência do ME, diz Liliane:

Eu acho que me trouxe muito para esse lugar militando como condição de continuar viva, assim, né? E não é só militar no partido, no movimento, não. É de militar dos valores, da indignação, foi uma condição. Não tem outro caminho pra gente. Não tinha ninguém de direita. É impossível quando você tira os véus, então entrar no ME, ser militante feminista, passar pelos espaços que eu passei, ter comido muito pão com mortadela na beira da estrada várias viagens de ônibus Salvador-Brasília e várias loucuras que eu fiz durante a UNE de passar 10, 15 dias viajando pelo país dá um orgulhinho de: “Caralho! Fiz alguma coisa de verdade e não é de brincadeira”, sabe? Não é porque eu fui conselheira e não sei o que... E um nadinha... você pensa “É muito reduzida”, você pensa assim, “Caralho! Eu tava junto com 3 mil estudantes que ocuparam o Congresso (Nacional) pedindo 10% do PIB pela educação”. Eu assinei um documento que falava que era importante para a vida das mulheres 10% do PIB pra educação, sabe? (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013).

Foi a partir desse ponto de encontro entre a vivência universitária e as possibilidades apresentadas pelo movimento estudantil que foi possível para essas mulheres, não sem dores e

⁵¹ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado pelo Governo Federal do Brasil em 2004 para conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior.

conflitos, transformar a sua realidade e reverberar em mudanças abrangentes para o conjunto de estudantes. A partir dessa constatação, proponho refletir sobre os instrumentos e estratégias utilizadas por elas no ME/UFBA para colocar suas pautas políticas e para firmarem-se como lideranças.

3.3 Práticas Políticas

O modelo de militância nos espaços políticos ainda é definido com base em elementos e critérios condicionantes da participação de mulheres e homens. A linguagem, as formas de expressão e o conteúdo dos discursos; a organização do tempo e o seu uso; as atividades, as estruturas físicas e as práticas são eixos determinantes na configuração das relações sociais entre mulheres e homens no campo da militância política. (SOUSA; BEZERRA, 2006, p.200)

Nesse estudo, foi possível observar que, através do tempo, as mulheres vivenciaram o movimento estudantil de formas diversificadas, mas suas presenças não deixaram de simbolizar uma transformação contínua do cenário político projetado para o ME: aquele dominado pela figura do homem branco cisgênero heterossexual. Cada uma das participantes, no seu contexto, realizou movimentos que levaram a quebrar, de forma mais gradativa ou mais abrupta, esse paradigma que insiste em organizar práticas e valores políticos dentro no movimento, seja pelo protagonismo em posições de poder ou pela convocação de outras mulheres para articular novas formas de fazer e organizar a política (PINTO, 1992; SOUSA; BEZERRA, 2006). Para visualizar essas transformações ao longo do tempo, recorrerei novamente à composição de um relato coletivo composto a partir das memórias das mulheres entrevistadas, seguindo uma ordem cronológica.

Iniciando pelos anos 70, Célia fala sobre a presença feminina em direções de diretórios e centros acadêmicos como um fenômeno inédito que marcou não só o movimento estudantil, mas o contexto político geral:

Salete (Silva) era a primeira presidente do DCE na época que o modelo era eleição indireta, que era feita, a eleição era feita pelos presidentes dos diretórios acadêmicos que estavam constituídos, então ela foi eleita a primeira presidente e eu fui a primeira presidente do diretório de arquitetura, que também era uma coisa diferente porque ainda era um curso masculino, vamos dizer assim. Naquela época que eu tava ali era de metade ou quase isso, mas nunca tinha tido uma mulher na presidência... Então tanto eu como ela na época nós fomos entrevistadas porque era o Ano Internacional da Mulher⁵², 1975, então esse ano teve esse destaque por conta

⁵² Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro

disso - de sermos as mulheres que estavam em lugares que não era os tradicionais lugares das mulheres. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Em um estudo sobre as mulheres nos anos de chumbo, Marcelo Ridenti (1990) sinaliza que a partir dos anos 60 foi possível firmar a ideia de mulher como sujeito político integrante das lutas por transformações sociais. O autor destaca que nos anos 1970 as mulheres representavam 16% dos quadros das organizações de esquerda e 18,3% do total de ativistas armadas, fato que sinaliza para um possível fluxo feminino no movimento estudantil da época. Para Lídice, que fez parte de uma geração posterior à de Célia, a presença de Salete à frente do DCE e a existência de outras mulheres na condução do ME constituem lembranças marcantes da sua entrada na universidade:

Aí houve uma mobilização muito intensa na universidade que levou à greve geral. Então eu sei que pessoas que estavam à frente dessa mobilização, que era a memória dessa mobilização, das mulheres tinham Celinha (Célia Bandeira) e Salete Silva - todas duas de Arquitetura. (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

Seguindo o seu relato, depois da sua entrada no movimento estudantil ocorre uma presença de mulheres em sua gestão no DCE UFBA. Lídice cita, em diversos momentos, outras ativistas que atuaram no ME/UFBA durante seu período. Refletindo ainda sobre a presença feminina na política estudantil, ela traz à luz memórias sobre o ativismo em alguns espaços da universidade, assim como o clima de machismo naquele âmbito:

Na minha diretoria tinha mais duas mulheres muito destacadas, as chamadas "meninas do DCE", que éramos eu, Alice Portugal e Clara Araújo. [...] E dali daquela diretoria saímos eu para a presidência do DCE, as outras permaneceram na diretoria, sendo que - se não me engano - um ano depois, não, logo depois Alice se formou, saiu do movimento estudantil já depois de eu ser presidente. [...] Se você fosse pras engenharias aí o bicho pegava. Pra gente passar em sala na Escola de Engenharia Civil, primeiro a gente passava em Arquitetura, arranjava uns homens para passar com a gente, porque quando a gente entrava na escola - eu, Clarinha, Alice e mais umas meninas ali de Ciências Sociais - eles já começavam a gritar, bastava a gente entrar porque lá em engenharia tem aqueles cobogós todos, então eles viam a gente por ali e começavam a gritar "Mulheeeeeeeerrr!", "Mulheeeeeerrrrrr!" pra ver se assustava a gente, mas aí a gente ia, Javier [Alfaya] ia, ia Nilton Vasconcelos, ia o pessoal de Arquitetura porque conhecia - como Arquitetura tinha muito cálculo e era tudo dentro da escola de engenharia, arquitetura vai até o 7º, naquela época ia 1,2,3,4,5,6,7 e aí tinha muitos colegas de engenharia. A gente se escudava na presença dos homens de arquitetura pra entrar, abrir as salas pra gente, mas era uma molequeira. A gente entrava na sala, jogavam bola de papel, saíam e a gente saía era "fiu fiu", era uma molequeira... A Escola de Agronomia era pior ainda - que agronomia não era nem em Salvador. A gente viajava até Cruz das Almas, entrava pra falar no restaurante universitário e era

assovio e batiam no prato e era uma confusão, "Mulher"... tinha esse tipo de comportamento no restaurante universitário. [...] Os homens de esquerda e dos movimentos eram muito machistas, mas tinha o politicamente correto deles manterem um certo nível de discurso menos machista, mas tinha muito machismo nas relações... (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

A presença mais significativa de mulheres na universidade em determinadas áreas – como a saúde e cursos como economia, arquitetura e letras, entre outros – (BEZERRA, 2010) possibilitou alguns espaços de ativismo em que o machismo era minimizado, ao passo que outros cursos em que sua presença era minoritária – como as engenharias e as ciências agrárias – a sua atuação dependia de alianças com homens. No interior do movimento estudantil, no entanto, tanto Lídice quanto Célia sinalizam para uma convivência política possível entre homens e mulheres ativistas, indicando uma provável amenização dos padrões machistas dominantes nesse âmbito específico da vida universitária.

Nos anos 90, a presença feminina no movimento estudantil é lembrada por Amélia com dificuldade e de forma específica, assim como ocorre no caso de Isadora:

Tinha, agora poucas, não tinham muitas. Lembro algumas assim, mas de nome... Tinha algumas, sim, tinha, mas não eram muitas como é hoje, por exemplo. Hoje eu acho que há uma equiparação maior. Naquele momento havia muito poucas mulheres que participavam mesmo do movimento. As mulheres do PCdoB, elas tinham atuação maior no movimento do que as outras. (Amélia, dirigente estudantil 1986-1994)

E aí tinha de mulheres tinha eu, (Nara Baqueiro) e Jôse (Fagundes) - Nara que morreu – e Jôse. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Essa década foi marcada como um momento histórico em que as questões específicas de gênero começaram a aparecer na pauta do movimento estudantil brasileiro (MESQUITA, 2006). Um marco importante foi a aprovação do III Encontro Nacional da Mulher Universitária no CONUNE, realizado em Campinas/SP em 1991, e que foi realizado em 1993 com o tema “Viver as diferenças com direitos iguais” e que debateu o papel das mulheres universitárias (SILVA, 2016). Isadora, se referindo ao fim dos anos 1990, relata o início dos debates sobre o feminismo dentro do ME/UFBA, evidenciando uma reflexão mais aprofundada sobre as questões femininas e a integralização dos debates dentro e fora do movimento. Ela reflete também sobre a presença de mulheres dirigentes neste espaço e as práticas políticas ainda centradas na figura do homem dirigente como sujeito legítimo da articulação política.

Mas aí 99 foi isso eu não tinha muito um debate na UFBA sobre feminismo e - eu não me lembro o ano exatamente - mas chegou um momento em que a gente sentiu a

necessidade de se organizar entre as mulheres e aí juntou eu, Zilmar [Alverita] e Rebeca - Rebeca - e a gente pediu um curso de formação para Cecília Sardenberg do NEIM. [...] Era bem difícil, até hoje isso é bem difícil, né? Porque quando você tá num ambiente que é bem masculino, as pessoas fazem a conversa contigo, você é a dirigente, e acaba a conversa e os cara liga pro outro cara e diz: "Oh, conversei isso e isso, isso... É isso mesmo?" e isso era bizarro, muito bizarro. E tinha dificuldade de relação nos cargos também, os cargos de definição política ficavam com os caras, sempre, de tudo, e as mulheres ficavam com o papel de bastidores. Mesmo que construíssem você como figura pública, era figura pública até a segunda página do livro, então... (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Além de uma presença maior de mulheres no movimento, a partir dos anos 2000 então é possível verificar uma mudança no discurso sobre as mulheres ativistas como figuras necessárias no movimento a partir da introdução das pautas setoriais/identitárias – feminista, LGBT e racial – de forma mais contundente, gerando assim uma necessidade de adequação dos coletivos para garantir a atuação dessas novas atrizes políticas e consequentemente sua legitimação política no ME. Em contrapartida, não houve sinal de recuo por parte dos homens ativistas dos espaços de direção do movimento, gerando evidentes tensionamentos:

Uma merda [ser mulher dirigente]. Uma merda, porque é isso: era dirigente mas não era dirigente, porque no fim das contas... E aí tinha uma coisa boa, assim, no aprendizado. Eu aprendi a fazer bilateral porque a gente tinha uma regra, meio sem ser uma regra, de que ia uma pessoa mais experiente e uma menos experiente, então as primeiras bilaterais eu ficava calada, mas aprendi como começava e terminava e nananã... Isso era um processo que era bacana, mas isso não existia para as mulheres. Acho que existiu em algum momento pra mim, existiu pra Rosa Bianca, que era do PCDoB e depois foi pro PSTU⁵³, e existia, em alguma medida lá do povo socialista, pra Carla, Carla Patrícia - não sei nem o que ela tá fazendo - mas de... É porque era assim: pensavam em alguma mulher pra fazer esse processo, entendeu? Mas que também não era muito "Precisamos de uma mulher" porque depois, nos períodos posteriores era muito "Não, agora precisa ser uma mulher, né?" E aí [estalando os dedos] dá uma acelerada no processo... Não, não tinha, não... Por que precisava ser mulher? É porque tinha que ser alguém que tocasse tarefa e que tivesse condições de tocar as tarefas e isso era muito foda, mas sempre foi bem difícil. [...] Isso era difícil [ser mulher dirigente] inclusive nos conselhos, porque um representante estudantil homem falando uma coisa no conselho tem uma escuta diferenciada do que uma representante mulher falando isso, mas chega um momento também em que não dá pra não fazer os debates e a gente começou a fazer os debates. Isso tem a ver até com a criação da Quilombo, porque começou a ampliar o debate sobre a questão de raça, gênero, LGBT e tal, que ainda era GLS⁵⁴ - não era GLS, já era GLBT, uma coisa assim - isso já tinha... Os meninos já tavam criando o Kiu!⁵⁵, então meio que já tinha alguma coisa relacionada a isso e aí foi foda também porque aí bateu nos cara preto, porque aí a gente juntou tudo - sem ainda o debate da

⁵³ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – partido político fundado em 1993.

⁵⁴ Acrônimo de gays, lésbicas e simpatizantes.

⁵⁵ Coletivo Universitário Pela Diversidade Sexual Kiu! – coletivo que debate questões ligadas diversidade sexual e assistência estudantil.

interseccionalidade –, mas os caras dirigentes de verdade eram os homens brancos e aí isso bateu. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

No movimento estudantil, além das meninas que nós conseguíamos ter uma aproximação e trazer para UJS⁵⁶, no PT eu lembro de Jôse [Fagundes], que era da DS⁵⁷ - e a gente se tornou grandes amigas, né? Até hoje. Jôse, Andrezza [Almeida], Waneska... Na época que eu entro em Ciências Sociais Waneska era do centro acadêmico. O centro acadêmico tinha Waneska Cunha, Carla Galvão, que hoje é professora universitária de Ciências Sociais - eu conheço ela no centro acadêmico, Carla Galvão - e depois do DCE tem Isadora, tem Jôse... [...] Quando nós ganhamos as eleições do DCE, das cinco indicações que nós fizemos - a eleição foi proporcional - nós indicamos quatro mulheres. Então era eu, Karine Oliveira, Martinha - Marta - e tinha uma menina de Odonto [Escola de Odontologia] - que esqueci o nome dela - e indicamos Ângela como coordenadora-geral e não foi fácil isso, internamente... (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

Eram poucos meninas. Dirigentes: eu, Lúcia, Poliana [Rebouças], Aninha [Ana Carolina Silva]... Tem mais uma, eram cinco... Flávia - que era uma menina preta de engenharia. Então éramos só nós, então a gente se unificava bastante, mas tinha dinâmica das tendências que atrapalhava bastante, mas a gente conseguia conduzir. Quando eu me tornei [coordenadora] só tinha eu, porque todas as meninas eram mais velhas, eu era mais nova, então quando fui coordenadora geral elas saíram, porque Poliana foi pro PT - ela ficou na gestão, mas tava no PT, foi para juventude do PT, e eu fiquei sozinha - eu e Dudu [Eduardo Ribeiro]. [...] Depois veio Amanda [Cunha], que não queria ser diretora de jeito nenhum do DCE. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Nos anos 2010, essa presença dos ativismos setoriais afirma a atuação dessas novas sujeitas políticas enquanto figuras centrais a serem construídas, incorporando suas reivindicações à pauta geral do movimento estudantil. Essa tendência parece convergir com os achados de um estudo sobre juventude e política na UFBA (MAIA et al, 2011). Entre os espaços institucionalizados de participação política- são listados os DA e CA, e os DCE são mencionados como espaços de representatividade, mas também ganham destaque grupos de estudantes ligados a partidos políticos e a ativismos identitários e da diversidade, como o movimento negro, feminista e LGBT, além de pautas específicas como meio ambiente ou cultura. As autoras sinalizam, assim, para a articulação de diversos movimentos sociais e a associação ao movimento estudantil como forma de vinculação ao mundo da política.

Em consonância com essas transformações nas pautas e nos sujeitos coletivos que as encarnam, a organização do ME passa a se tornar mais descentralizada e a presença de grupos auto-organizados de mulheres, LGBT e da luta antirracista conflui com as atividades gerais dos espaços estudantis, tornando o ativismo mais fluido e oportunizando para que a presença

⁵⁶ União da Juventude Socialista - coletivo do movimento estudantil.

⁵⁷ Democracia Socialista - tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

de uma mulher dirigente passe a indicar que o coletivo está bem posicionado frente à conjuntura política, especialmente se ela estiver atuando em outras frentes, como o movimento negro e/ou LGBT – como sinalizado por Isadora anteriormente, quando se referia à geração 2010.

Então acho que tinha nessa coisa dos coletivos se auto-organizarem, né? As forças políticas... Mas tinham agendas comuns que a gente conseguiu partilhar. Acho que a agenda tanto do meio ambiente, que é um negócio marcado na minha gestão, a questão do SAF⁵⁸ que tinha Maria [Santana] e a outra galera, conseguiu ser mais para fora do que as forças políticas e envolver mais gente. A luta das mulheres, pelas coisas que a gente conseguiu organizar de conseguir formar os núcleos de mulheres estudantes, fazer algumas atividades que a gente fez a gestão, fazer do corpo da diretoria de mulheres uma coisa coletiva, colegiada, não era só a figura da diretora. Acho que da forma a gente foi conseguindo ter funcionamento de ter mais gente assumindo as pautas do que ser uma coisa só dos dirigentes na reunião dos grupos políticos. E aí além das reuniões das nossas correntes a gente tinha que fazer reunião da Marcha [Mundial das Mulheres], reunião do núcleo de mulheres de não sei aonde, tem que correr trecho porque também era da UEB. Essa coisa da convergência foi importante. As reuniões do DCE eram abertas, não era só a diretoria. Um monte de gente se incorporou à gestão. Esse é um negócio que passou a ter muita tranquilidade depois da gente. E aí não sei se é porque minha gestão tinha mais de 80% de mulheres... Eu acho que influencia. A gente também muda a forma de fazer a política a partir de onde a gente tá. [...] Era bizarro [ser mulher dirigente]. A salvação, principalmente quando eu tava na UNE. [suspiro] Ai, que diferença da agenda! Porque aí eu fazia muita agenda auto-organizada, né, quando eu tava na UNE. [...] É que esse momento também tinha um monte de coletivo feminista surgindo. Não é que não tivesse antes, mas que necessariamente não tava talvez ligado a um movimento maior, não tava organizada a partir de uma perspectiva mais sólida, às vezes muito ilhados. A atuação na pauta de mulheres trouxe entender esse conjunto das outras pautas. E aí muito forte mesmo que eu lembro que foram as lutas foi nesse campo da assistência estudantil e das ações afirmativas e onde de fato entrava a nossas vidas. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013).

Eu: E que outras militâncias você participou durante essa época?

Lorena: Durante essa época? Tudo que aparecia. [risos] Era tipo, o que viesse. Eu tinha que representar enquanto DCE, era a cara pública do DCE, então organizava movimento negro, organizava DCE na luta contra o golpe, nessa época a gente ainda tava lutando para barrar o golpe, então participei da Frente Brasil Popular como representação. O movimento de mulheres - a gente ajudou a criar a Frente Feminista e isso, né? Se multiplicou pela Bahia. Se tornou referência para as estudantes da Bahia de resistência nas universidades. A gente também criou a Frente de Negros e Negras⁵⁹ e daí a gente também incidia no movimento negro. E também organizou essa questão do acesso ao direito e acesso à justiça. Teve um movimento aqui de direito, mas também de outras perspectivas, né? De trazer a comunidade para dentro da faculdade e a faculdade para dentro das comunidades. [...] A gente tinha centros e diretórios acadêmicos, fóruns, representação de residências, a gente tinha conselheiros universitários e tinha o DCE. Mas tinha também coletivos que se organizaram em torno de pautas, leituras de mundos, enfim, diversos. Coletivos que

⁵⁸ Sistema Agroflorestal da UFBA, localizado ao lado do Instituto de Biologia, no *campus* de Ondina.

⁵⁹ Frente de estudantes negras e coletivos antirracistas criado em 2014 com o intuito de unificar as lutas antirracistas dentro da universidade.

militavam no movimento estudantil, combate ao racismo, LGBT, mulheres... Coletivos que englobavam todas as lutas e coletivos que lutavam autonomamente em uma dessas frentes. [...] Como era uma Frente [Feminista], ficou subordinada ao DCE, mas que não é subordinado em pauta, mas elas dão a pauta e o DCE também ajuda a organizar, então é muito nessa linha... É muito mais uma troca do que a verticalização. E aí a gente começou a fazer reuniões periódicas da Frente Feminista. E o que foi legal: não só a Frente Feminista organiza o EME⁶⁰, mas organiza outras coisas na universidade, como recepção de calouras. A gente fez a cartilha, o manual das calouras contra os trotes machistas. A gente combateu os trotes machistas na universidade. A gente ajudou na organização do grupo de mulheres da residência, organizando também, acompanhado as mulheres que são mães da creche, durante o período da greve sobretudo. Mas eu acho que onde a gente teve mais visibilidade foi contra o assédio dos professores. Criou-se um canal na plataforma da internet que as pessoas podiam denunciar e a gente passou a levar essas denúncias para a ouvidoria e acompanhar esses casos e a gente conseguiu afastar uns três professores da UFBA com isso. E o mais legal da Frente Feminista foi que a Frente Feminista era para uma UFBA inteira e a partir desse experimento vários lugares na UFBA, como por exemplo Poli, Direito, Medicina passaram a criar seus próprios núcleos de estudantes. A gente tem Medicina que é não-sei-o-que-lá Lobato, aqui [Faculdade de Direito] tem as Madás, tem a Frente de Mulheres da Poli, teve as Mulheres das Artes, as Mulheres das Residências e todos esses grupos se organizando em torno do feminismo, em torno das vidas das mulheres tanto dentro quanto fora - porque essas mulheres passaram a se organizar fora e levar pras ruas nossas pautas, como trazer a luta para dentro da universidade e eu acho que foi umas lutas mais bonitas que a gente conseguiu fazer esse tempo todo. (Lorena, dirigente estudantil 2013-2017)

A auto-organização das mulheres do movimento estudantil nesse período teve dois momentos que merecem destaque: o primeiro foi o surgimento do núcleo da Marcha Mundial das Mulheres na UFBA, que desembocou em uma organização das mulheres diretoras do DCE para construir a diretoria de mulheres e transversalizar a pauta feminista por todas as outras pastas⁶¹ – que Liliane citou nos trechos acima e eu narrei no início do trabalho. Já o segundo momento foi e a criação de uma Frente Feminista em 2014, narrada por Lorena. Esse marco de uma política estudantil atravessada por questões de gênero e, o valor político positivo da construção de espaços em que as mulheres podem elaborar em unidade não só as pautas a serem apresentadas ao conjunto do movimento, mas também analisar coletivamente as pautas gerais e definir práticas políticas comuns, são realidades recentes e impactam de forma acentuada a organização política atual do ME.

Esse panorama das mulheres dirigentes e a conjuntura interna do ME foi sendo costurado ainda durante as entrevistas, quando ouvi as histórias e comecei a criar conexões entre as falas, e se aprofundou ao longo do processo das transcrições e da análise de dados, quando

⁶⁰ Encontro de Mulheres Estudantes, que tem por objetivo ser um espaço de organização e fortalecimento do debate feminista no movimento estudantil.

⁶¹ Diretorias e conjunto de pautas políticas organizadas no Diretório Central dos Estudantes.

pude traçar de fato uma linha do tempo com base nas memórias das entrevistadas e visualizar as camadas existentes entre conjuntura política geral-universidade-movimento estudantil, transversalizadas pelas questões de gênero. Alguns relatos também sinalizaram esse olhar sobre os caminhos feitos pelas mulheres no movimento estudantil como um processo de reverberação nas gerações de ativistas e a construção de uma experiência e uma memória coletiva:

Não tenho dúvida que a gente consiga fazer com que essas novas gerações efetivamente já nos superam, para mim já nos superam. Quando eu vejo uma geraçãozinha assim: eu vejo Bruna [Jacob], tem 24 anos de idade. Com 24 anos eu não tinha condição política e leituras que ela tinha, mesmo que eu tivesse ótimas... Raquel [Franco], em seis meses, Raquel não abria a boca - que é do DCE da UFBA agora - não abria a boca... Eu demorei pelo menos dois anos e pouco para poder [falar]. Então tem a ver com as coisas virem muito mais rápidas hoje e a gente ter uma possibilidade de gerações muito legais. Vejo as meninas também, vejo Nadja [Carvalho], vejo Joana [Paroli], vejo as meninas da Marcha [Mundial das Mulheres] e digo “Pow, que massa”, assim. É bom e elas precisam também serem superadas por outras que tão aí, que foram as que ocuparam as escolas, [...] que tão no hip-hop, que já tão, oh [estala os dedos], que já tão a anos luz da gente. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Eu acho que todo mundo, que vocês são bem melhor que eu na condução da política porque você já encontrou caminho - não foi facilitado - mas alguém abriu à foice e aí vocês vieram. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Ao ouvir os relatos das mulheres dirigentes entrevistadas, refleti sobre o poder do movimento estudantil de modificar nossa forma de ver e estar no mundo. Foi interessante perceber os valores e práticas que o movimento ensina e reproduz através de suas ativistas e os seus impactos na formação individual. É necessário ter atenção, no entanto, para a existência de um modelo hegemônico de atuação política. O estudo feito por Roberta Sousa e Teresa Bezerra (2006) compartilha com outros⁶² o apontamento do chamado “modelo masculino de militância” e sinaliza suas características: “a dedicação integral a uma causa, cujo sustentáculo é uma ética sacrificial; a hierarquização dos temas de discussão; a linguagem; as práticas; e os rituais que valorizam a fala em público” (p.204). Nessa mesma direção, Tatau Godinho (1991) afirma que esse modelo valoriza atributos

“De agressividade, competição, a fala em público, a disponibilidade de tempo” que muitas vezes vão de encontro a valores que a sociedade considera femininos e que, de alguma forma, temos internalizados em nós. A entrada das mulheres na esfera pública, segundo as analistas de gênero é marcada por uma identidade que se baseia no cuidado e nas relações afetivo sociais, ambas desvalorizadas social e

⁶² RIDENTI, 1990; BONETTI, 2003, 2007, 2009; PINTO, 2010; SANTOS, 2011; BIROLI, 2013; ARANGUIZ, 2015; RAMOS, 2016; SILVA, 2016.

politicamente, pois são consideradas funções complementares ao trabalho dos homens, o que aprofunda uma divisão sexual do trabalho que determina as formas com que as mulheres se inserem no espaço público, privando-as das condições de exercer, em igualdade de condições com os homens, a participação social e política (p. 37)

A vigência e os desafios que esse modelo representa no interior no movimento estudantil da UFBA apresentaram-se em diversos momentos das falas das dirigentes ao longo dos diferentes momentos políticos abordados, como fica evidente nos relatos de entrevistadas que foram dirigentes do movimento estudantil da UFBA em épocas tão diversas como Célia e Leila:

Não, claro que o conflito se dava nas assembleias. [...] Às vezes a gente passava assembleia de três horas, a assembleia não acabava. Por que não acabava? Porque não era para acabar. Não ia acabar nunca porque terminava decidindo uma coisa que era da maioria que ficou, que sobreviveu àquela assembleia. Quem guenta... "Fica aqui até amanhã?" "Fico" "Num dorme não?" "Não." Então quem aguentava ficava com a posição vencedora. Era assim na verdade que terminavam as assembleias, quem podia ficar. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

O coletivo que eu fiz parte quando eu entrei tinha cinco estudantes – eu era a quinta – e eu nem queria fazer isso. Eu lembro que a primeira vez que eu passei em sala, eu cheguei para minha aula de Matemática, tava João Gabriel [Cabral] e Gabriel [Oliveira] panfletando na Ondina e eu fiz “Pow, eles vão me ver!” Aí eles me viram, aí eu tive que ir, em vez de ir para a aula, para passar em sala. Foi a primeira vez que eu passei em sala, que eu falei público – eu tinha uma dificuldade imensa de falar em público. [...] Depois, depois disso aí que eu fui olhando: tem uma questão da minha autoestima que melhorou para caramba, de me conhecer, de saber do que eu gosto, do que eu não gosto, que eu não tenho que ficar prestando contas. E a minha entrada no movimento estudantil e a imposição [de falar] porque agora eu sou notada – que eu também fazia questão de passar despercebida; eu tinha muita vergonha, eu era muito tímida. Você não me conheceu nessa época. [risos] (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Aprofundando mais esse ponto, é possível apreender que a partir da instauração de um modelo de atuação há também a idealização da figura do homem dirigente e dos seus atributos como algo natural ao ME, representando um padrão universal e neutro, produzida pelo patriarcado (VIDAURRAZAGA ARANGUIZ, 2015). Esse elemento também foi recorrente nas falas das mulheres entrevistadas:

Eu estudei na UFBA, entrei na faculdade de arquitetura da UFBA em 97 e saí em 2007. Foram 10 anos de UFBA - tudo bem que é um curso de 6 anos, mas o resto foi fazendo movimento estudantil. [...] [Ademário Costa] era alguém que nas reuniões, nas assembleias me inscrevia e dizia "Você tá inscrita" e eu dizia "Não vou falar! Eu não vou falar. Eu vou falar merda!" e ele dizia "Você vai falar". Aí ele olhava para mim e dizia "Ouça a fala dos caras..." – só tinha os caras, né? – "Ouça as falas" então tinha uma fala bosta, tinha uma fala incrível, tinha uma fala idiota e todo

mundo aplaudia. Aí eu comecei a ver que eu podia fazer falas idiotas, mas que ia aprendendo assim. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

E para ser dentro do meu coletivo “Leila é coordenadora geral” foi complicado porque João Gabriel [Cabral], que era o dirigente da época, achava que eu não estava pronta e o menino que tava entrando, acabado de entrar no movimento estudantil - eu já tava há dois anos -, o menino que tinha acabado de entrar era o menino que tava cotado. E eu lembro que na época eu aceitei, eu fiz “Tá bom”. Eu aceitei. “É bom que eu me desligo, eu vou saindo aos poucos e deixo entrar [outras pessoas]”. Aí as meninas do Ousar⁶³ [Ousar Ser Diferente] fizeram uma reunião, disseram “Não pode. Tem que ser você porque você é mais antiga, é a mais experiente” (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Para serem validadas como ativistas e dirigentes do ME, a maioria das mulheres apreende os valores e práticas impostas por esse modelo de atuação política, masculinizando suas práticas políticas e abrindo mão de suas vidas privadas. No entanto, quando aquela atuação se apresenta como uma ameaça para o conjunto dos homens do movimento, essa masculinização se torna centro das críticas (SOUSA; BEZERRA, 2006; ARANGUIZ, 2015; SILVA, 2016). É possível registrar ecos desta modalidade de operação de valores de gênero na política fora do contexto estudantil, por exemplo, no caso da presidenta Dilma Rousseff, que precisou endurecer suas posturas para ser reconhecida como liderança política e, ainda assim, em diversos momentos foi acusada de ser manipulada pelo presidente Lula. Ela também foi vítima de violências por parte da sociedade brasileira e de homens que ocupavam posições de liderança política, como o atual presidente Jair Bolsonaro⁶⁴. Em entrevista ao jornal New York Times, a presidenta destaca as características machistas e misóginas do golpe:

Eles me acusavam de ser excessivamente dura e áspera, enquanto um homem seria considerado firme e forte. Ou eles diriam que eu era muito emocional e frágil enquanto um homem teria sido considerado sensível. Eu era vista como alguém obcecada com o trabalho, enquanto um homem teria sido considerado trabalhador. Também tinham várias outras palavras rudes usadas. Eu fui chamada de vaca umas 600 mil vezes (ROUSSEFF, 2017)

As vivências femininas em outros âmbitos da política, como o abordado por Marcelo Ridenti (1990) em relação às mulheres ativistas durante a ditadura militar, também dão sinais nesse

⁶³ Coletivo do movimento estudantil.

⁶⁴ Refiro-me aqui especificamente ao momento da votação do impeachment da então presidenta Dilma, em que o então deputado federal homenageou, em sua fala, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – responsável pela tortura da presidenta e de suas companheiras no tempo em que foi presa política do regime militar brasileiro.

sentido. Assim evidencia o depoimento de Vera Sílvia Magalhães, dirigente e depois parte do comando armado da DI-GB⁶⁵ (futuro MR-8⁶⁶):

Era uma guerra, enquanto mulher, ser de uma direção. Era uma coisa muito barra pesada, nada fácil pra mim. Acho que em 1968 eu sairia da direção por mil outras razões, inclusive porque havia quadros novos surgindo. Mas houve um argumento fantástico, de que eu era uma pessoa instável emocionalmente. Só que as pessoas que diziam isso eram os homens que eu namorava, e que estavam na direção (a gente teorizava e praticava: a monogamia não existe, seria uma proposta burguesa, conservadora). E eu perguntava: “por que eles não saem? Por que só eu sou instável emocionalmente?” [...] Eu era mulher, portanto, fazia todos os levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuía. Por exemplo, eu seduzia o gerente do banco para uma conversa, para ir jantar à noite, saber as informações do dia do pagamento, etc. [...] Na hora da ação, todo mundo tinha metralhadora, ou 38. A mim, cabia o pior revólver. (p.120)

Nas entrevistas que realizei, essas práticas também foram narradas com recorrência:

Nós estávamos à frente do DCE, Ângela [Guimarães], como coordenadora da eleição, que eu ajudei a ganhar eleição do DCE – foi a indicação de Ângela – e foi uma disputa também interna nossa, na corrente que eu fazia parte, porque nós ganhamos as eleições da DCE e depois a gente fazia reuniões para ver como é que nós nos organizamos no DCE. E eu lembro nessa época... Não agora, como você percebe que existe movimentos feministas organizados na universidade. Nós não tínhamos ainda uma atuação, digamos assim, enquanto corrente política do movimento feminista que faz parte da União Juventude Socialista. Nós tínhamos uma atuação de firmar o nosso lugar político enquanto mulheres e protagonistas - a gente nunca deixou de considerar qual era o nosso papel. Nas disputas internas que nós tínhamos, a nossa prioridade era sempre considerar a participação das mulheres. Então, quando nós ganhamos as eleições do DCE, das cinco indicações que nós fizemos – a eleição foi proporcional – nós indicamos quatro mulheres. Então era eu, Karine Oliveira, Martinha – Marta – e tinha uma menina de Odonto – que esqueci o nome dela – e indicamos Ângela como coordenadora-geral e não foi fácil isso, internamente, inclusive, porque a direção na época estadual da UJS tinha outra indicação, que era de um estudante de direito. Só que nós éramos as lideranças com base social na universidade e ele, que pese ser de um curso importante - que ainda existia essa questão de prestígio de alguns cursos na universidade -, ele não tinha base social. Ele era um militante atuante, bom orador, formulador, mas nós consideramos isso: nós somos as mulheres que temos a base social e que circulava toda a universidade, que tinha relação política para fora da Universidade, dentro da Universidade com os diretores de unidade, com o reitor... Então, na disputa interna nós vencemos e indicamos a Ângela para ser coordenadora do DCE da UFBA e na época a minha indicação para UNE também foi uma disputa interna na UJS. Ela foi pro DCE da UFBA e eu fui para direção da UNE, sendo a vice-presidente regional. [...] Eu achei engraçado que recentemente eu encontrei com uma menina e ela disse que “Na época eu era orientada a puxar o microfone de vocês para vocês não conseguirem”, enfim... Então, era muito boicote muito pela posição nossa também, porque nós éramos a corrente que tava dirigindo o DCE, formada por maioria de mulheres, né? [...] Então, existia também esse enfrentamento subjetivo dos meninos que estavam nas outras correntes, que tentavam impedir também a gente de falar... A

⁶⁵ Dissidência do Partido Comunista Brasileiro da Guanabara.

⁶⁶ Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) foi uma organização política de extrema-esquerda marxista que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira.

gente já sofria isso internamente, a gente sempre sofreu, né? Porque... Não digo machismos só das outras correntes, mas também na corrente que nós fazíamos parte, mas a gente ia para enfrentamento. [...] Tinha alguns [homens] que tinham medo. Eu lembro de algumas conversas que a gente tinha, mais com os meninos do Centro Acadêmico, entendeu? Eles diziam “Porque vocês passam a imagem de serem muito brabas, serem muito assim... Parece que se a gente começar a falar e discordar de você, você vai ser braba”... era “braba... Você passa uma imagem de ser muito séria, ser muito braba, de levar tudo muito a sério...” Mas a gente não passava aquilo que eles... aquele estereótipo de mulheres masculinizadas, feministas que eles tinham uma imagem. Mas, às vezes, tinha alguns que se aproximavam com essa ideia de que a gente tinha uma imagem de ser muito séria e ser muito braba. (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

Bom, tem três elementos. O primeiro elemento era como eu conduzia... Eu me lembro que quando a gente ganhou a eleição em outubro, final de outubro de 2009, aí “Vai ser Leila coordenadora geral”, porque ainda não tinha definido. “Vai ser Leila” e eu fiz “Ok”. E aí Mário, Mário Scaldaferrri, que era o dirigente dessa época: “Agora que vai ser você, você sabe que você não pode mais fazer essas coisas que você fazia...” Era o que que eu fazia? “Esse negócio de ficar muito livre, muito dando, porque você é mulher, porque tem toda uma corrente que gira em torno de você...” Teve isso e teve o fato de que, porque Marta que comprou a briga para ser coordenadora geral porque Rodrigo [Pereira] e João [Gabriel Cabral] achavam que tinha que ser Barack. Barack nem ficou no movimento estudantil, nem ficou... Não ficou. Foi aquela eleição e acabou. E além das meninas, Marta [Rodrigues] achava que tinha que ser eu e Marta tinha acabado de ganhar para vereadora em 2008 e ela achava que tinha que ser eu e ela queria que eu fosse coordenar a juventude do mandato dela. Aí a gente botou no grupo e decidiu que João, que era porque João era o dirigente. [...] Fiquei com muita raiva porque não importava: eu nunca era boa o suficiente internamente, dentro da minha organização. Exceto Sandra [Gama] e Marta, nunca era bom suficiente. E depois que eu fui coordenadora, aí que o coletivo que eu coordenava cresceu para caramba. Porque até aí a gente tinha, até eu ser coordenadora, a gente tinha a UFBA e a UESC⁶⁷... A UESB⁶⁸ de Jequié. Quando eu saí da coordenação, que eu fui assumir o coletivo, a gente teve a UFBA - que era Tâmara - a UNEB⁶⁹ - a gente tinha estabelecido relação com a UNEB - a UESB de Jequié, ganhamos a eleição da UESC - a gente fez coisa como o quê. Então, quando eu saí da EDP⁷⁰ era um dos maiores... Quando eu saí mais não, mas dentro desse período nós viramos um coletivo de referência, então a gente era consultado, a gente era chamado o tempo todo, foi massa. Eu acho que não fiz sozinha, mas a minha participação fez isso, porque João jamais faria. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Era pauleira ser mulher nisso. Primeiro porque os caras não topavam muito que a DS tinha como interlocutora eu. Já tinha uma treta... Por mais que os meninos fossem todos amigos, legais, mas não necessariamente os meninos me procuravam para fazer conversa das forças, mesmo eu sendo secretária-geral. Eles não levavam fé nas opiniões que eu dava, mesmo sendo opiniões construídas coletivamente, né? As minhas decisões sempre eram colocadas em cheque. Eu cheguei a ouvir que eu construía política com as minhas amigas. [...] Sendo que os meninos podem construir política na mesa do bar, jogando videogame, saindo com os outros nos

⁶⁷ Universidade Estadual de Santa Cruz.

⁶⁸ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁶⁹ Universidade do Estado da Bahia.

⁷⁰ Esquerda Democrática e Popular – tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

programas que eles fazem em que tudo é permitido - que aí na nossa frente eles não podem certas piadas, mas nesse espaço eles podem fazer. Ninguém questiona que ali eles estão construindo política, mas eu como me relacionava muito bem com as outras dirigentes - e aí tinha um pacto geracional muito bem colocado - de quem conseguiu resistir foi quem tinha uma a outra, de se enxergar. [...] No DCE eu era histórica, chiliquenta que jogava cadeira nos outros. Eu sempre fui a “Nossa!” [careta] O estereótipo! E foda-se. Nariz em pé e bico na diagonal significa isso também. A gente ou grita ou montam na nossa cabeça, a gente se impõe ou montam na nossa cabeça. A gente tem que ser simpática, então ter base, ter relação para se sustentar, convencer mais pessoas das suas opiniões ajuda. [...] E a gente endurece, a gente fala grosso, dá vontade de jogar tudo para cima e dar crise de choro, dá, mas a gente engrossa o pescoço porque é do processo da disputa. É uma coisa que a gente tem que aprender na tora porque ninguém ensina para a gente. Ninguém ensina para a gente o que é se controlar quando te atacam seja pelo seu corte de cabelo, por quem você se relaciona, sua orientação sexual, seja pela hipersexualização que a gente sofre, seja pelo assédio. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

A naturalização da figura masculina no movimento estudantil sinaliza também desigualdades na democracia interna do movimento. Neste sentido, Sousa e Bezerra (2006) apontam que

“O exercício da política no movimento estudantil parece que naturaliza a hegemonia da figura masculina naquele espaço de poder, mostrando a debilidade da democracia interna. Isto restringe ou, até mesmo, exclui setores específicos de uma forma constante, neste caso, pelo critério de gênero. Mesmo o quadro de mulheres superior ao de homens na base do movimento, há limites quanto ao acesso às direções. A direção do ME ainda é um espaço masculino.” (p.202)

Confluindo com a análise dessas autoras, vale considerar os seguintes relatos das dirigentes entrevistadas aqui:

Então tem isso - a gente sempre tem que trabalhar em dobro para dar o mesmo resultado e sempre vão criticar nosso resultado. No meu caso, João [Gabriel Cabral] sempre reclamava da minha postura sexual, mesmo eu nunca tendo faltado nenhuma atividade da política, do trabalho, de campanha para fazer sexo, mas isso é uma justificativa constante e até hoje... É como o machismo se organiza. Tem que achar alguma coisa para culpar a criatura, é isso. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Então... Ser mulher dirigente é uma barra, mas ser mulher preta dirigente é [pondera] facada de todos os lados. Primeiro que se começa na nossa organização, né? Na organização que te coloca seu nome lá para ser dirigente. Fala “Não. Essa pessoa é o nosso nome para Coordenação Geral”. Primeiro que as pessoas deram risada, disseram que não era sério, que não podia ser sério porque eu era muito nova, porque... Provavelmente porque eu era mulher também. Mulher e preta. Mas passa desse processo de descredibilização de ser o nome do coletivo para, de ser um nome para o DCE, tem um processo de autoafirmação. As pessoas apostarem que você vai errar e elas esperarem por isso. Às vezes as pessoas não só esperavam como elas faziam parte do processo para sabotar... Mas isso a gente tira de letra porque a gente tá acostumada. A mulher tá acostumada de ser descredibilizada, de ter sua postura, de ter sua voz descredibilizada o tempo inteiro... (Lorena, dirigente estudantil 2013-2017)

Na mesma perspectiva, foi possível também perceber outro aspecto do movimento estudantil: a invisibilidade da figura feminina como dirigente e figura central para a discussão das pautas

(SOUSA; BEZERRA, 2006; OSÓRIO, 2014). Cabe lembrar que, nas reportagens estudadas por Roberta Sousa e Tereza Bezerra (2006), as próprias questões femininas eram abordadas com protagonismo dos homens, criando assim um apagamento histórico de mulheres ativistas como porta-vozes do ME. No caso deste estudo, situações semelhantes são trazidas à tona:

E aí eu comecei a escrever, e aí eu virei a formuladora, só que era a pessoa que escrevia os textos e os caras assinavam. Com Ademário [Costa] muitas vezes também assim, de eu escrever o texto, a gente aprovar na reunião que era aquele texto, eu fazer algumas alterações e ele assinar porque era o dirigente, tal, mas era muito... para mim na época era uma coisa legal porque "olha e tal" [sinal de aprovação]... Depois eu falei "Não. Tem alguma coisa errada aí". E esse "Tem alguma coisa errada aí" era algo também que não discutia com ninguém porque não tinha com quem discutir. [...] Eu me lembro de uma coisa: a gente estava no 36⁷¹ e a gente tava debatendo sobre revolução brasileira, alguma coisa assim, e aí eu falei algo sobre as dimensões continentais do Brasil e aí ele [Alexnaldo Queiroz] falou uma coisa idiota tipo "Não, só porque o Brasil é grande"... alguma coisa assim. Aí eu expliquei para ele o que eu tinha dito, que tipo "Isso tem a ver. Isso não é essencial, mas isso tem muito a ver por... Várias coisas." E aí ele começou a fazer chacota e os outros caras meio que dando risada disso e eu me lembro que eu ficava muito puta. E aí depois quando a gente foi aprovar o texto e eu escrevi o texto - que era do mesmo campo político - na hora do texto, que ninguém sabia que era que escrevia, [tapa na própria mão] aí apresentava o texto, todo mundo debateu o texto e tinha lá escrito o que eu tinha dito. E aí foi quando eu disse: "Ah, miserável". Aí eu comecei a entender também que eu tinha que ter caminhos para entrar nisso e de que forma de enfrentamento que vai ter êxito e isso foi bem difícil. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Essa dimensão dos papéis políticos e a invisibilidade das mulheres nos espaços políticos não passam ao largo das questões de raça e outras interseccionalidades. Nem tão pouco somente fazer parte de movimentos setoriais feministas ou de combate ao racismo garante acolhimento das demandas dessas mulheres, que estão sujeitas a um conjunto de opressões articuladas (COLLINS, 2015[1989]; AKOTIRENE 2018). É importante levar em consideração que “os dois referenciais – branquitude e poder – coexistem como reafirmação da conjugação entre machismo e racismo e incidem sobre a vida da população negra. Para as mulheres negras resultam em barreiras para o seu cotidiano e desenvolvimento pleno” (RIBEIRO, 1998, p.196). Pelo fato de o movimento estudantil estar imerso na dinâmica de poder dominante, isso é refletido nos espaços políticos que essas mulheres vão ocupar na organização, nas tarefas de caráter secundarizado que elas vão cumprir e, por fim, no desrespeito às suas falas e colocações. Apesar de diversos trechos já apresentados ilustrarem esse aspecto, trago outros fragmentos das entrevistas com Isadora e Leila:

⁷¹ Restaurante localizado na Federação, tradicionalmente frequentado por ativistas do movimento estudantil.

Então sempre tinha uma caracterização da gente de maneira diferenciada também das mulheres brancas, porque elas tinham outras funções. É meio assim, não tem "Mulher branca para uma coisa, mulata para outra e negra para outra"? É exatamente isso assim. A gente tinha, dentro da escadinha, subjetivamente e também objetivamente, a gente tava colocada em outro lugar, só que o movimento negro também nunca ajudou muito, né? Então o movimento feminista não ajudava tanto, mas a gente também começava a caçar outras coisas e isso foi importante... O partido [PT] ajudou nisso. [...] Só que ser mulher negra era muito mais difícil e ainda é muito mais difícil, porque tem isso. Porque tem certos lugares também para o movimento estudantil, pelo menos na época em que eu vivenciei, em que tinha um grau de caricatura para as mulheres negras. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Aí quando eu entrei em Economia, Nilton [Luz] me apresentou Marcos André. Marcos André disse "Se você quiser ser empoderada você vai fazer movimento estudantil". "Mas eu não quero". Eu acabei fazendo porque poder é legal. Ser respeitada é legal. Então eu fui fazer por causa disso. Fazia movimento negro, fazia movimento estudantil e eu fiz movimento de mulheres, mas nunca gostei muito porque eu não tinha referência. Porque eu sou uma mulher preta, então a Marcha [Mundial das Mulheres] era massa, mas não tinha referência porque todas as mulheres, todas as coordenadoras era todo mundo muito branco e eu não curtia. Então Nilton era meu amigo viado preto, eu ia para as coisas de viado e parei de ir para as coisas de mulheres, até a gente fazer uma vez no DCE - e nem foi na minha gestão - um ciclo de debate de mulheres, que aí eu me aproximei. Mas mesmo assim, até hoje eu tenho muita resistência do movimento de mulheres, exceto quando as mulheres são negras, tipo o Movimento de Mulheres Negras. Fora esse, todos os outros sempre me incomodaram muito por conta da questão da raça. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

O olhar das mulheres entrevistadas para as práticas políticas que organizavam sua atuação e a do conjunto das ativistas políticas do ME revelam uma manutenção de um modelo de atuação masculina cisheteronormativa branca e de classe média que marcou suas vivências. Os relatos, no entanto, refletindo sobre suas práticas, apontam pra um movimento de resistência e crítica do modelo colocado, mesmo quando alguns de seus valores e práticas foram incorporados. Dessa forma, compreendo que as mulheres dirigentes, mesmo quando submetidas a um padrão machista e normativo de ativismo, anunciam, em sua atuação, uma mudança potencial e real para o conjunto do ME.

3.4. Práticas femininas e feministas

A partir da escuta dos relatos das entrevistadas pude identificar que, ao introduzir novos valores e práticas, a participação feminina propicia transformações no interior do campo político. Análises de autoras como Mayris Silva (2016) seguem nessa direção quando se referem à existência de uma cultura política feminina que resgata novos modos de pensar e agir, pois "quando a mulher adentra ao espaço público com a discussão de suas ideias, temas, valores, questões e atitudes leva à feminização cultural, rompendo com a ordem vigente da cultura masculina antes representada somente de forma objetiva e racional" (p.133). Nesse último tópico, observei como a presença das mulheres no movimento estudantil da UFBA

comprova a existência, e ao mesmo tempo desafia, os padrões sociais dominantes no espaço político e consequentemente, na universidade.

De maneira complementar, Santos recupera a abordagem que Céli Pinto (1992) traz sobre o empoderamento das mulheres ativistas, e as transformações sistêmicas que decorrem desse fenômeno, devido, fundamentalmente, a três fatores:

1) a participação das mulheres nos movimentos ocasiona uma ruptura com sua condição de invisibilidade pública; 2) a constituição de grupos de mulheres no interior de movimentos liderados por homens, embora possa apresentar um caráter discriminador, segundo ela, ainda assim configura-se como mais um momento de conquista de visibilidade por essas mulheres; 3) a organização de mulheres a partir de reivindicações provenientes de seu universo de preocupações, cuja identidade, segundo Pinto, se constitui no mundo privado, provoca uma ruptura do eu enquanto constituído no privado, bem como a conseqüente inserção no espaço público. (SANTOS, 2009, p.62)

Os relatos que seguem, dizem que as mulheres atuantes no movimento estudantil, especialmente quando associadas, experimentaram novas formas de fazer política, desnaturalizando e resistindo à aderência a práticas masculinas ou violentas, visibilizam novas pautas em função das suas necessidades e constroem espaço para o surgimento de outros balanços nas relações de gênero no ME:

Como eles [se referindo aos companheiros homens] não tinham condições de disputar na opinião, às vezes eles iam pelo posicionamento também físico deles. Então, eu ouvi algumas besteiras dessa, mas, no geral eles tentavam inibir a gente, sei lá, firmando, digamos assim, a masculinidade... Até internamente: bater a mão na mesa. [faz o movimento] Era sempre como se fosse uma forma de encerrar o assunto, e não era para nós a forma de encerrar o assunto. Como a gente era muito da disputa, a gente sempre foi muito da disputa, então eu nunca levei muito, nunca encerrei o assunto quando eu considerava que o assunto não deveria ser encerrado, porque eu tinha uma opinião divergente, não estava convencida e não ia levar a sério aquela opinião que eu não estava convencida. E como eu comecei a assumir um papel um pouco protagonista na corrente, na UJS, então eles tinham muito receio de como é que eu ia levar esse debate também para fora. Então a gente tentava esgotar até a última gota do diálogo, mas sempre eram diálogos muito difíceis, porque eles tentavam impor pela voz, pelo comportamento do lugar, da masculinidade que eles viviam também. (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

É que chega em um momento a incomodar que tem a ver com isso, de você cumprir as mesmas tarefas ou mais tarefas e tem a ver com reconhecimento e de dizer assim, "Não, eu tô cumprindo essas e essas tarefas - vamos dizer - para a UNE". Foi um cara para a UNE de Brasília e que assim, não era ele para ir ao encontro, era eu, não porque eu sou maravilhosa, incrível, não era nada disso, mas porque do processo de construção e tal, se não existisse o machismo, não só eu, mas muitas outras companheiras como Dani [Danielle Ferreira], né, teriam ido para várias outras coisas porque são mulheres que voam e voariam e isso é muito foda. Mas isso também foi algo positivo para poder enxergar como é que luta para mudar isso. Porque você enxerga os privilégios, você tá dentro desse esquema em que você não só enxerga os privilégios, mas você enxerga onde ele - esse privilégio - te afeta e aí você começa a ver também o seu grau de importância no privilégio alheio também. Então a gente

meio que começa "Não vou fazer." "Ah, é para fazer a sistematização de não sei onde..." "Ow, me desculpa, essa não vai rolar" e aí é fazer outra coisa que é mais importante para conseguir fazer com que mais mulheres tenham condições de fazer as coisas. Várias vezes entre ir para uma atividade fazer uma análise de conjuntura de não-sei-quemzinho e sabe, ir fazer um curso de formação feminista? Não tenho dúvida, nenhuma dúvida. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Quando a gente começou a fazer os primeiros movimentos, os primeiros encontros de mulheres que a gente fazia. A gente fazia encontros assim, nessa época ainda dentro desses anos 70, a gente começava a fazer reuniões, a trazer as mulheres para participar, a gente fazia botava creche: tomavam conta das crianças. Então, alguma que tomava conta de crianças, geralmente as que, não sei... Contação de história, não sei o que e tal... Enquanto as outras, as mães podiam estar defendendo [seus interesses nos encontros]... [Elas] queriam o que? Queriam creches, queriam lavanderias públicas, queriam ter condição na sua moradia, pobre, mas queriam ter condição de ficarem autônomas para poder trabalhar, para poder, sei lá, ser alguma coisa. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Na tentativa de aproximar as dimensões pública e privada (PINTO, 1992; SOUZA-LOBO, 1991), as mulheres viabilizam reflexões sobre necessidades de um conjunto muito mais amplo de sujeitas políticas e, conseqüentemente, impulsionam ações para efetivamente acolhê-las nos movimentos, através de práticas como a relatada por Célia, de organizar uma creche – hoje mais comumente chamada de ciranda – para garantir a realização de uma reunião, possibilitando que as mães ativistas possam participar dos processos políticos sem obrigação de ter que escolher entre os compromissos decorrentes da militância e da maternidade.

Aprofundando essa reflexão, compreendo que não só a presença das mulheres no movimento estudantil, mas também a sua dinâmica de funcionamento em torno de movimentos auto-organizados possibilitaram, ao mesmo tempo, uma ação coletiva potente, uma consciência política mais ampla e uma afirmação pessoal igualmente notória. Seguindo Mayris Silva (2016, p. 134), é possível afirmar que é a “participação em um movimento que lhe permite desmentir segredos, tornar o movimento visível e quebrar o silêncio da sua existência”. Nessa perspectiva, o movimento feminista trouxe várias conquistas para as mulheres, sendo as principais aproximar a política do cotidiano e possibilitar que mais mulheres ocupassem este espaço de forma legítima, transformando, ao mesmo tempo, a própria política. Em relação ao âmbito específico da militância estudantil, Lídice se posiciona sobre os importantes aportes do feminismo à sua atuação política na universidade:

E foi um movimento, um período de muita ascensão do movimento de mulheres. Nós construímos na Bahia encontros regionais de mulheres, tiramos coordenação regional do movimento de mulheres, estadual do movimento de mulheres e o DCE e eu participávamos. Então nós tínhamos uma participação muito intensa nesse movimento de mulheres e começamos a sentir a necessidade de trazer para dentro da universidade essa discussão, tanto que na minha campanha - quem tem muita coisa disso [material produzido no ME] é Celinha [Célia Bandeira] porque Celinha, ela

ficou muito tempo na universidade e ela sempre foi certo arquivo material da universidade - nós fizemos uma campanha toda - na minha campanha - nós tínhamos cartazes belíssimos. Foi a primeira vez que a gente fez uma campanha de creche na universidade, por creche. Aí era uma mulher grávida assim [movimento de mostrar um desenho] em *silkscreen*, os cartazes muito bonitos, feitos por Luiz Antônio, que era um dos nossos diretores de arte do movimento estudantil - fazia jornalismo, mas era muito criativo e sempre desenhava muito bem, sempre criou muito. Então nós fizemos uma campanha muito bonita e uma campanha que começava a ensaiar temas relacionados com a luta da mulher, então tinha luta por creche, começamos a fazer grupos de mulheres nas escolas, grupos feministas... [...] Então a minha participação no movimento estudantil, ela tinha desde o início, ela sempre teve muito essa vertente da participação política, essencialmente política, mas também da relação com a mulher, com a luta das mulheres porque era um momento de efervescência, de crescimento. '75 tinha tido o encontro da ONU que apontou metas para a luta feminista do mundo e os movimentos feministas, de mulheres que existiam em plena ditadura militar começaram a provocar sua agenda. (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

O movimento feminista surge, nesse contexto, como uma possibilidade de construção política articulada com o ME, trazendo para dentro deste uma série de práticas e formulações que avançam na busca de uma igualdade não só de gênero, mas de raça, classe e outros marcadores sociais que indicam assimetrias de poder e operam de forma articulada. Nos relatos que seguem é possível perceber a existência de diferentes posicionamentos, imagens e definições quanto ao feminismo e suas pautas ao longo do período estudado, evidenciando que o mesmo passou a ser incorporado de forma mais articulada recentemente, isto é, a partir do final dos anos 2000:

Mas aí, 99, foi isso, eu não tinha muito um debate na UFBA sobre feminismo e - eu não me lembro o ano exatamente -, mas chegou um momento em que a gente sentiu a necessidade de se organizar entre as mulheres e aí juntou eu, Zilmar [Alverita] e Rebeca - Rabeca - e a gente pediu um curso de formação para Cecília Sardenberg do NEIM. A gente pediu um curso de formação para saber sobre feminismo, foi ali no PAF e a gente juntou e foi lá que a gente criou o primeiro grupo de jovens feministas da UFBA. E assim, era um negócio muito louco porque a imagem da lógica do feminismo era daquelas pessoas... [faz uma careta indicando desgosto] E aí acho que já 2000, coisa assim, a gente começou a atuar mais fortemente enquanto feministas, mas nada muito para dentro do DCE porque a gente tinha que fazer as atividades do DCE com os caras e isso não era um debate colocado cotidianamente. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Nós tínhamos muita força política dentro da UFBA, nós éramos chamadas quase das super poderosas: era eu, Ângela [Guimarães] e Rosa Bianca - que hoje ela não tá nem mais morando aqui no Brasil - mas era o coletivo da UJS, mas eram as mulheres que dominavam. O reitor chamava a gente de super poderosas - e a gente gostava disso. Mas não atuávamos como feministas, entendeu assim? Assumir que nós éramos feministas era só mais na prática política mesmo. Apesar que na época eu dizia que era poligâmica inspirada na Alexandra Kollontai⁷². Minha musa

⁷² Alexandra Mikhaylovna Kollontai foi uma líder revolucionária russa e teórica do marxismo, membro do partido bolchevique e militante ativa durante a Revolução Russa de 1917.

inspiradora na época do movimento estudantil era Alexandra Kollontai. (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

Quando eu comecei a militar, em 2007, que eu conheci a Kizomba⁷³, filiei ao PT, eu também comecei a militar na Marcha Mundial das Mulheres, que foi o lugar que me forjou dirigente. Porque é diferente de tudo você estar no espaço de auto-organização, em todos os sentidos, e do feminismo ser de onde parte na orientação política, então o contato com o feminismo da Marcha, com as lutas da Marcha, ser da marcha desde o início me pautou de onde eu ia construir a política, sendo no espaço geral, no espaço do antirracismo ou onde quer que fosse que eu estivesse. Então já era da Marcha, entrei na UFBA sendo da Marcha, virei diretora do DCE de mulheres - do meio pro fim da gestão - sendo orientada pela Marcha, fui diretora da UNE orientada por essa política também - que não era só construir uma opinião, mas era apresentar uma opinião coletiva e reforçar a identidade feminista nas organizações em que a gente tá. [...] E aí acho que a conjuntura apontou muito a organização das mulheres como a pauta urgente, mesmo sem necessariamente todo mundo entender que aquilo era fundamental para a gente. As lutas por assistência estudantil foram muito demarcadas, não necessariamente pelo movimento negro, não necessariamente pelo conjunto movimento estudantil de entender porque tinha que ter a rubrica. Não é só para ter RU. Era para ter bolsa auxílio, era para ter a moradia... Então a pauta da ação de combinar o debate da assistência estudantil com ação afirmativa com outras políticas foi uma agenda muito mais incorporada do que a gente passou a fazer na universidade, o que as mulheres... E aí não é só na UFBA... É que esse momento também tinha um monte de coletivo feminista surgindo. Não é que não tivesse antes, mas que necessariamente não tava talvez ligado a um movimento maior, não tava organizada a partir de uma perspectiva mais sólida, às vezes muito ilhados. A atuação na pauta de mulheres trouxe entender esse conjunto das outras pautas. E aí muito forte mesmo que eu lembro que foram as lutas, foi nesse campo da assistência estudantil e das ações afirmativas e onde de fato entrava a nossas vidas. [...] E aí hoje as mulheres são maioria na graduação, a maioria entre os professores, minoria nos cargos de departamento, chefia e tal. Mas hoje eu acho que é uma pauta mais sólida até para os docentes a pauta das mulheres e não dos assuntos específicos, mas a partir da nossa vida a gente tá enxergando a conjuntura. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

Nesse relato de Liliane é possível compreender que o feminismo se torna um referencial não só para olhar as questões específicas das mulheres, mas uma forma de olhar para o mundo e para as pautas gerais, subvertendo as dicotomias entre pauta específica e pauta geral, e entre público e privado. (Souza-Lobo, 2011[1982])

Como já foi sinalizado, o feminismo abrange uma pluralidade de abordagens e organizações, mas de forma hegemônica ainda reflete a tradição eurocêntrica colonial que homogeneiza identidades e subjetividades complexas em torno de uma figura única de mulher, tornando seus olhares limitados em relação aos diversos caminhos possíveis de luta, de prática política e de formas de organização (AKOTIRENE, 2018; BRAH, 2006; LUGONES, 2014). Por não ser um movimento político unânime, principalmente em se tratando do seu intercruzamento com outras lógicas e espaços de atuação política, como o movimento estudantil neste caso, as

⁷³ Coletivo do movimento estudantil.

mulheres levantaram nos relatos questões sobre aproximações e afastamentos em relação ao feminismo, a partir de suas vivências singulares e dos seus lugares sociais específicos, atravessados por outras avenidas identitárias, tais como a raça, a classe e a geração:

A gente participou do primeiro processo de construção do Encontro de Mulheres da UNE que a Alê [Alessandra Terrible] virou a primeira secretária de mulheres da UNE. Participamos desse processo e aí depois eu fui atuar na Secretaria de Mulheres do PT - que era um negócio louco. A primeira reunião que eu cheguei, eu não tava de lilás e as pessoas me olhavam assim [careta de desaprovação] - com uma cara muito estranha - e eram aquelas senhoras, né? Deise, tal... Aquelas senhoras... E aí foi bem difícil porque a gente já tinha aprendido algumas coisas sobre o que significava feminismo e a gente já tinha atuação com algumas mulheres do movimento de mulheres, então Lindinalva [de Paula], Creuza Oliveira, então a gente tinha uma relação com essa galera e para nós essas mulheres eram a expressão do feminismo real e foi muita luta, muito *fight* em relação a isso. (Isadora, dirigente estudantil 1997-2007)

Eu me recusava a debater sobre feminismo porque eu achava que você não importava. Eu achava o feminismo um saco até o momento que eu fui para uma roda de conversa sobre afetividade das mulheres negras com Luana Soares e eu chorei do começo ao fim. E eu lembro que foi outra... E aí na roda seguinte que fui, a gente tava fazendo o EME, e eu percebi “Não... Eu gosto disso aqui! Eu gosto disso aqui sim!”, “Eu quero falar sobre isso aqui sim!” e eu fui para todas as reuniões preparatórias do EME e nos eventos do EME eu tava todos os dias em quantas mesas eu pudesse estar. E eu lembro de Amanda Rosa lendo um poema para mim sobre transição capilar e d’eu chorar copiosamente porque ela tinha feito para uma amiga dela e disse que lembrava de mim, e d’eu perceber o quanto esses espaços eram importantes para quem eu sou - me perceber no outro, me perceber nas outras. Foi muito esse processo do caminhar junto, então acho que se não fosse movimento estudantil, eu não seria quem eu sou hoje e não estaria onde eu estou. (Lorena, dirigente estudantil 2013-2017)

As práticas políticas que as mulheres dirigentes do ME inauguraram na UFBA e consolidam a cada participação foram e são influenciadas por uma perspectiva feminista e sinalizam para uma nova cultura política, como os relatos dessa sessão afirmaram. Dessa forma, reforço a potência da resistência feminina e feminista nesse espaço político, que rompe uma lógica masculina e sinaliza a possibilidade de um ativismo plural e igualitário, não só para mulheres, mas para todas as sujeitas dissidentes desse poder hegemônico.

3.5. Relações de gênero e violência

Durante as entrevistas, as perguntas relacionadas especificamente às questões de gênero foram formuladas no final do processo, com o intuito de fazer fluir um discurso sobre as lembranças das vivências das mulheres entrevistadas na universidade e no movimento estudantil, evitando referenciá-las a um recorte temático específico. Ao longo das entrevistas, no entanto, comecei a perceber Algo que despertou meu interesse. Como já assinalado, questões relativas às relações de gênero apareceram com recorrência nas narrativas e

atravessaram as diversas dimensões analisadas, mas, quando eu perguntava especificamente como eram as relações de gênero no movimento estudantil da UFBA, a maioria das respostas se referia especificamente a violências machistas sofridas no ME.

Essa relação direta entre violência e relações de gênero é reflexo de uma realidade social de profunda desigualdade que se manifesta dentro e fora dos portões da universidade e dos seus espaços de atuação política. Assim como em outros âmbitos sociais, a identificação entre gênero e violência também se evidencia no campo acadêmico e na vida universitária, em que a vivência das mulheres é marcada por diversas manifestações da violência, seja ela física, psicológica ou simbólica⁷⁴.

Para abordar este assunto, inicio a exposição das memórias das entrevistadas pelas reflexões de Lorena que, ao se debruçar extensamente e de forma sofrida sobre o que era ser mulher dirigente, faz uma relação direta entre a questão de gênero no ME e a violência de forma mais evidente:

Para mim dois momentos marcaram o que é ser mulher dirigente do DCE ou em qualquer espaço – aliás, três. Primeiro foi quando eu tava na Assembléia de Greve em Ondina⁷⁵, a gente deflagrou greve dos estudantes e eu lembro que tinha muita gente - acho que mais de cinco mil pessoas, não sei - e eu tava dirigindo a assembleia, esperando que os centros acadêmicos - tivessem feito suas reuniões de curso - para dar a opinião do curso sobre a greve, organizando a fala e tal e chegou um estudante - um homem - me puxando pelo braço, dizendo que ele não ia me dar o microfone, que quem disse que o DCE ia dirigir a assembleia, que eu ia dirigir, que qualquer estudante podia fazer isso e começou a tentar me puxar e me bater para me tirar, e nenhum dos nossos colegas homens da gestão, das pessoas que estavam ali, se levantaram para me ajudar ou para falar qualquer coisa, para falar “Não, é diretora do DCE, a coordenadora geral, o estatuto”... Não. Ninguém falou nada. Foram três mulheres, que eu lembro. Foram Ellen [Rebeca], Linni [Rosselinni Muniz] e Jeane [dos Anjos] que foram para cima do cara, puxar ele e dizer “Quem é você? Você tá louco? Sai daqui!” Não sei o quê... E tinha vários homens na hora, vários perto de mim, tipo... Do meu lado tinha Rafael [Borges], mas eles acharam que não, “Melhor não me meter nisso aqui. Tão querendo bater na mulher, mas foda-se. Eu não tenho nada a ver com isso”. [...] Outro momento foi quando, por causa de um relacionamento abusivo com um companheiro inclusive do DCE, as pessoas começaram achar que eu tava louca e falavam isso. Me descredibilizavam pelo que ele falava, não acreditavam no que eu dizia e diziam que eu estava louca e não queriam estar comigo nos espaços. “Não. Você vê que ela tá surtando”, e passavam a tratar das coisas que eram minhas, as minhas tarefas com ele. Uma coisa que, enfim... Inclusive ele nem era da minha organização, não era da executiva - era da executiva, mas não era da mesa diretora. Então esse processo de... né?...

⁷⁴ SIQUEIRA; ROCHA, 2008; FONSECA, 2011; SIQUEIRA et al, 2012; ZOTARELI *et al*, 2012; ALEIRO, 2017; AMARAL, 2017; CASAGRANDE; SOUZA, 2017.

⁷⁵ *Campus da UFBA.*

Confundir um relacionamento com uma pessoa: eu parei de ser a coordenadora geral e passei a ser a namorada de, a namorada louca de ou a ex-namorada louca dele - e esse processo de ser a ex-namorada louca de foi o pior. Ninguém nunca vai chamar um homem pelos seus relacionamentos e o que ele faz com seus relacionamentos ou que ele é. Isso não vai se confundir. Mas quando somos nós essas coisas se confundem e não há nenhum tipo de solidariedade, exceto das mulheres. E é nesse momento que eu lembro de ter ao meu lado - exceto Doss [Felipe Doss] – tinha Maria Joana [Uzêda], Ellen, Indira [Ricele Costa] e Linni e se não fossem essas mulheres eu não estaria aqui, porque eu estava surtando. E foram essas mulheres que tiraram esse menino da gestão. Se não fossem elas a falar assim: “Você não vai voltar para gestão. Você não vai ser mais a pessoa.” E falaram assim com ele: “Você não vai voltar aqui.” Não foi uma coisa que foi falado com dirigente. E depois o dirigente dele chegou para mim para dizer que ele perdeu um militante por minha causa. Aí eu falei: “Você sabe que seu militante fez? Você sabe o que aconteceu para ele, porque ele foi embora?” Mas isso provavelmente não aconteceria, né? [...] E o terceiro momento foi quando eu tava, a gente tava resolvendo o ENNUFBA⁷⁶. Novamente um cara chegou no meio da reunião, a gente estava organizado... Já tinha tudo pronto - todas as questões já tavam encaminhadas, tanto o processo gráfico, a mobilização, os espaços... A gente estava debatendo os nomes que iriam para as mesas, porque a gente queria contemplar todas as correntes, as vertentes do movimento negro que existisse na universidade e viabilizar para essas pessoas, por exemplo, passagens. A gente tem o movimento indígena, por exemplo, e nessa época a gente não tinha conseguido fazer o Abril Indígena⁷⁷ porque a universidade disse que não tinha verbas para fazer o Abril Indígena e a gente queria aproveitar essa oportunidade para fazer uma mesa com os indígenas, né, para que eles tivessem as suas representações aqui, a gente queria dar prioridade para essas pessoas. E aí eu lembro que o menino que era de um movimento que tinha, sei lá, surgido naquele ano, meses antes, que era o ∞⁷⁸ [careta] - pessoal de São Lázaro, um pouco mais à esquerda que todo mundo. Ele levantou e falou: “Você sabe quem foi que fez não sei o que em arquitetura? Quem foi lá tirar o boneco? Fomos nós do ∞!” “Você sabe quem foi não sei o quê, não sei o quê, não sei quê lá? Fomos nós do ∞!” “Não sei o quê, não sei o quê lá? Fomos nós do ∞” e veio para cima de mim e botou a mão assim [demonstrando] na minha cara, “E vocês não fizeram nada”. Aí eu olhei para a cara dele falei [cara de desdém]: “Sim, você quer o que? Que eu não reivindique todos os anos do movimento estudantil porque o ∞, que surgiu ontem, é a melhor organização dos negros e negras do universo, né? A CONEN⁷⁹ que existe aqui não é nada. O ENEGRECER⁸⁰ não faz nada. Quem faz é o ∞.” Aí ele falou: “Eu só não te dou um murro na cara porque tem um monte de gente aqui.” Aí nesse momento existiam vários homens na sala e ele vindo para cima de mim quem parou ele foi Mariana Jorge, Maria Joana, Felipe Doss e Ícaro [Jorge], ou seja, eram os gays e as mulheres porque os homens nem se levantaram. Nem sequer perceberam que na fala dele não era só um “Não te dou um murro”: ele estava me ameaçando. Ele tava dizendo que quando ele me encontrasse sozinha que eu tinha que fugir dele porque eu era uma mulher e que foda-se quem eu era ou quem eu estava representando naquele momento. O que eu sou não importa. Ele era melhor que eu, mais alto que

⁷⁶ Encontro de Estudantes Negros, Negras, Indígenas, Quilombolas e Cotistas da UFBA.

⁷⁷ Ciclo de debates e mobilizações em torno da pauta indígena em todo o Brasil e que acontece anualmente também na UFBA.

⁷⁸ Coletivo de estudantes negras do movimento estudantil (nome fictício).

⁷⁹ Coordenação Nacional de Entidades Negras é um coletivo de organizações da luta antirracista, criado em 1991.

⁸⁰ Coletivo de estudantes negras do movimento estudantil.

eu e tudo que ele faz é melhor que eu, por isso ele pode violar minha integridade física, violar o meu corpo porque quer, porque é homem, porque pode. E para mim esses três momentos marcaram muito porque eu sempre percebia que por mais que eu tivesse dentro de um espaço do movimento estudantil, com institucionalidade, com um monte de gente que é nosso amigo, que não sei o que, de esquerda para caralho... Na hora do vamo ver, que você precisa de uma ajuda, as pessoas não sabem fazer uma leitura de conjuntura e perceber que aquele momento é um momento de violência contra aquela mulher, e que ela está sendo questionada e quando a gente fala de mulheres e pretos nos espaços de poder aquilo ali que você tá vendo é uma violência e que você precisa se levantar contra aquilo. E elas não se sentem tocadas quando é nós. Não tem essa mobilização, não tem essa solidariedade. Pois isso aquele negócio do cachorro da Carrefour⁸¹... Pro cachorro da Carrefour, “Meu deus!”, um levante. Para o menino que morreu no Habib's⁸², silêncio. É tipo isso. Se fosse qualquer dessas coisas com homem provavelmente a história seria outra. Porque somos nós... (Lorena, dirigente estudantil 2013-2017)

Vários elementos desse depoimento remetem à reflexão feita anteriormente sobre as práticas políticas machistas e as vivências estudantis das mulheres, sobre as práticas políticas feministas e a importância de outras mulheres nesse processo. Entretanto, acho fundamental dar destaque a esse relato por ele revelar uma definição do que é ser dirigente do movimento estudantil. As violências sofridas dentro do movimento tiveram tal impacto na formação dessas memórias que, apesar de ela ter apontado o ME como um espaço de fortalecimento pessoal e político, são estas lembranças as que se impõem quando o tema das relações de gênero no movimento estudantil é colocado de forma explícita durante a entrevista.

Os relatos de Liliane também colocam a violência como marca da sua experiência política no movimento estudantil. Alguns trechos aderem à fala de Lorena, tanto no que diz respeito ao impacto dessas vivências, quanto no apontamento do feminismo como alternativa para a construção de outro caminho possível para si e para outras mulheres:

Então esse questionamento [da sua prática política] foi sempre presente e aí eu tinha que dar uma de louca mesmo, tinha que gritar mesmo, tinha que brigar mesmo, não tenho problema com isso, e eu acho que no final eu saí as pessoas entendendo que tinha que fazer alguma coisa porque senão eu acho que não teria saído de ser a menina que morava no Cassange para ter ido pra executiva nacional do PT ou hoje de ser vice-presidente do PT ou de ter sido diretora de mulheres da UNE. [...] Eu acho que o feminismo me ensinou a combater a violência sabendo: a primeira coisa a ter consciência que você sofre violência e lutar significa combater a violência

⁸¹ Em dezembro de 2018, um segurança da rede de supermercados Carrefour espancou um cachorro até a morte e a notícia gerou uma forte comoção nacional, com campanhas nas redes sociais e forte cobertura das mídias televisivas.

⁸² Em fevereiro de 2017, João Victor de 13 anos morreu na calçada em frente a uma lanchonete Habib's, após ser espancado por funcionários. O caso gerou revolta e mobilizações de diversas entidades do movimento negro e de juventude contra a rede de lanchonetes, mas o caso foi pouco veiculado e ao fim, foi indicado que o garoto morrera por uso de drogas.

cotidiana, principalmente entre os meus pares. E tudo que eu passei - tudo - de ouvir gente descredenciar o que eu fazia, ouvir a galera me pautar de dizer que a minha vida sexual, a minha conduta moral era o que atrapalhava, o que colocava em mim a pecha de briguenta, chiliquenta, tudo isso sempre foi usado para me desconstruir e é usado, é teleguiado. E você sustentar, e isso se manifestar estruturalmente: era mais difícil conseguir passagem pra mim, era mais difícil conseguir liberação para mim, era mais difícil... Sabe? Tudo foi sempre mais difícil. [...] Tudo isso que ninguém me ensinou a fazer e enfrentar isso também da violência que se manifesta das mais variadas formas e que todas nós estamos imersas e ainda assim encontrar forças pra lutar. Acho que é justamente porque eu venho desse lugar que nunca me deu outra opção. E estar na política pra mim significa ter os instrumentos para mudar essa condição de entender primeiro porque me indignar e como lutar. E aí é bico na diagonal, querida, é nariz para cima e ninguém passa por cima não. E isso é um negócio que é a mulher do beco que fala. É do meu lugar de onde eu parto. Então não é novidade, só é escroto, mas me coloco também para pensar qual é o lugar do socialismo, da esquerda, do feminismo que eu quero e aí esse lugar de parte do bico na diagonal, do nariz em pé, do “Não aceito nada menos; meus direitos, minhas regras”. Tem que mudar radicalmente a vida do conjunto, é o que Angela Davis fala de mudar a pirâmide porque nós somos a base da pirâmide. Então é desse feminismo que eu falo e desse lugar de luta que eu falo, independente se eu era secretária-geral da UEB, se era militante da Marcha [Mundial das Mulheres] e construindo o Encontro Nacional, se eu era da executiva Nacional do PT, era isso que me movia a estar nesses espaços, porque eu venho desse lugar. Então mudar a política se adaptando dentro dela, sendo pedagógica e fazendo tudo ao mesmo tempo e comendo choro calada e gritando quando tem que gritar e dando na cara quando tem que dar e virando para alguém dizendo “A gente vai juntar é pelo programa, é pelo feminismo”, sabe, ser solidária de verdade, é isso também ser dirigente. É isso para mim ser militante política. (Liliane, dirigente estudantil 2009-2013)

Para Amélia Maraux, a imbricação entre relações de gênero e violência no movimento estudantil se deu de forma peculiar, aliada à dimensão da sua sexualidade:

Olha, não era fácil, né? Eu, na verdade, só fui entender esse processo de violência de gênero quando eu estava me afastando do movimento estudantil. Me envolvi com uma mulher e aí eu passei a ter dificuldades, então a lesbofobia foi o que me fez entender o meu lugar de gênero, porque antes a gente... Havia um questionamento, ou seja, havia uma disputa, mas essa compreensão de gênero, ela era muito refratária. A gente não tinha isso muito bem definido e para mim isso ficou definido quando eu comecei a me envolver com uma mulher e que me afastei, me afastei dos companheiros porque não dava para conciliar. Era muito, muito ruim a percepção dos caras. Me lembro que na época o presidente da UNE era um cara gay, Valmir [Bispo], e na disputa política os caras marcavam mesmo, chamavam ele de viado... Então essa questão era incorporada mesmo na disputa de forma a desqualificar. [...] Então havia uma coisa muito do preconceito. Os caras eram companheiros políticos de uma visão ideológica, mas essa questão de gênero era foda para se administrar. (Amélia, dirigente estudantil 1986-1994)

Para Wittig (1992) uma característica da opressão lésbica é a associação dessa sujeita a um “não lugar social” a partir da ideia de rejeição não só do papel de “mulher”, destinado unicamente a pertencer a um homem, mas também do poder econômico, ideológico e político masculino. Desta forma, a recusa em enquadrar nos padrões sociais hegemônicos gera processos violentos, que percebemos na fala de Amélia.

Num estudo recente sobre a vida afetivo-amorosa de estudantes de uma universidade pública baiana, os relatos de pessoas identificadas com orientações sexuais homoafetivas revelam as dificuldades de legitimar, visibilizar e dialogar suas relações frente a professores, colegas e à instituição universitária (QUEIROZ; LEITE, 2011). Neste sentido, chamo a atenção para o fato de que, apesar dos avanços e mudanças ocorridos ao longo do tempo, a vivência narrada por uma estudante e ativista dos anos 1980-1990 ainda representa uma realidade para outras pessoas na universidade atual. Atenta para a continuidade de práticas discriminatórias em tempos e cenários específicos, Angela Davis (2017a) diz que “as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo” (p.22), destacando a necessidade de se compreender essas intersecções para orientar o ativismo político. Desta forma, não há dissociação entre os padrões que oprimem as mulheres heterossexuais das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (LGT), ou mesmo das mulheres negras ou brancas (DAVIS, 2017a; AKOTIRENE, 2018), perspectiva que pode ser direcionada para abordar os relatos sobre experiências de violência vivenciadas pelas entrevistadas, embora cada caso esteja atravessado por elementos singulares.

3.6. *Companheira me ajuda que eu não posso andar só*⁸³

Por fim, reservei espaço nesse capítulo para destacar uma prática que acredito conter um dos valores mais essenciais do feminismo: falar das outras mulheres que nos cercam, compreendendo que “eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”⁸⁴. De acordo com Cláudia Cardoso (2012), “a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade tanto coletiva quanto individual, na medida em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (p. 30). Desta forma, falar das companheiras de movimento estudantil e de outras referências políticas dentro e fora desse espaço é uma forma de reafirmar o lugar dessas mulheres como dirigentes e também como parte de um coletivo de mulheres que fizeram parte da história política da UFBA, da Bahia e do Brasil. Faço aqui, então, o resgate daquelas que ainda não haviam sido trazidas para esse texto e que foram destacadas nas narrativas das participantes da pesquisa:

⁸³ Fragmento de uma ciranda feminista.

⁸⁴ Fragmento de uma ciranda feminista.

E nesse período é... outras mulheres estavam em lugares, por exemplo, ainda acho que no tempo que tinha mulheres - que as eleições ainda eram indiretas, mas não tenho certeza - mas teve presidente do DCE que foi, presidente do diretório de Direito, a mulher de Renato Simões, Lisinha Simões, em Engenharia também tinha Cristina - foi Cristina... não me lembro agora o sobrenome - foi presidente... Então assim, em alguns lugares que mulheres não eram as comuns. (Célia, dirigente estudantil 1972-1980)

Em Economia já tinha assim: Elsa Kraychete já tinha sido do DA e quando eu entrei já era presidente Shirley - eu não me lembro do sobrenome de Shirley, mas eu tenho a impressão que sucedeu Elsa, então Elsa é uma pessoa bem necessária de ser entrevistada. [...] Em 82 eu saio da universidade para ser vereadora, candidata a vereadora, e Clara [Araújo], que era a segunda - digamos assim - na minha gestão, sai para ser da diretoria da UNE e depois se transforma na primeira mulher presidente da UNE... E feminista. Hoje uma feminista. (Lídice, dirigente estudantil 1976-1982)

Faço parte lá da executiva nacional, viro diretora da comunicação da UNE, continuo acompanhando o movimento aqui, no debate da reforma Universitária. E lá na UNE a gente começa também a formar certa maioria, digo em relação às mulheres, então, a executiva que eu faço parte era Gustavo Peta na presidente - Gustavo tinha sido reeleito - mas das meninas tem eu, Lúcia [Stumpf], Márvia [Scardua], Patrícia Vieira - Patrícia Gomes... eu acho que vou errar o sobrenome - mas é Patrícia, Márvia, Lúcia e eu. Nós éramos as quatro do trabalho da direção nacional no núcleo da executiva e éramos, digamos assim, a maioria do núcleo central da UNE - da corrente. [...] Eu começo a me organizar tendo como referência principalmente Alice Portugal, que na época era a deputada mais ligada à universidade. Então era Alice, depois eu conheço Olívia [Santana]. A gente organiza uma semana da Consciência Negra em Ciências Sociais aí eu sou apresentada a Olívia. [...] Na direção nacional tem Alessandra, Alessandra Terrible, Cacá [Vieira]... Conheço Cacá também dessa época do movimento estudantil universitário e - não posso esquecer o nome dela, que foi minha vice-presidente - Louise [Caroline Lima] de Pernambuco. [...] Referências para fora da universidade, principalmente Alice e Olívia. Marta Rodrigues, mas eu conhecia, mas não tinha, assim, muita intimidade e no movimento estudantil para além da minha corrente, acho que são essas aí. (Daniele, dirigente estudantil 1999-2003)

As mulheres que foram referências da minha vida - exceto Ângela [Guimarães] e Daniele [Costa], que eu achava do caralho, mas elas eram da UJS - eram Sandra Gama e Marta Rodrigues. Foram as mulheres que foram referência na minha vida, porque Sandra era coordenadora do gabinete de Pelegrino - que foi casado com ela pouco tempo - e ela mandava naqueles homi tudo e eu achava massa: "Quando eu crescer eu quero ser daquele jeito" - mas não ia rolar. E Marta veio num outro viés, mas as duas foram sempre as minhas referências... E minha mãe! Não são referências da universidade. Não militaram comigo, mas foram mulheres que nos seus momentos específicos foram empoderadas e ascenderam. Eu acho elas mais relevantes que qualquer outra que eu possa pensar... Não são da universidade. (Leila Carla, dirigente estudantil 2005-2014)

Concluo essa reviravolta de memórias de oito mulheres dirigentes com a reafirmação de que a presença feminina no ME/UFBA impactou fortemente as práticas e as relações de gênero dentro desse espaço através dos anos - não sem tensionamentos, paradoxos e obstáculos. A desnaturalização, a contestação e o rompimento de padrões violentos e opressivos para a criação de uma nova cultura política geraram e geram, ao longo do tempo, uma capacidade maior do ME de incidir positivamente na vida política da universidade e de fortalecer-se na

representação de milhares de estudantes. A possibilidade de criar um ambiente em que todas as sujeitas políticas dispostas a somar esforços por uma universidade democrática e popular sejam equitativamente acolhidas é um ideal que as mulheres, cujas memórias foram aqui parcialmente reconstruídas, buscaram permanentemente – cada uma em seu tempo e com os mecanismos disponíveis. Assim, avançamos para um momento a partir do qual as interseccionalidades sejam visibilizadas, tornando-se um fator positivo para o trabalho conjunto e não um obstáculo para a sua participação. No próximo capítulo, intento, através das palavras dessas mulheres, encontrar reverberações dos caminhos que elas trilharam dentro do ME em suas vidas, compreendendo que ter feito parte desse espaço político marca a trajetória de vida de cada uma e todas nós.

4. MEMÓRIAS DO PRESENTE

“A memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado.” (BOSI, 2003)

A memória é influenciada por diversos fatores, dentre eles, o presente. Segundo Dante Marcelo Gallian (1996), as produções feitas a partir da história oral devem ser compreendidas como uma fonte sobre o passado e também sobre o presente, pois, do mesmo modo que o presente é vivido no nível subjetivo, o passado é experimentado subjetivamente no tempo presente. Convergindo com essa reflexão, Ecléa Bosi (1983) afirma que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (p.17). Nesse sentido, esse ato se torna uma função social exercida por quem recorda para constituir identidades individuais e coletivas. Em direção semelhante, Lobato afirma que:

“O conteúdo narrado é praticamente uma reconceitualização do passado a partir do momento presente, da pessoa com quem se está falando e do objetivo da narrativa. As pessoas não têm em suas memórias uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorrem no passado. Pelo contrário, existem múltiplas possibilidades de se construir uma versão do passado e transmiti-la de acordo com as necessidades do presente. É nesse momento, o da narrativa de uma versão do passado, que as lembranças deixam de ser memórias para se tornarem histórias.” (LOBATO, 2014, p.67)

As organizações políticas, por exemplo, veiculam seu próprio passado a partir da imagem que forjaram para si. Desta forma, as memórias contadas pelas suas integrantes/dirigentas devem corroborar com essa construção para garantir não só uma identidade coletiva conectada com esse passado, mas também um olhar sobre si que dê sentido à sua participação nesse coletivo (POLLAK, 1989). Essa memória enquadrada se apresentou a todo o momento nas narrativas das mulheres que participaram do estudo, mas os momentos finais das entrevistas geraram formulações sobre essa vivência de passado-presente que merece destaque, por revelar significações sobre as memórias compartilhadas como parte da sua construção identitária.

A pergunta final das entrevistas era sobre o impacto da experiência como dirigente do movimento estudantil da UFBA na trajetória de vida posterior, até o presente. O gatilho disparado a partir dessa questão gerou intensas reflexões sobre os lugares políticos e profissionais que as mulheres ocupam atualmente e sobre os valores que as constituem, sinalizando uma significativa ligação com as vivências no movimento estudantil. Sendo assim, apresento a seguir parte dessas narrativas, que participam da formulação sobre o ser mulher dirigente, construída durante todo o trabalho a partir das memórias do passado e que se integram, nesse momento, às memórias do presente.

4.1. Célia

Acho que formou a pessoa, né? Porque tudo meu tá relacionado. É muito forte a referência da universidade para mim. Tudo é muito, tudo tá muito lá, as memórias, tudo, todas as práticas, então consolida um tipo de perfil de pessoa. Então a minha prática profissional sempre foi uma prática que fosse mais abrangente do ponto de vista da minha formação: "Onde eu posso contribuir que vai cobrir mais do que somente fazer uma planta para sua casa linda, maravilhosa com varanda, com piscina, com não sei o que?" Entendeu? Posso fazer isso? Posso, mas não foi isso que eu escolhi fazer, então todos os lugares por onde eu passei sempre eram trabalhos, digamos assim, mais de caráter mais amplo, urbanismo – que a sociedade precisava tá envolvido. Onde eu pude trabalhar, onde eu preferi trabalhar, onde também as pessoas me chamavam para trabalhar foi sempre assim, mais amplo, não um trabalho de arquitetura de desenho, por exemplo, de um bom projeto que existem excelentes colegas que são muito bons nisso e até podem ter uma visão ótima de mundo, mas que escolheram esse foco e eu não. Isso não passou nem de longe para mim, pela minha cabeça né? [...] Foi muito importante, a minha prática de vida toda acho que está baseada ali também. Já venho de uma formação católica – católica, mas também do católico ao modo antigo, que sempre tinha missões, a formação toda, né? Então acho que é uma coisa que se sucede a outra e termina acumulando um tipo de visão de vida e desejo de inserção que se complementa.

4.2. Lídice

Ah... impactou totalmente. Eu fui um produto, eu sou um produto desse movimento. Claro que hoje um produto envelhecido, um produto já distanciado desse ambiente, mas um produto disso. O movimento estudantil tinha uma participação muito grande na vida da cidade naquele período. Era 1º de maio e a gente ia para dentro dos sindicatos e era quase escorraçado, porque todos os movimentos discriminavam os estudantes, que eram tidos como irresponsáveis, como radicais, prejudicavam a imagem... A gente ia pro 1º de maio no Sindiquímica⁸⁵ Bahia e só faltavam botar os cachorros na gente; quando não queria botar cachorro precisavam da gente, aí davam para gente pregar cartaz na rua. Era o máximo de atividade política que era permitida aos estudantes. [...] Acho que a discriminação para nós entra numa marca menor, digamos assim, porque a marca da liberdade, ela era muito maior - a luta pela liberdade. Naquele conflito que se davam as questões feministas também. Os grupos partidários começaram a formar grupos de estudo para estudar o feminismo. Então nós começamos também no movimento estudantil a formar o grupamento, digamos assim, de mulheres próximas do feminismo, as próximas desse debate feminista. Os partidos políticos também - legais, como era o caso do PMDB⁸⁶, do MDB à época, depois PMDB - ao formarem suas secretarias de mulheres, que tinham uma grande participação das estudantes, traziam à tona esse debate. Então a pauta das mulheres começou a aparecer em todo canto, inclusive no movimento estudantil: luta por creche, por direitos, denúncia de violência contra a mulher, denúncia de abuso sexual. Essa coisa toda começou a permear - digamos assim - a nossa agenda, embora, se você fizer uma pesquisa da plataforma de cada chapa vai ver muita pequena a presença da plataforma feminista.

⁸⁵ Sindicato dos trabalhadores da indústria química, petroquímica, plástica, farmacêutica do Estado da Bahia.

⁸⁶ Partido do Movimento Democrático Brasileiro – partido político fundado em 1980.

4.3. Amélia

Poxa, teve muito [impacto] eu acho – contando com a minha experiência no movimento estudantil secundarista. Isso me ajudou muito a ter um bom desempenho na minha vida no final do ensino médio. Eu sempre fui uma aluna muito mediana. Tive muitos problemas no meu percurso estudantil, né? Na educação básica. E minha mãe achava que eu tinha problemas, e me levou para o psicólogo para saber por que eu não aprendia, né? Depois que eu entrei no movimento estudantil foi que eu comecei a compreender que não era isso. O problema não era meu - eu tinha problemas obviamente de aprendizagem - mas o problema era a escola. E foi exatamente lendo Paulo Freire - porque a gente fazia lá no Severino [Escola Estadual Severino Vieira]... A gente começou a trocar livros. [...] E eu entrei para o movimento estudantil muito porque eu fiz uma campanha. Eu não aceitei a reprovação em Matemática pelo professor de Matemática. Aí eu fiz um movimento dentro da sala de aula e com a outra turma, a gente se organizou e foi para a diretoria e disse que não ia aceitar a reprovação em massa, que o problema não era nosso e que a gente não aceitava e que a gente queria que tivesse outro professor... Foi uma zona na escola! E aí quando os meninos que estavam no Centro Cívico viram essa movimentação me cooptaram, me chamaram para participar do Centro Cívico e comecei a participar. E logo no ano seguinte eu fui eleita coordenadora-geral que Centro Cívico. Foi uma ascensão, assim, meteórica. [risada] E aí eu comecei a ler Paulo Freire, tinham alguns companheiros nossos lá do Centro Cívico que liam, e aí comecei a ler Paulo Freire. [...] Participei de um encontro de formação em Remanso e inclusive o próprio Paulo Freire foi para essa formação e aí a leitura... Uma professora minha que é uma pessoa muito gente boa – burguesa branca – de inglês, ela começou a me dar livros para ler, outros livros de Paulo Freire e comecei a ler. E foi essa vivência... [...] Participei das formações do PT, do grupo Correnteza⁸⁷, do CEM⁸⁸, de mulheres e tal... Fui lendo Alexandra Kollontai, algumas coisas... [...] Então, eu acho que a militância me projetou para a vida de outra forma. E eu fui fazer Ciências Sociais porque na minha cabeça eu tinha que me voltar para a área social, entende? Era essa pegada. Aí eu fiz lá [vestibular] na UNEB/Juazeiro, para Educação de Jovens e Adultos e fiz Ciências Sociais, passei nos dois e terminei ficando em Ciências Sociais. Não passei no primeiro vestibular. Então, fiz o primeiro - perdi - depois fiz cursinho um ano para poder fazer vestibular – em 85 eu fiz o cursinho e em 86 eu passei. Aí fiquei na UFBA. [...] Mas assim, o movimento estudantil para mim foi a porta de conhecimento da vida e essa experiência é que me moveu, me levou para a universidade e que me moveu para a vida, para estar no lugar que eu estou hoje, na gestão. [...] Quando entrei na universidade em 96, quando eu assumi o Departamento de Ciência de Conceição do Coité a primeira coisa que eu fiz foi fazer uma articulação com movimentos sociais.

Eu: Da UNEB?

Da UNEB. E aí fui fazer uma articulação com movimento social do território do sisal. Participei da construção do Território, da noção de território. A gente discutiu, então Campus de Coité... Isso faz parte da minha vida. [...] Eu sou hoje ativista do movimento, nunca deixei de estar no movimento social. Estou hoje ativista da Liga Brasileira de Lésbicas e isso me constitui na minha vida acadêmica, e isso desde lá. Porque na graduação meu objeto, meu projeto de pesquisa foram os estivadores do Porto de Salvador. Foi um projeto lindo! Eu trabalhei com sindicato, fiz pesquisa no sindicato. Trabalhei pensando o recorte racial desses trabalhadores. Juntei raça e classe para discutir, então foi muito interessante. Foi bacana. Ao mesmo tempo que

⁸⁷ Grupo interno do Partido dos Trabalhadores.

⁸⁸ Coletivo Estudantil de Mulheres era ligado ao Grupo Correnteza.

eu participei do movimento estudantil da UFBA eu também fui bolsista de iniciação científica e fui bolsista de projetos que discutiam raça e classe no Polo Petroquímico, então assim, eu tinha essa percepção para mim que foi fundamental na minha vida, na minha vida toda, então... Poxa! Eu sou muito grata ao movimento social.

4.4. Isadora

Tudo. No mestrado eu escolhi fazer uma linha do tempo. Fiz uma linha do tempo de 6 em 6 anos para também pegar trajetória e perspectiva de futuro, então eu fiz, sei lá, 20 anos para trás e 20 anos para frente. Eu fiz assim e foi quando eu percebi que essa trajetória fez eu ser uma profissional muito melhor - muuuuito melhor - do que eu seria se eu não tivesse feito movimento estudantil. Uma pessoa melhor que tem a ver com coisas que só o movimento estudantil proporciona também, né? Os perrengues fazem com que o cuidado com o outro seja de outra maneira. A visão do que é uma vida feliz muda completamente, tipo: quem tem amigos não precisa de dinheiro. [risada] [...] Tem algumas coisas que eu acho que são fundamentais que a gente brinca também na organização, que eu faço questão disso para a juventude também, que é politizar a vida. Então, em nenhum momento minha formação acadêmica uma coisa e... Hoje a juventude tá meio estranha: "Não, porque eu preciso muito estudar para minha vida acadêmica..." "Eu preciso fazer as provas". A gente fazia tudo isso, mas de uma maneira que isso não estava descolado da vida da política – tanto que meu trabalho final tinha relação direta com a política. As disciplinas que eu pegava, os debates que davam para serem feitos eram os debates da política. Os trabalhos que eu realizei na vida, os maiores pelo menos, todos têm relação com um grau de militância e todos têm uma relação com algo que eu acho que tem a ver com a minha vocação de vida. Eu sempre quis planejar, projetar, visualizar futuros possíveis. Quando eu era criança eu fazia projetinhos de casa e imaginava as famílias, aí eu fazia outra casa e relacionava com a outra família e fazia meio que novela. Aí depois comecei outros mundos, a leitura abriu outros mundos e a profissão também. [...] Então é isso, foi fundamental o movimento estudantil. Eu demorei 10 anos para me formar. Eu não me arrependo de nada, de ter deixado algumas disciplinas para depois... Entrou um processo de jubramento porque eu não ia para as aulas – e tinha isso – eu não ia para a aula, ia fazer a prova e o professor dizia "Não pode porque tem 25% de faltas...", tinha aquelas coisas. No processo de jubramento minhas justificativas todas foram mais de 200 crachás de movimento estudantil, de participação em atividades fora. [...] Viajei muitos lugares para aprender também, então Cuba, México, não sei o que, tudo isso não foi só para passear. Teve a ver com um aprendizado que também não teria em outra perspectiva – conhecer o Brasil todo, ver outras realidades, saber que o mundo não gira ao nosso redor, que a gente é só um pedacinho de um monte de gente e de um monte de gente diferente e isso só o movimento estudantil, eu acho, que consegue, minimamente, fazer pelas pessoas. [...] Acho que foi muito bacana. E tudo: para dentro da política, de como a gente se comporta também no partido, tudo isso porque tem a ver com toda essa trajetória do movimento estudantil. Então chegar no PSOL e as pessoas não conseguirem fazer uma reunião porque não sabe como a gente se inscreve direito e em alguns lugares a gente brinca: "Nem a reunião do CA...", entendeu? Coisas de organização, de cuidado com o outro, de formulação, de sacar algumas coisas rápidas, de se virar com muito pouco, mas de também não perder a esperança, de não perder a possibilidade de construir coisas junto, de saber que tem um monte de diferença, mas na hora do vamo ver a gente faz – o movimento estudantil ensina como ninguém. Acho bem, bem bacana.

4.5. Daniele

Na escolha de vida foi determinante – o movimento estudantil – porque, por mais que eu tivesse certa consciência política mais coletiva, mais coletiva eu ganho quando eu faço parte do movimento estudantil – antes eu tinha mais uma

consciência política mais individual. Então, na escola eu tentei formar grêmio – não deu certo porque a escola impedia –, escrever um jornalzinho na escola... Eram iniciativas muito individuais. O movimento estudantil começa a abrir para mim a ideia do que significa discutir um projeto mais transformador de sociedade e coletivo de organização social, política, de atuação, de ideia de mudança. Eu já tinha aquela ideia de mudança de reação ao capitalismo, então começa a ter discussões de entender que a universidade é um desenho de uma estrutura maior que era a estrutura governamental de uma política neoliberal, de entender o capitalismo... Nós tínhamos formação sobre o marxismo, então foi através do movimento estudantil que eu comecei a ter contato com o marxismo – porque na escola não tem nenhum tipo de formação política. O movimento estudantil, ele abre uma avenida numa perspectiva transformadora de militância coletiva. É a partir da minha atuação no movimento estudantil que eu conheço a ideia, a disputa política-ideológica de construção de outra sociedade, que é nossa sociedade inspirada pelo marxismo. [...] Então, o movimento estudantil transforma totalmente a minha vida, totalmente. Tem gente que diz que até esteticamente porque - e foi isso mesmo - eu entrei na universidade, por exemplo, sem me entender como uma mulher negra. Então é a partir do meu convívio no movimento estudantil, com debates que nós levávamos para a universidade sobre racismo, que eu começo a reconhecer e ter contato com lideranças do movimento negro. Ângela [Guimarães] foi muito importante para mim nessa fase porque ela entra na universidade com uma trajetória já de atuação do movimento negro, uma relação com movimento negro. E o movimento estudantil me provoca essas discussões, com a política de ações afirmativas. [...] Eu vim de escola particular - eu sempre estudei em escola particular -, então era contra a política de cotas e na universidade que eu começo a entender políticas de reparação, a entender quanto a escravidão negra deixou legado na história do nosso país e por isso que nós tínhamos que ter política de ações afirmativas. Então o meu reconhecimento enquanto uma militante mulher e negra vem pela minha relação da universidade de atuação estudantil. [...] Então o movimento estudantil foi a minha grande escola, isso sem dúvida: foi a minha principal escola de formação política, de entendimento de diversidade, de entendimento de que nessas diversidades a gente pode encontrar uma pauta conjunta - como nesse debate de cotas, que por mais que nós tivéssemos divergências, a gente pôde sim construir política de alianças e isso é fundamental quando a gente tem uma ideia transformadora. Eu acho que eu posso afirmar isso: que movimento estudantil foi minha grande escola.

4.6. Leila

Eu acho que impactou em tudo. Eu falo sempre que eu me encontrei na UFBA. Eu descobri quem eu era na UFBA. [choro] Porque eu era uma menina de um bairro de periferia que, por conta da política pública, entrou na universidade. “Ah, tem mérito.” Óbvio que tem mérito. Eu estudei para caramba para entrar, mas tinha passado por vários processos e meu ex-marido na época queria que eu estudasse porque ele não queria ter mulher burra, então fui estudar na UFBA por conta de outros motivos, e o processo da minha separação e de eu entrar no DA, tudo, me fez descobrir versões de mim, uma versão de mim que eu não conhecia, que eu não sabia que era capaz de ser, que é essa coisa de falar o que pensa, de falar o que gosta, de entender que sexo é parte, não é tabu... Tudo isso é uma versão de mim que vocês todas conheceram. Tudo isso tem a ver com a minha participação no DA de Economia porque eu tive que brigar porque era muito... É masculino e eu era a única mulher, depois no DCE e depois nas brigas internas no meu coletivo que me fizeram ser o que eu sou. [...] Mas eu me lembro dessa descoberta, dessa mudança de postura, de evolução, de querer falar público - tudo isso que eu fiz depois - de falar naquela assembleia sobre o estupro para seis mil pessoas e eu nunca pensei que eu faria uma coisa daquela - nunca! - e eu falei direitinho, inclusive por causa disso eu fiz uma participação na campanha, num programa de Pinheiro - 2008 - e esse foi o momento em que mudaram as coisas para mim. Eu posso ser outro tipo de pessoa, eu posso ser outro tipo de mulher que não é essa que apanhou do marido. Isso não ser a coisa que me definia. Foi a UFBA, foi esse momento na UFBA. Porque as

meninas que me conheciam, óbvio que eu sempre falei abertamente que eu apanhava e tal, das coisas que eu sofri, mas elas não viam isso e eu só via isso antes disso. [...] Então eu acho que essa participação, esse movimento, tudo me definiu como pessoa e o que eu queria ser até hoje. Então eu quero trabalhar com políticas públicas para isso. E eu me sinto à vontade em qualquer lugar, que é uma coisa que eu não me sentia. [sorriso]

Eu: Tem mais alguma coisa que você queira falar?

Eu acho, assim: eu fiz várias reflexões da minha vida durante esse período, por conta do que ela se tornou. Não acho que a escolha de militar seja uma escolha ruim ou equivocada. Acho que para a gente, para mulher preta, de periferia - tudo isso - é bem mais difícil qualquer escolha dessa. A gente vive num mundo onde tudo é voltado pro individual - seu mérito tá naquilo que você tem - e você faz uma opção de trabalhar pro coletivo e você se vê dez anos depois e você acha “Eu não ganhei nada”. E aí você fica fazendo essa reflexão e vê que é mentira. Eu virei a pessoa que eu queria ser, me transformei na pessoa que eu queria ser – não financeiramente, porque financeiramente não dá [risos] – mas bem mais feliz. [...] Então isso tem a ver com tudo que eu passei no movimento estudantil – com todas as brigas, com todos os assédios, com todos... – porque eu errei para caramba e o que mais me deixa orgulhosa é vocês falando depois de mim, porque eu acho que tive a ver com formação de todo mundo. Eu sou muito vaidosa disso. Aí minha mãe sempre dizia que a gente cria filho para ser melhor que a gente. Considerando isso, eu acho que vocês são bem melhor que eu na condução da política porque você já encontrou caminho, não foi facilitado, mas alguém abriu à foice e aí vocês vieram. E aí vocês todas: você, Ana Clara [Auto], Marina [Fernandes] cada uma nos seus coletivos... Fernanda [Sampaio], em alguma medida - porque Fernanda escolheu outro caminho... Eu fico olhando... Lorena [Pacheco]... Eu fico olhando vocês e eu participei da eleição de todas vocês. E vi você chegando e como você era, vi você durante e vi você depois. Vi vocês todos ficando melhores e achei muito massa. Acho que eu tive uma participação grande nisso. Se eu não tive também... Eu tenho isso na minha cabeça, então se eu tive, eu tive. E eu fico muito feliz porque se filho é para ser melhor que você então minhas filhas do movimento estudantil foram todas mulheres que alcançaram mais espaços, conseguiram melhores lugares e eu vou fazer parte da história de vocês direta e indiretamente pelo resto da vida e isso me deixa muito vaidosa. Isso é bem pessoal. Sou bem vaidosa, porque acho que todas as meninas... Lídice [da Mata] - deve ter isso também.

4.7. Liliane

Fazer fala em 3 minutos. Saber que não existe ressarcimento da UNE. Ônibus sempre cai - vai acontecer. O que me botou para falar e aprender sobre estrutura e organizar a vida e pensar a política. Foi um lugar de aprendizado mesmo. E a UFBA em especial, ser um universo a parte... Como eu tive a experiência de ser de uma entidade estadual quando era CA e de uma entidade nacional logo depois que terminamos gestão do DCE – sendo a diretora de mulheres – me ensinou para a vida. Quando penso no que eu passei, de dormir acampada em Brasília na Praça dos Três Poderes – de verdade – porque a gente estava lutando pelos 10% do PIB para educação em Brasília, que a gente estava tomando as ruas e o quanto daquilo importava de fato para a vida do país, me coloca pensando: “Caralho! eu faço mesmo parte da história” – dessa história de lutas, de tentar mesmo transformar. Eu acho que me trouxe muito para esse lugar militando como condição de continuar viva. E não é só militar no partido, no movimento - não - é de militar dos valores, da indignação – foi uma condição. Não tem outro caminho para a gente. Não tinha ninguém de direita. É impossível quando você tira os véus. [...] Então entrar no ME, ser militante feminista, passar pelos espaços que eu passei, ter comido muito pão com mortadela na beira da estrada em várias viagens de ônibus Salvador-Brasília e várias loucuras que eu fiz durante a UNE de passar 10, 15 dias viajando pelo país, dá um orgulhinho de “Fiz alguma coisa de verdade e não é de brincadeira”, sabe?

Não é porque eu fui conselheira não sei o que... E um nadinha... você pensa “É muito reduzida”, você pensa assim, “Eu tava junto com 3 mil estudantes que ocuparam o Congresso pedindo 10% do PIB pela educação”. Eu assinei um documento que falava que era importante para a vida das mulheres 10% do PIB para educação, sabe? Tava no Conselho Nacional de Direitos da Mulher quando assinou a questão do ônibus – chega me arrepio só de falar. Dilma destinou mais de 300 milhões para esses ônibus bonitinhos que saíam viajando o país para atender mulheres vítimas de violência, sabe? E eu dei opinião antes sobre esse projeto. Nossa, isso... “Tô fazendo alguma coisa”. Tem uma importância que às vezes parece que é longe, mas muda a gente. [...] Então eu acho que é bom para os compromissos. Acho que o movimento estudantil me enquadrou assim do que é urgente fazer. Não é só como a escolinha não. Não é uma brincadeira o que está colocado para vida dos estudantes, a força que os estudantes têm, a força que o movimento estudantil tem. O que significa não só a UNE e sua história, sabe? Mas o conjunto de DCE. As histórias dos DCE são incríveis, de cada um deles e isso não é uma escolinha. Isso é vida real. É vida real para quem são as jovens dos movimentos de mulheres feministas dentro das universidades, é a vida real para todo mundo que é dirigente partidário dentro da universidade, para quem está intervindo nas organizações - como dirigente dessas organizações... É vida real. E também lutando pelos rumos do país por esse olhar e eu me sinto muito orgulhosa de ter lutado no movimento estudantil. Ter passado no DCE da Católica, pelo DCE da UFBA, ter ido para a UEB, para a UNE... E assim, falando de igual para igual de todo esse legado, dessa história, num momento tão incrível que a gente passava no país, tipo 10% do PIB para educação, sabe? De verdade: não tem mais. É golpe. [...] Ter foto com Dilma. Como é que eu ia imaginar: uma menina lá do Cassange tá sentada do lado da presidenta. Abraçar Lula. Virar e dar opinião num espaço como Executiva Nacional do PT. Isso é muito distante para gente. Por isso eu falo: me sinto resultado do que é a política que a gente fez a partir de 2003. Me sinto parte dessa história. [...] O movimento estudantil é parte da minha vida que eu sou muito grata de ter propiciado inclusive eu continuar aqui hoje lutando. Eu também continuar sendo dirigente da Marcha, continuar sendo militante do PT, continuar dando o curso para tudo que os meus meninos do movimento estudantil pedem. De ser a tia que ainda vai lá na UNE, no CONUNE, que vai ajudar na formação do núcleo, porque é uma corrente de solidariedade. [...] Eu acho que é um processamento de formação de gerações e eu tenho orgulho inclusive de ter sido os meus companheiros, a minha geração do “bum maravilha – governo Lula”, que hoje também seguem lutando contra o golpe. É isso, só.

4.8. Lorena

É isso... [pensativa] O processo de me reconhecer mulher negra foi no movimento estudantil. Eu tinha consciência de ser negra, não porque eu me olhei espelho “Nossa, como eu sou negra!”, mas porque quando eu entrei na universidade eu sofri racismo, então percebi que era diferente e a consciência da negritude foi chegando nesse momento. E eu me recusava a debater sobre feminismo porque eu achava que você não importava. Eu achava feminismo um saco até o momento que eu fui para uma roda de conversa sobre afetividade das mulheres negras com Luana Soares e eu chorei do começo ao fim. E aí na roda seguinte que foi quando a gente estava fazendo o EME eu percebi “Não, eu gosto disso aqui! Eu gosto disso aqui sim!”, “Eu quero falar sobre isso aqui sim!” e eu fui para todas as reuniões preparatórias do EME e nos eventos do EME. Eu tava todos os dias em quantas mesas eu pudesse estar... E eu me lembro de Amanda Rosa lendo um poema para mim sobre transição capilar e d’eu chorar copiosamente porque ela tinha feito para uma amiga dela e disse que se lembrava de mim, e d’eu perceber o quanto esses espaços eram importantes para quem eu sou - me perceber no outro, me perceber nas outras. [...] Foi muito esse processo do caminhar junto, então acho que se não fosse movimento estudantil e não seria quem eu sou hoje e não estaria onde eu estou. Mas, principalmente e sobretudo, foi quando eu percebi que quando eu entrei na universidade não era só por mim. Se eu entrei aqui foi porque teve um processo de

história de mulheres e homens negros e negras que tiveram que dar suor e sangue para eu tá aqui. E aí eu percebi o quanto é grande a minha responsabilidade de produzir por essas pessoas, para essas pessoas e com essas pessoas. Aí o porquê do meu tema do TCC⁸⁹, aí o porquê que eu querer fazer um mestrado em cima dos direitos humanos e de história do direito – da invisibilização dos corpos negros quando a gente fala em direitos constitucionais, mas a superexposição dos corpos negros quando a gente fala direito penal e do processo de legitimação da violência dos corpos das mulheres. [...] Então o movimento estudantil, como o pessoal fala, “Me deu régua e compasso” para ser quem eu sou hoje. Quem me conhece em 2010, estudante do CPM⁹⁰, diz que não me reconhece mais. Mudei meu cabelo, mudei meu jeito de vestir, mudei meu jeito de falar. Mudei. As leituras que eu fazia são diferentes das leituras que eu faço hoje, as pessoas que eu me relaciono são diferentes das pessoas que me relacionava – não porque sou uma pessoa melhor, mas é porque eu mudei a forma como enxergo o mundo. E eu não consigo estar no mundo onde as mulheres negras não vêm em primeiro lugar, onde eu não estabeleça primeiro sentimento de amor, de empatia, de solidariedade com todas as pessoas, independente de que orientação sexual, de gênero, enfim, de raça e de não me indignar, porque é isso: todo mundo diz que ignorância é uma benção e realmente é. Quando eu não conhecia nada disso, quando eu não sabia o que o capitalismo faz a nossas vidas, o que era o racismo, de como ele é estrutural, o patriarcado, eu vivia uma vida feliz e confortável com todos os abusos e violências porque não reconhecia os abusos e violências. A partir do momento que passei a reconhecer, eu passei a me indignar tão fortemente que se eu não fizer nada, se eu ficar parada ou eu surto e me mato, ou eu surto e mato todo mundo. [...] Então é um processo constante onde gente precisa tá se compreendendo, aprendendo e percebendo que sozinha a gente não faz muita coisa... Aquela máxima da Marcha Mundial das Mulheres: “Sozinha eu ando bem, mas com você ando melhor” para a gente estar sempre cercada de pessoas que nos compreendam e caminhem junto com a gente na luta, porque senão a gente meio que surta mesmo, né? Deixa tudo para lá.

Na construção de uma memória coletiva do ME e uma relação direta com sua história pessoal, essas oito mulheres revelaram em seus relatos um compartilhamento de experiências, valores e práticas que permite considerar uma construção identitária comum – apesar de existirem diferenças temporais entre a sua participação no movimento e o momento presente.

Os atos de recordar e refletir sobre suas vivências abriram espaço para olhar para o mundo e sua função nele, afirmando a participação no ME enquanto “escola de formação” pessoal e coletiva. Primeiramente, na construção de valores e práticas, e aqui destaco alguns que foram marcados nessas falas: liberdade, solidariedade, doação a um projeto político, responsabilidade pela transformação social e o orgulho de ser parte dela, o respeito à diversidade e a esperança. Diversos relatos mostraram exercícios de deslocamento de si para um processo coletivo: reconhecer a diversidade e construir convergências para avançar na construção política; o cuidado com um grupo de pessoas; a perspectiva que sua atuação

⁸⁹ Trabalho de Conclusão de Curso.

⁹⁰ Colégio da Polícia Militar.

representa um conjunto de indivíduos diretamente e indiretamente e que sua luta os afeta; a capacidade de formulação; e a politização da vida.

Dessa forma, há uma mudança de paradigma individual e coletiva, que impacta diretamente na identidade dessa mulher. Foi recorrente o olhar sobre si a partir dessa experiência, desde uma nova construção estética e de escolhas culturais, mas também de uma transformação na forma de estar no mundo e valorizar suas identidades múltiplas. Destaco aqui as mulheres que falaram das descobertas de si enquanto mulheres negras, compreendendo que, em um país onde o racismo produz tanta violência e silenciamento, o ME pode ser um ambiente seguro para a derrubada desse véu e a possibilidade de sua reinvenção e das narrativas sobre si é significativa. A oportunidade de protagonizar um espaço e ser porta voz de um conjunto de pessoas é um portal que cada uma atravessou, permitindo uma afirmação pessoal e experimentações de formas de atuação que não são possíveis nos espaços sociais hegemônicos, encorajando, por sua vez, a que outras mulheres possam existir e se reconhecer a partir desse lugar.

Nesse processo, os relatos aprofundaram o olhar sobre a trajetória de vida dessas mulheres, evidenciando o impacto da experiência do ME nas escolhas profissionais e os ativismos que cada uma delas desenvolve na atualidade. Os emaranhamentos dos fios das histórias que compõem essas mulheres ficam evidentes, enquadrando, assim, a memória de forma que o passado reafirma o presente. Foi potente vivenciar essas narrativas e perceber uma identificação com cada mulher. Esse sentimento de pertença e de representação a partir da outra afirma a existência de uma memória coletiva das mulheres dirigentes do ME/UFBA. São décadas de uma vivência partilhada e que se afeta não só numa relação linear entre quem já passou para quem chega (passado → presente), mas num profundo reconhecimento, naquelas que estão atuantes através de uma faísca de si que as reafirma no momento presente onde estiverem. Por fim, destaco um trecho que achei simbólico, por avizinhar experiências e produzir uma síntese sobre os sentimentos produzidos por um processo coletivo:

O que mais me deixa orgulhosa é vocês falando depois de mim, porque eu acho que tive a ver com formação de todo mundo. Eu sou muito vaidosa disso. Aí minha mãe sempre dizia que a gente cria filho para ser melhor que a gente. Considerando isso, eu acho que vocês são bem melhor que eu na condução da política porque você já encontrou caminho, não foi facilitado, mas alguém abriu à foice e aí vocês vieram. [...] E eu fico muito feliz porque se filho é para ser melhor que você, então minhas filhas do movimento estudantil foram todas mulheres que alcançaram mais espaços, conseguiram melhores lugares e eu vou fazer parte da história de vocês direta e indiretamente pelo resto da vida e isso me deixa muito vaidosa. Isso é bem pessoal.

Sou bem vaidosa, porque acho que todas as meninas... Lídice [da Mata] - deve ter isso também. (Leila Carla)

Não há dúvidas que desde Lídice até Lorena, falando das mulheres desse estudo, há um caminho sendo percorrido por diversas mulheres que, em suas individualidades, compõem o que é ser mulher dirigente do movimento estudantil da UFBA, e carregam em si a potência do conjunto, marcando a história e produzindo uma memória coletiva e feminista.

5. “VI VOCÊS TODAS FICANDO MELHORES E ACHO QUE EU TIVE UMA PARTICIPAÇÃO GRANDE NISSO”⁹¹

Joan Scott (1990) afirma que, ao visibilizar a(s) história(s) das mulheres – trazendo para o campo público narrativas que apenas existiam no âmbito do privado – o feminismo transformou a História. Este trabalho corroborou com essa perspectiva, abrindo caminho para os relatos das experiências de mulheres que ocuparam um espaço político importante na sociedade: o movimento estudantil.

Esse lugar fértil para a criação de novos paradigmas e descobertas pessoais e coletivas é também (re)produtor das violências e desigualdades de gênero que atravessam a sociedade. Desta forma, o processo para que algumas ativistas envolvidas no movimento se tornem dirigentes envolveu um árduo equilíbrio entre a assimilação da cultura política dominante através do aprendizado das suas regras e códigos, e o seu rompimento visando construir uma lógica política nova, regida por valores diferentes e propiciando práticas distintas, capaz de estimular a criação de espaços potentes e plurais. Para Elisabeth Souza-Lobo (2011[1982]),

A consciência da diferença não pode ser confundida com assumir uma forma de identidade feminina que acabe por legitimar o fundamento opressivo dessa diferença. Não se trata de elaborar uma identidade própria, que vise a ocupar a posição de poder exercida pelos homens, mantendo as relações de dominação-subordinação com sinais trocados. Nem se trata de perceber o espaço de poder ocupado como encarnado num autoritarismo masculino, diante do qual o ressentimento ocupe o espaço da imaginação política. Também não se trata de sonhar com uma forma de poder que feminizaria a política, onde o afeto, a intimidade e a solidariedade, qualidades vistas como inerentes às mulheres, se projetariam espontaneamente na prática política. (p.215)

Dessa forma, noções como prática, militância e política devem ser revisitadas através de lentes capazes de ir além das fragmentações e dicotomias forjadas politicamente e carregadas de valores e hierarquizações como homem-mulher, privado-público, geral-específico, em direção à construção de uma sociedade livre, como as apresentadas pelo feminismo negro interseccional e outras abordagens confluentes.

As mulheres participantes desse estudo apontaram, em suas narrativas, para a existência de um fluxo pulsante de transformação no movimento estudantil a partir das suas atuações, engatilhado por uma noção de igualdade que num primeiro momento foi impulsionada pela

⁹¹ Trecho do depoimento de Leila Carla.

noção de liberdade – nos anos 1970 –, que mais tarde foi representada pelo feminismo e seus desdobramentos. A partir daí, os valores e práticas políticas hegemônicas passaram a ser questionadas e reconstruídas, e abriu-se espaço para que novas sujeitas pudessem integrar esse espaço e uma nova cultura política se desenvolvesse, numa perspectiva mais coletiva e inclusiva. E foi um caminho sem volta.

Segundo Mauricie Halbwachs (2013[1950]), a memória é uma construção social organizada através das comunidades afetivas, entendidas como as relações e grupos sociais dos quais uma pessoa faz parte. As lembranças são, nessa visão, construídas coletivamente com aquelas que partilham ou se identificam com as experiências; por isso, elas são melhor alcançadas em grupo. Essa pesquisa lidou com um conjunto de mulheres que, apesar de não terem participado do movimento estudantil no mesmo período, têm uma profunda ligação que as conecta através de uma linha histórica: como mulheres dirigentes, elas ocuparam posições de liderança em um espaço político na Universidade Federal da Bahia. Saber da existência e conhecer as experiências das outras aproxima as vivências de cada uma de maneira que as memórias individuais se transformam em coletivas e a possibilidade de gerar esses encontros, visando contribuir para a construção de um relato compartilhado, é uma responsabilidade mais que acadêmica, política.

Ao trabalhar com a memória dessas oito mulheres, com suas identidades diversas e complexas, mediar suas histórias e buscar produzir sentidos sobre as relações de gênero no movimento estudantil – com a sensibilidade de não destituí-las das emoções e potências com que foram contadas – eu, como pesquisadora e contadora dessas histórias, espero ter aberto espaço para que novas memórias desaguem nesse mar que somos: mulheres.

Localizada em uma encruzilhada de campos de saber, esta dissertação pretendeu colaborar para a consolidação da produção de conhecimento tanto dos estudos sobre mulheres e feministas, quanto dos estudos sobre a universidade e os estudos de movimentos sociais. Ela carrega a força de mulheres que ousaram ocupar espaços historicamente improváveis, tornando-os possíveis para outras que vieram – e ainda virão – depois.

Encerro, por fim, retomando o trecho da entrevista de Isadora que se tornou epígrafe desse trabalho. Enquanto relatava os episódios vivenciados durante o Maio Baiano, ela lembrou de uma reunião que aconteceu no DCE da UFBA, onde figuras públicas compareceram para discutir o ato do dia 16 e dar sustentabilidade ao ME e de juventude que protagonizava esse

momento político. Para quem já fez parte do movimento estudantil da UFBA, especialmente aquelas que foram dirigentes de seus cursos ou do movimento com um todo, o DCE é um espaço recheado de histórias e vivências. Ouvir esse relato foi emocionante no momento da entrevista, seguiu sendo durante a transcrição e as sucessivas vezes que o reli, e continua sendo ao concluir, ainda que momentaneamente, esta narrativa. Um bilhete guardado – marca da potência sensível de uma memória partilhada – reconstruiu em mim as significâncias e memórias daquele espaço. Esse é o poder da memória: a infinita capacidade de transformação de quem a partilha:

Cara, tem um negócio que eu posso... [pondera] Não vou te dar, mas eu posso te tirar uma foto que é um papelzinho do dia dessa reunião, me lembrei agora, no caderninho. Lídice tava, assim [aponta uma pequena distância com a mão], a duas cadeiras e a gente estava falando da sede do DCE da UFBA. E aí eu fiz uma fala que eu falei também da sede que era importante e tal, que bom que a sede tava cheia e ela me escreveu no papelzinho assim: "Esse é o pôr-do-sol mais lindo da Bahia e foi na minha gestão que a gente conquistou essa sede" e eu tenho esse papel guardado até hoje, virginiana, escrito "Lídice da Mata". Guardei. Tá aí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, dez. 2011.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Série Feminismos Plurais. Grupo Editorial Letramento. Belo Horizonte, 2018.
- ALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, set. 2017.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. O campus universitário como campo (de pesquisa). Em: SANTOS, Georgina Gonçalves; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Estudos sobre a vida e cultura universitárias**. p.61-86. Salvador: Edufba, 2012.
- AMARAL, Marília Abrahão et al. Investigando questões de gênero em um curso da área de Computação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 857-874, ago. 2017.
- ARANGUIZ, Tamara Vidaurrezaga. Subjetividades sexo genéricas en mujeres militantes de organizaciones político-militares de izquierda en el Cono Sur. **La ventana**, Guadalajara, v. 5, n. 41, p. 7-34, jun, 2015.
- ARAÚJO, Gabriela Monteiro. **“Medo nós tem, mas não usa”: narrativas feministas rurais do Movimento Da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)**. 2019. 207f. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis: Da Fundação da UNE aos Nossos Dias**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2007.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 39-64, abr. 2015.
- BENEVIDES, Rebeca. **Identidade de gênero e resistência lésbica na Residência Universitária Feminina da UFBA, anos 80**. 2017. 59f. Monografia (bach. História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BEZERRA, Nathalia. **Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. FECLESC, 2010.
- BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos Pagu**, n. 20, 2003.
- BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife - PE**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1983.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p.329-376, 2006.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos nas perspectivas de mulheres negras brasileiras**. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antiracista. **Revista Latino-americana de Ciências Sociais**. 8(1), p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Ava da Silva Carneiro; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Estudantes de origem popular e afiliação institucional. Em: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos**. p. 53-70. Salvador: Edufba, 2011.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Angela Maria Freire de Lima e. Percorrendo labirintos: trajetórias e desafios de estudantes de engenharias e licenciaturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 168-200, Mar. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. [1989] Tradução de Júlia Clímaco. Em: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2015.

COSENTINO, Milena Callegari. **A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto**. 2013. 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - FFCLRP- Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COULON, Alan. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 93-106, Jul 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

DAVIS, Angela. O feminismo negro e as lutas por igualdade global. (tradução: Ana Flávia Magalhães Pinto e Gilza Mercês) Em: PINTO, Ana Flávia Magalhães; DECHEN, Chaia; FERNANDES, Jaqueline. **Griôs da diáspora negra**. Brasília: Griô Produções, 2017b.

FERRARI, Marian; SEKKEL, Marie. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia, Ciência e Profissão**, n.27, p. 636-647, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; (org). Apresentação. Em: **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da et al. Pesquisa de gênero na produção de enfermagem: contribuição do Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem da EEUSP. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 45, p. 1690-1695, dez. 2011.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALLIAN, Dante Marcelo C. A memória do exílio: reflexões sobre interpretação de documentos orais. Em: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p.141-150.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 319-342, 1997.

GARCIA, Priscila Fernanda da Costa. **As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960**. [Anais] I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

GODINHO, Tatau. Mulher na direção. **Teoria e Debate**, São Paulo, p. 36-9, mai.1991.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16. n.47. Maio-ago. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. [1950] Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JESUS, Everaldo de. **Maio de 2001, o fim do ‘Carlismo’ na Bahia**. Jornalistas Livres. 17 de maio de 2018. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/maio-de-2001-o-inicio-do-fim-do-carlismo-na-bahia/> Acessado em setembro de 2019.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2001.

LOBATO, Vivian da Silva. Educação, memória e história: possíveis enlaces. **Revista Margens Interdisciplinar**. Belém, v.8, n. 10, p. 65-75, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **História (oral) da Educação: Algumas reflexões**. Em aberto/INEP, Brasília, v. 9, n. 47, jul.-set, p. 21-28, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. Em: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MAIA, Allan Jeffrey Vidal; CARVALHO, Chrissie Ferreira; SÁ Jr, Luiz Fernando Calça; NAVARRO, Marcelo; BAROUH, Raquel; MOREIRA, Renata; SAMPAIO, Sônia Maria

Rocha. Juventude e política: observando a UFBA. Em: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos**. p.169-186. Salvador: Edufba, 2011.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. 2006. 377f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. **Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica, racista y burguesa**. (entrevista) Iberoamérica Social: 3 de dezembro. 2014. Entrevista concedida a José Maria Barroso Tristán. Disponível em <http://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-yburguesa> Acessado em setembro de 2019.

NERY, Matheus Batalha M. *et al.* Um novo universitário: Estudantes de origem popular na UFBA. Em: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos**. p. 93-114. Salvador: Edufba, 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Educação, Projeto História 10, 1993.

OSÓRIO, Bruna da Silva. **A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente**. 2014. 74 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PALERMO, Alicia Itatí. El acceso de las mujeres a la educación universitaria. **Revista Argentina de Sociología**. Buenos Aires, v. 4, n. 7, p. 11-46, dez. 2006.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. Em: COSTA e BRUSCHINI. (org). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Jun, 2010.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4. ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ; Karla Geyb da Silva; LEITE, Rita de Cássia Nascimento. Vida afetivo-amorosa e vida universitária: ambiguidades e contradições. Em: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos**. p. 133-144. Salvador: Edufba, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RAMOS, Carmen Gloria G. Experiencias y significados de la igualdad de género en dirigentes universitarias: rupturas, adaptaciones y continuidades. **Perfiles educativos**, México, v. 38, n. 154, p. 118-133, dez. 2016.

RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. Em: **Mulher e política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores**. p. 189-207. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política: os anos de chumbo. **Tempo Social**, v. 2, n. 2, São Paulo, 1990.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Entrevista sobre o golpe intitulada “**An impeached president, reeling but defiant**”. New York Times: 13 de abril. 2017. Entrevista concedida a Ernesto Londoño. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/04/13/opinion/an-impeached-president-reeling-but-defiant.html> Acessado em setembro de 2019.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Apresentação – O Observatório de Vida Estudantil: uma contribuição aos estudos sobre a vida e cultura acadêmica. Em: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos**. p. 13-26. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. Lugar de Mulher é na Luta: Considerações Sobre a Participação Feminina no Movimento Estudantil. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais - CSOnline**, ano 3, ed. 6, jan./abr, 2009.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. **Mulheres no movimento estudantil: representações, discursos e identidades**. 2011. 95f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**, Porto Alegre, n. 16, v. 2, p.5-22, jul/dez, 1990.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós- Graduação de História**, n. 16, 1998.

SILVA, Mayris de Paula. **Memórias de mulheres do movimento estudantil: participação, gênero e educação**. 2016. 149f [dissertação] Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2016.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de et al. Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. **Pro-Posições**. Campinas, v. 23, n. 2, p. 145-159, ago, 2012.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; ROCHA, Glória Walkyria de Fátima. A construção de diferenças de gênero entre estudantes de medicina. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 30, p. 231-268, Junho 2008.

SOUSA, Roberta Menezes; BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. Juventude, movimento estudantil e gênero: problematizando o modelo masculino de militância. **O público e o privado**, n 8 - Julho/Dezembro. Fortaleza, 2006.

SOUZA, Cláudio André. **Partidos políticos e repertórios de mobilização (2007-2014): os novos personagens e o movimento estudantil da UFBA**. 2016. 278 f. [Tese] Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Homem e mulher: imagens das ciências sociais. [1987] Em: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. p.177-186. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero da representação. [1991] Em: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. p.263-275. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Questões a partir dos estudos sobre o movimento de mulheres no Brasil. [1989] Em: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. p.241-246. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Um movimento no Feminino (notas sobre uma política das mulheres). [1982] Em: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. p.211-220. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2011.

STROMQUIST, Nelly P. Gender Delusions and Exclusions in the Democratization of Schooling in Latin America. **Comparative Education Review**, v. 40, n. 4, Special Issue on Democratization, p. 404-425, 1996.

TEIXEIRA, Maria Freitas. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. Em: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.) **Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos**. p.27-54 Salvador: Edufba, 2011.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 29-62, 1994.

VANIN, Iole Macedo. O Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/INEIM na Universidade Federal da Bahia: um relato das possibilidades de experiências transversais de gênero no ensino superior. Em: ALVES, Ivira Iracema; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Sílvia de. Travessias

de gênero na perspectiva feminista. **Coleção Bahianas**, n. 12. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

VASCONCELOS, Letícia; SANTOS, Georgina G.; SAMPAIO, Sônia M. R.. Justiça Cognitiva como dispositivo para fazer avançar as ações afirmativas. Em: SANTOS, Georgina G.; SAMPAIO, Sônia M. R.; VASCONCELOS, Letícia (org.). **Observatório de Vida Estudantil. Dez anos de estudo sobre vida e cultura universitária: percursos e novas perspectivas**. EDUFBA, Salvador, 2017.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon, 1992.

ZOTARELI, Vilma et al . Violência sexual e de gênero entre estudantes numa universidade brasileira. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, v. 12, n. 1, p. 37-46, Mar. 2012.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) INFORMAÇÕES GERAIS:

- . NOME
- . IDENTIDADE DE RAÇA/SEXUALIDADE/OUTRAS
- . IDADE
- . PERÍODO QUE ESTUDOU NA UFBA
- . PERÍODO QUE PARTICIPOU DO ME
- . QUAIS INSTÂNCIAS PARTICIPOU (do ME e enquanto representação estudantil)
- . OUTRAS MILITÂNCIAS (partido, conselhos, movimentos sociais, representação de classe...)

2) ENTRADA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

3) CONJUNTURA

- . Dentro e fora da UFBA
- . Quais movimentos sociais eram relevantes?
- . Quais eram as bandeiras de luta?

4) FUNCIONAMENTO DO ME

- . Como era o dia-a-dia?
- . Qual era a relação com o corpo estudantil?
- . Qual era a relação com as outras categorias?
- . Qual era a relação com a gestão universitária?
- . Qual era a relação com os outros movimentos sociais?

5) RELAÇÃO DE GÊNERO

- . Como se dava essa relação?
- . Como era ser mulher dirigente?
- . Havia outras mulheres?

6) COMO ESSA EXPERIÊNCIA IMPACTOU?

- . Formação política
- . Escolha profissional de vida